



MINAS DE QUILOMBOS



texto para reflexão com o/a professor/a



Ministério
da Educação



**Secretaria de Educação Continuada,
Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC)**

SGAS 607 - Lote 50, Edifício do CNE sala 205

Brasília - DF

CEP 70.200-670

Telefone (55 61) 2022-9052

Fax: (55 61) 2022 -9051

www.mec.gov.br

REDEH – Rede de Desenvolvimento Humano

Rua Álvaro Alvim, 21 / 16º andar

20031-010 – Centro – Rio de Janeiro

tel.: [21] 2262-1704 – fax: [21] 2262-6454

site: www.redeh.org.br

e-mail: redeh@redeh.org.br

ISBN 978-85-296-0095-6



FICHA CATALOGRÁFICA

Barbosa, Paulo Corrêa.

Minas dos Quilombos / Paulo Corrêa Barbosa, Schuma Schumacher,
Caces. – Brasília : MEC / SECAD, 2010.

110p. il.

ISBN – 978-85-296-0095-6

1. Quilombos. 2. Minas Gerais. 3. História. 4. Educação. I. Schumacher,
Schuma. II. Centro de Atividades Culturais, Econômicas e Sociais. III. Título.

Catálogo – Sandra Infurna CRB 7 - 4607

Coordenação do projeto

“Por Uma Educação Não Discriminatória”

Schuma Schumacher

Equipe Responsável pela Publicação

Coordenação Pedagógica: Paulo Corrêa Barbosa

Texto: Paulo Corrêa Barbosa, Schuma Schumacher
e CACES

Edição: Patrícia Kranz

Pesquisa: Sandra Regina Ribeiro

Leitura Crítica: Pablo Matos Camargo e Cristina
dos Santos Ferreira

Revisão: Albertina Ramos

Projeto Gráfico: Bete Esteves

Complexo D [21] 2236-4286

Imagens:

Planeta Vermelho

Paulo Corrêa Barbosa

Schuma Schumacher

Equipe de Apoio:

Elza Maria dos S. Loures

Maria da Guia de Oliveira Félix

Agradecimentos

Andréa Perroni, Antônio Crispim Veríssimo, Aparecida dos Santos Evangelista, Cedefes, Clemilde da Conceição Reis Vitor, Crianças e Jovens do Coral Cantante Domino, Devanir Amâncio dos Reis, Diomar Silveira, Fábio ACM, Florisbela Aparecida dos Santos, Inês Costa, Ivo Silvério da Rocha, Lidiania Curvo Cartolano, Lindomar João dos Santos, Márcia Alves Barbosa Evangelista, Maria da Conceição Lopes Silva, Maria Geralda Rosário Gonzaga, Rosiléia Kátia Saraiva, Sandra Infurna, Valter Vitor da Silva, Vera Lúcia Damião e Quilombolas do Açude, Ausente de Cima, Ausente de Baixo, Baú, Espinho, Mangueiras, Mato do Tição, Pinhões, Quartel do Indaiá e Sapé.

Aos educadores e às educadoras

Enfrentar a injustiça no sistema educacional brasileiro é um desafio e, mais do que isso, um dos principais objetivos do Ministério da Educação (MEC). Para atender a esse desafio, o MEC, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), vem apoiando e fomentando ações voltadas para atender aos diversos segmentos da sociedade brasileira, como os povos indígenas, a população negra dos meios urbano e rural e, particularmente, as comunidades de áreas de remanescentes de quilombos.

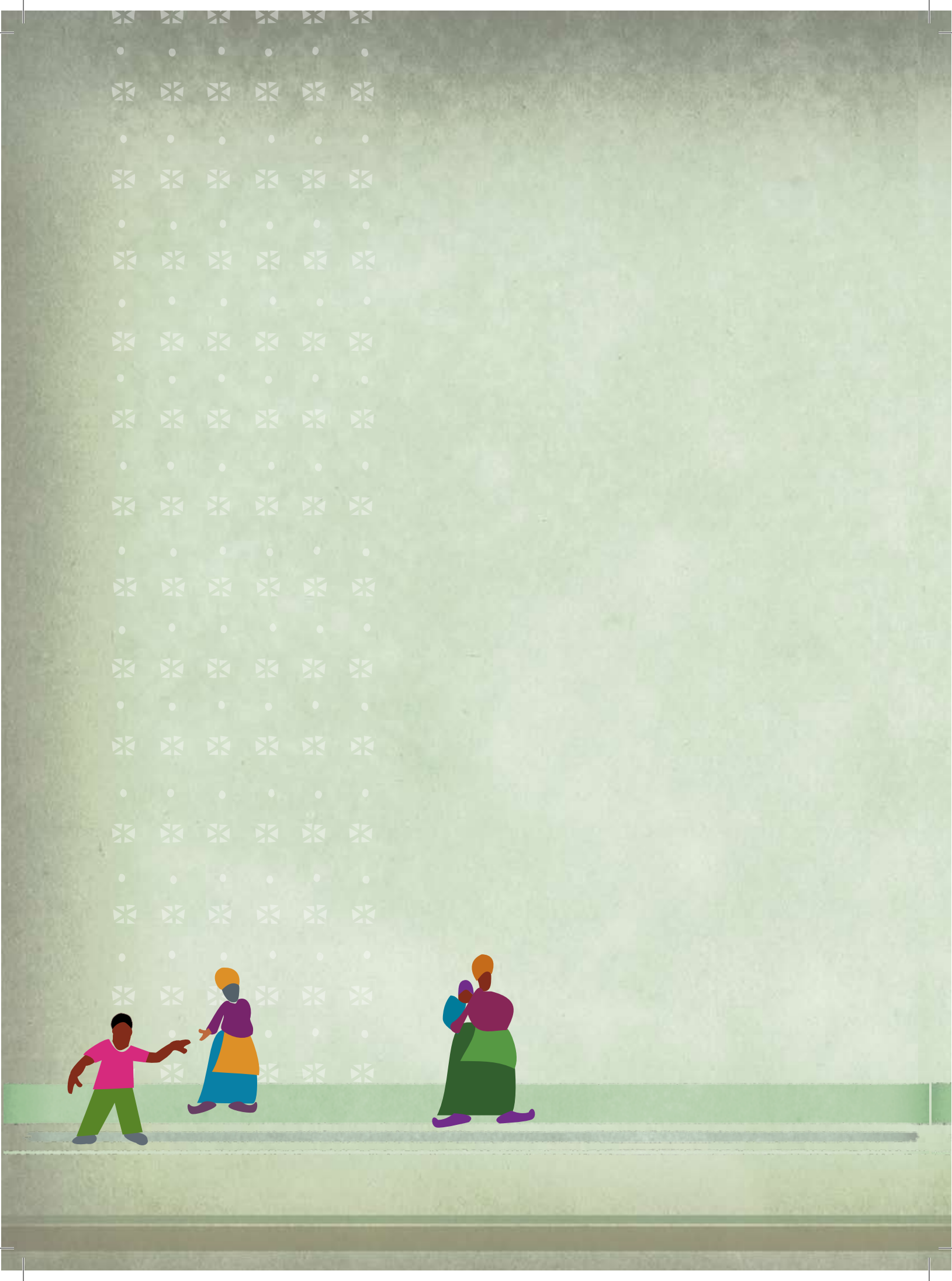
Nesse sentido, especial atenção deve ser dedicada à educação das relações étnico-raciais, conforme prevê a Lei 10.639/03, que altera a Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), instituindo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira, com a criação das condições necessárias para a formação de gestores e professores nesse campo temático.

Ao estabelecer as orientações gerais para a aplicação desta Lei, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História de Cultura Afro-brasileira e Africana, do Conselho Nacional de Educação, estabelece que a relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileiras e africanas não se restringe à população negra. Ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se como cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática.

É, portanto, com imensa satisfação que apresentamos às escolas a história dos remanescentes de quilombos no Brasil. Esse livro resulta de pesquisa nas comunidades de remanescentes de quilombos do Estado de Minas Gerais, mas destina-se a todas as escolas dos Sistemas de Ensino do país por ser um exemplo da diversidade presente nas áreas de remanescentes de quilombos em todo território nacional.

A publicação contribuirá, seguramente, para o cumprimento do que determina a legislação relativa ao estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição desse povo nas áreas social, cultural, econômica e política. - e para a efetivação de dois olhares: um olhar enriquecedor das comunidades mineiras sobre si mesmas, da recuperação de sua história, dos seus valores, de sua resistência; e de um olhar de todo o Brasil sobre as comunidades de remanescentes de quilombos.

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e
Diversidade do Ministério da Educação



Uma palavra inicial...



Professor/a, saudações quilombolas!

Esta é uma publicação da área da educação que trata de História. Mas não daquela oficial, comumente contada nos livros escolares, centrada na cultura européia e escrita, sobretudo, por “heróis” do sexo masculino, invariavelmente brancos, como você perceberá ao conhecer o material.

Na verdade, Minas de Quilombos é o segundo volume de um projeto que teve início em 2005, pelo estado do Rio de Janeiro e pretende se somar às iniciativas de recontar a trajetória dos quilombos, recuperando uma importante parte da história do Brasil escrita pelos/as nativos/as da África e seus descendentes brasileiros/as.

E é isso o que queremos aqui refletir com você: a parte negra da construção do Brasil.

Apesar da enorme contribuição de africanos/as e afrodescendentes, e de sermos a maior população negra fora da África, a escola e por consequência, também os livros e o fazer pedagógico, têm sido bastante reducionistas na abordagem dessa importante contribuição. Poucos/as ainda são os alunos/as e professores/as, que conhecem homens e mulheres negros - e populares - que também tenham sido autores/as da história deste país.

Entretanto, em função da amplitude da questão, torna-se importante caracterizar que nossa abordagem estará relacionada aos quilombos, espaços de resistência de homens e mulheres negros/as que, em solo mineiro - e também espalhados Brasil afora-, traduziram o desejo de liberdade e resistência negra, diante da violência da escravidão.

Como educadores/as que, assim como você, também somos, temos consciência de que a questão não é simples e não se encontra restrita a indivíduos ou instituições. Trata-se de responsabilidade da sociedade brasileira. Refutamos ainda, abordagens que creditam à educação o poder – ingênuo- único e mágico de atuação e resolução da questão.

Contudo, se esse (re)pensar não se encontra restrito em importância, apenas aos afrodescendentes, mas a todos/as os/as brasileiros/as, também não está restrito a você, professor/a que atua em um das escolas localizadas em área remanescente de quilombo, ou em áreas próximas. Sua participação, porém, é essencial.

Dessa forma, buscando colaborar com esse processo, em parceria com a Secad- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/ MEC, a REDEH- Rede de Desenvolvimento Humano- vem convidá-lo/a, professor/a, a refletir sobre a cultura e a história local, objetivando não apenas o resgate e manutenção das tradições, mas, sobretudo, da auto-estima de crianças, jovens, homens e mulheres quilombolas. O material, certamente não tem a pretensão de esgotar o assunto e, por isso mesmo, você encontrará nele espaços para que, a partir de sua prática e análise, possa fazer acréscimos, críticas e, sobretudo, introduzir questões.

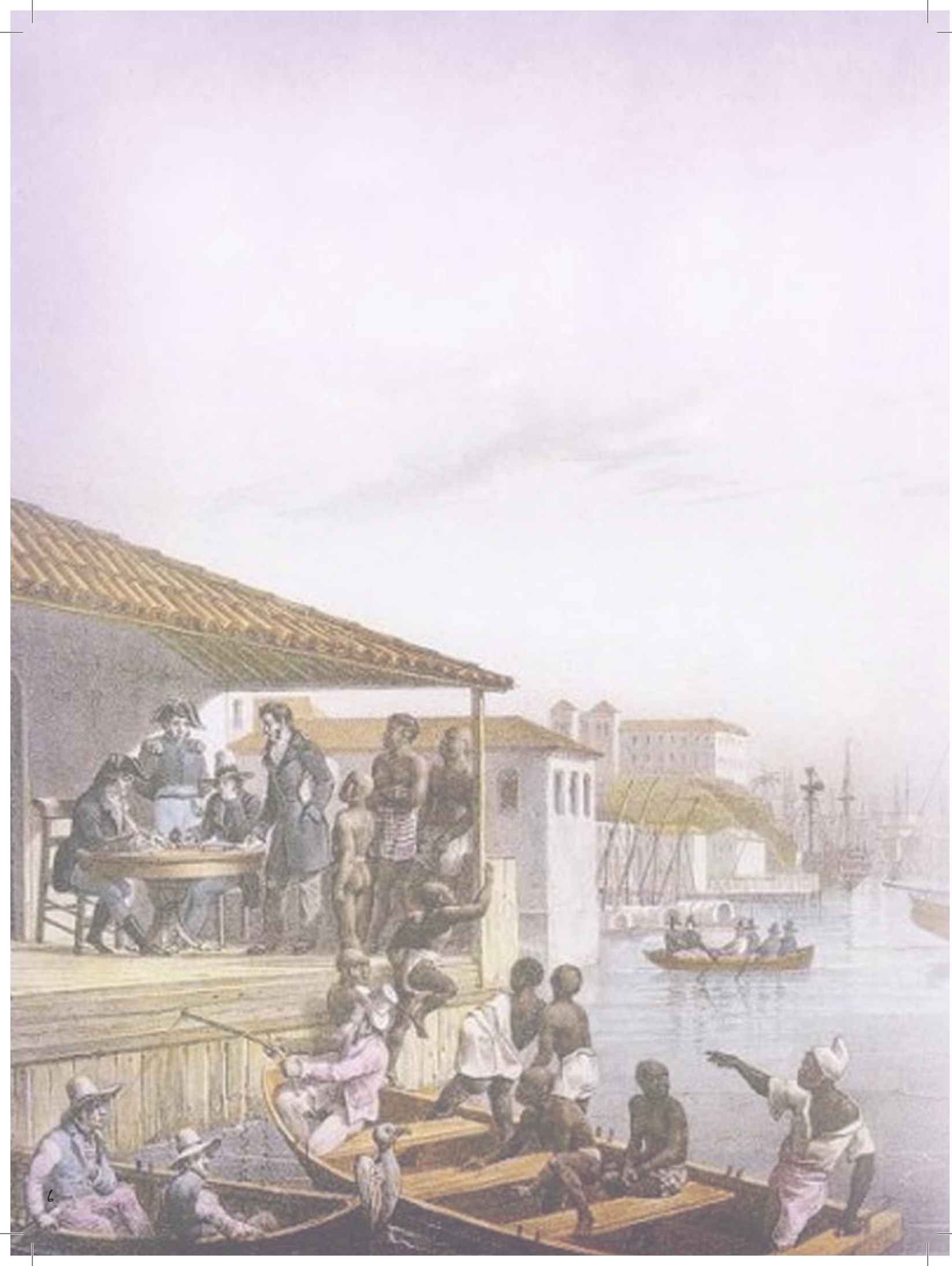
Na prática, nosso convite articula-se à Lei 10.639 que, promulgada em 09 de fevereiro de 2003, alterando a Lei de Diretrizes e Bases – LDB, torna obrigatória a inclusão no currículo oficial do estudo da história e cultura africana e afro-brasileira. Junta-se, ainda, às diferentes ações e iniciativas de inclusão que o Movimento Negro vem desenvolvendo entre os diferentes setores da sociedade.

Ao todo, dez comunidades quilombolas – já reconhecidas ou em processo de reflexão - localizadas no estado de Minas Gerais – Ausente de Cima, Ausente de Baixo, Baú, Espinho, Quartel, Mato do Tição, Açude, Sapé, Mangueiras e Pinhões – são apresentados, neste manual, através “das falas de suas gentes”, buscando recuperar e estabelecer a ligação entre o ontem, o hoje e o amanhã. E, como anteriormente dissemos, sua atuação na escola, professor/a, é peça-chave para a concretização desse resgate histórico.

Estamos juntos/as!



Schuma Schumacher
Paulo Corrêa Barbosa
COORDENAÇÃO REDEH



A história com um outro olhar revelando muitas outras histórias

Durante muito tempo coube à escola “ensinar” que a integração racial no Brasil, ocorreu de maneira pacífica e “espontânea”. Um encontro de três raças: o índio guerreiro, o negro capoeirista e o europeu intelectual. Não era assim que os livros apresentavam a questão? Pois bem, de acordo com essa visão, o novo país e, por consequência, também sua gente, forjaram-se a partir de uma incorporação “amistosa” e múltipla de culturas e valores.

Sobretudo através de livros escolares, aprendemos que características físicas, hábitos, palavras, especialidades culinárias, músicas e danças de brancos, negros e índios fundiram-se, dando origem ao povo brasileiro.

Na verdade, entretanto, e você tem tido a oportunidade de ouvir, ler e refletir sobre isso, já há alguns anos, pesquisadores/as, educadores/as, historiadores e militantes dos Movimentos Negros vêm-se empenhando em resgatar “a outra história”, aquela não-oficial e pouco contada que busca reconstituir, de fato, as origens da terra brasileira.

E um dos principais capítulos desse “recontar a história” é aquele que foi escrito, justamente, através da participação dos homens e das mulheres negras. Mas de fato, professor/a, o que sabemos, nós, a respeito dessa história? E o que nossos/as alunos/as e filhos aprendem atualmente sobre a questão? Muito precisa vir à tona...

Por tudo isso, trata-se de uma reconstrução, sem dúvida, complexa e que vem sendo realizada, em conjunto, por especialistas de diferentes áreas. Certo que, e já dissemos isso, avanços podem ser verificados! Entretanto, ainda insuficientes, diante da magnitude da questão; seja enquanto resgate da identidade dos afros-descendentes, seja no que se relaciona à história do Brasil.

Um dos caminhos para isso é, antes de tudo, romper com a visão tradicional – eurocêntrica - do conteúdo trabalhado pela escola, estruturada, sobretudo, a partir da ótica do colonizador branco e do sexo masculino.

Afinal, buscar os diferentes enfoques da história é uma das responsabilidades daqueles que, por opção, se fizeram educadores/as. E se, por acaso, os índios tivessem conseguido expulsar os portugueses? Como seria contada a história do chamado “descobrimento”? **Pois é! Você já parou para pensar nisso, professor/a? Reflita e anote suas conclusões...**



A parte Negra da História...

Após a longa travessia pelo Atlântico, os(as) africanos forçosamente trazidos para a “nova terra” foram durante quase três séculos cruelmente explorados. Entre meados do século XVI e 1850, foram traficados para o Brasil em torno de quatro milhões de escravizados(as), entre congos, angolas, benguelas, cassanges, minas e outros indivíduos vindos dos mais diversos grupos étnicos, vilas, cidades e regiões do continente africano.

Tiveram, obrigatoriamente, que servir a exaustão suas energias na lavoura, criação de animais, trabalho urbano nas cidades ou, no caso de algumas mulheres, na casa grande, como arrumadeiras, cozinheiras, babás ou ainda, para “desfrute do sinhô”.

Bem, e se diverso era o destino dado aos negros/as, diferentes também eram suas origens. Entretanto, indagados/as a respeito disso, na maioria das vezes, independentemente se alunos/as ou educadores/as, respondemos, genericamente, que os milhões de escravos/as vieram da “África...”. Mas pensemos juntos: será mesmo só isso?

Certamente que não! Inclusive, uniformizar o tratamento da questão, referir-se à África, enquanto espaço homogêneo, pode ser também uma das formas de minimizar sua importância e consequências, você concorda? Isso porque precisamos ter em mente a pluralidade que define o continente. Muito antes da travessia para as Américas, as comunidades africanas já eram marcadas por diversidades no idioma, na arte, na religião e nos modos de produção, dentre outros aspectos.

Por isso, buscando uma postura coerente com o que vimos conversando, é fundamental recorrer a maiores informações para tratar do tema. A respeito disso, vejamos o que dizem alguns historiadores/as...

Há aqueles/as que creditam o início desse processo de escravidão negra, entre nós, a Martim Afonso de Souza que, teria sido assim, o primeiro a introduzir escravos/as no Brasil. Defendem que o fato teria ocorrido a partir da conquista e inclusão, em sua frota, da caravela Santa Maria do Cabo, bem como também, por ter sido o primeiro donatário da Capitania de São Vicente, onde se desenvolveu a cultura da cana-de-açúcar. Ah! Isso quando corria o “santo ano” de 1532. Outros, entretanto, atribuem a Duarte Coelho, em 1535, a triste primazia da importação forçada de seres humanos. — os escravizados.

Economicamente, a chegada dos/as africanos/as, como mão de obra, visava atender ao propósito de Portugal de responder à demanda mundial por açúcar. A colônia brasileira resolveria, assim, a produção insuficiente das ilhas do Atlântico. Mas isso não é tudo! Com o passar dos anos, o tráfico foi se consolidando e caracterizou-se como verdadeiro ramo empresarial. Nesses termos, a rentabilidade apresentada por esse comércio deve ser incorporada como uma das principais motivações para o desenvolvimento da escravidão africana. Como resultado desse vergonhoso comércio, ao todo, até a abolição oficial da escravatura, em 1888, milhares de homens e mulheres foram traficados para o Brasil.

Nesse período, Angola converteu-se no principal centro de fornecimento de mão-de-obra escrava, ao lado do Congo, segundo Fonseca Junior (2004 p.17). Entretanto, a contribuição africana ao desenho da sociedade brasileira foi diversificada, como podemos verificar na tabela a seguir.

Bem, prosseguindo nessa história, verificamos que, mais adiante, com o deslocamento do eixo econômico para Minas Gerais, consequência do ouro e das pedras preciosas, que enfeitavam, sobretudo, os pescoços das sinhás, e pelos quais muitos negros e negras perderam os seus, acirrou-se o tráfico interno de escravos e, em 1771, período em que a Coroa passou a administrar diretamente as minas, havia cerca de três mil e seiscentos escravos envolvidos com a exploração de riquezas.

Dessa forma, até que a Lei Áurea viesse a ser assinada, em 1888, pela princesa Isabel, milhares de homens e mulheres negros, africanos ou afros-descendentes, compunham a população escravizada do Brasil. No entanto, não é possível identificar o número exato dessa população na ocasião, pois o último grande Censo populacional ocorreu em 1872.

PAÍSES AFRICANOS QUE CONTRIBUÍRAM COM SUAS ETNIAS PARA O BRASIL				
GRUPOS ÉTNICOS				
SENEGAL	GUINÉ BISSAU	SERRA LEOA	GHANA	ZAIRE
Wolof Kupo Diolo	Fula (*) Mandnga (*)	Mende (*) Temme	Fanto Ashanti (*) Akan N'Dommo	Bakuka (*) Baluba Bayaka Kuyu Zingalaas
CONGO	DAHOMÉ	TOGO	QUÊNIA	ÁFRICA DO SUL
Luba Cambindas (*) Muxicongos Bapende Kuba	Fon Mahii (*) Edo Sombas (*) Dan	Bariba Mina (*) Somba Gá Ewê	Massai Luo	Banto Zulu Massai
TANZÂNIA	GABÃO	MOÇAMBIQUE	BOTSWANA	NIGER
Balega Wamba Venda	Babwelé Bacota Mossi (*)	Macuas Maconde	Ochi	Fulani (*) Kanuri
COSTA DO MARFIM	ANGOLA	NIGÉRIA		
Senufo (*) Baule (*) Bambara Kra Lobi Dagon (*) Atiê Gorro Yaouré (*)	Humbi Ovambo Ngola (*) Ghangala Lunda Kioco Nhanheca Mbunda (*) Benguela (*) Ndongo Ovimbunda	Mpundo Kacongo Rebolo (*) Kassanje (*) Quimbundo (*) Bacongo (*) Luena Bena Kanioka Banto Bushongo Ambo	Yorubá Bini Ibo Ijô Samburu Ibidio Ekoi Nupe Tapa Ijeshá (*) Fon Ogboni Tiv Fulani Haussá	Rendille Igala Afkpo Efik Turkana Kanuri Jukun Ibadan Ilorin Luo Idoma Kikiu Pokot Dinka
Os grupos étnicos marcados com (*) foram os que mais contribuíram com escravos para formação étnica e cultural do Brasil e que mais sofreram nas mãos do invasor branco e traficantes de escravos				
Fonte: Eduardo Fonseca Junior—Sambaquis e Quilombos no Litoral Fluminense, 2004				

Aliás, professor/a, é bom lembrar que, no período anterior à Lei Áurea, junto ao movimento abolicionista que se fortalecia, algumas leis foram instituídas, visando diminuir o contingente de negros/as escravizados. Leis, entretanto, que acabaram por beneficiar os escravocratas e tiveram muito pouco efeito prático no cotidiano de homens e mulheres escravizados/as.

O que você lembra sobre isso? Vejamos...

Pelo menos 775 mil crianças africanas foram escravizadas e levadas para o Brasil nos primeiros cinquenta anos do século 19 (...) Crianças foram ganhando a preferência dos traficantes porque, entre outros aspectos, eram mais “maleáveis” que adultos, indicam novas pesquisas publicadas duzentos anos após a lei britânica que proibiu o comércio de escravos(...) No fim da era escravagista, um em cada três africanos escravizados era criança, nas estimativas do historiador David Eltis, da Universidade de Emory, em Atlanta, um dos maiores especialistas mundiais no tema.

Trecho de matéria publicada pela BBC. Brasil.com, disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/04/070405_crianças_escravas_pu.shtml-capturado em jan 08



Em 1850, através da Lei Eusébio de Queirós, proibiu-se o tráfico de escravos. Entretanto, em função dos muitos interesses – e artimanhas – dos escravocratas o tráfico, internacional continuava “comendo solto”. Só para que você tenha uma idéia da ineficácia, cinco anos depois ainda desembarcaram, em Pernambuco, os últimos 200 escravos que aqui chegaram. Não é à toa que essa lei ficou conhecida como “lei para inglês ver”.

A Lei do Ventre Livre, de 1871, também conhecida como Lei Rio Branco, tornava livres os filhos de escravas nascidos a partir de sua promulgação. A idéia, “na teoria” era de que, associada à Lei de 1850, forçaria uma gradual extinção da escravidão.

Finalmente, chegamos à Lei do Sexagenário, através da qual, em 1885, libertavam-se os/as cativos/as a partir dos 65 anos. Na prática, entretanto, essa Lei, tanto quanto a de 1871, pouco efeito prático trouxe. Afinal, todas as crianças ficavam até os 08 anos em poder dos senhores que, aí então, resolveriam se pediriam uma indenização ao estado ou se os/as mantinham como “propriedade” até que completassem 21 anos. E, no que se relaciona aos idosos, não é difícil imaginar que poucos eram aqueles que, em função da exploração e dos maus-tratos, ultrapassavam a “casa dos quarenta”.

Por essas e por outras, não lhe parece “curioso”, professor/a, que, apesar de tão expressivo, cultural e numericamente, esse “lado negro” da história brasileira seja tratado de maneira tão descomprometida pela sociedade brasileira e, de forma tão pouco aprofundada pela escola? Pois é!

Justamente esse descomprometimento que você bem sabe nunca se dá ao acaso na trajetória humana, acabou por “esconder” aspectos importantes da luta, pela liberdade, travada pela população negra ao longo dos séculos.

Bem, e se a história como um todo foi escrita pelo viés dos vencedores – brancos e masculinos –, dá para imaginar o que aconteceu com aquela outra parte, protagonizada pelas representantes do sexo feminino. Sobre isso, podemos afirmar, sem sombra de dúvida, que o “esquecimento” histórico, foi ainda maior. Você concorda, professor/a?



Liderança de Zumbi...

mas também das Marias, Tia Felicidade, Mariana Crioula, Zeferina, Maria Isabel e Chica, a da Silva, além de muitas outras...

E falando sobre isso, não podemos esquecer que, igualmente minimizada pela história oficial, foi também a resistência, que homens e mulheres, africanos ou descendentes, travaram ao longo de todo o processo de formação do país. Saiba, professor, que vários historiadores/as relatam os suicídios, abortos e as tentativas desesperadas de fuga, em busca da liberdade.

Veja, professor, que, no tocante à resistência negra, o aspecto mais divulgado é o que se refere aos quilombos. Espalhados por todos os cantos do Brasil constituíram não a única, porém a mais representativa forma de luta contra a escravidão. Dentre as centenas de quilombos edificados no país, o mais famoso foi o de Palmares, localizado na Serra da Barriga, em Alagoas.

Considerado por muitos especialistas um “estado africano no Brasil”, Palmares nasceu no início do século XVII e se manteve até 1695. Possuía uma complexa organização territorial, militar e administrativa. Macacos era sua capital. Além disso, dividia-se em inúmeros mocambos – cada qual com sua própria estrutura organizativa – dentre eles aquele chamado de Acotirene, provavelmente o nome da mãe de Zumbi. Povoado por negros, os quilombos eram também habitados por indígenas e brancos pobres, o que nos permite acreditar que suas redes de relações eram bem mais dinâmicas do que se parece. Entretanto, sua saga é contada na história oficial, através de sua destruição pelas forças policiais, sobretudo pela decapitação de Zumbi, o líder. Cabe ressaltar que a presença e contribuição feminina, embora só bem recentemente estejam sendo resgatadas, sempre fizeram parte do cotidiano palmarino.

Aliás, é bom lembrar que, após 1850, com a “extinção” - pelo menos no papel - do tráfico negreiro, passam a ser os/as crioulos/as – como eram chamados os africanos nascidos no Brasil - os/as principais articuladores e lideranças dos quilombos que se constituíram por todos os cantos do país.

Pois é! Nessa questão que se relaciona aos quilombos, muitas foram as mulheres participantes. Mas quase ninguém, ainda hoje, sabe disso. E olha não é por acaso! Isso se deve a um duplo processo de exclusão, contra alguém que, além de ser negra era, ainda, do sexo feminino.

Mas, você deve estar se perguntando que mulheres teriam sido essas. Portanto, vejamos algumas...

A carta escrita por Esperança Garcia, em 1770, é um relato precioso do que comumente acontecia com as escravizadas. Dirigida ao governador do Piauí, denunciava os maus tratos que estava sofrendo por parte do administrador. Esperança pertencia a uma das fazendas reais que foram incorporadas à Coroa depois da expulsão dos jesuítas. Era a Fazenda dos Algodões, na jurisdição da Inspeção de Nazaré, administrada pelo capitão Antônio Vieira do Couto. Esperança aí vivia com o marido, mas foi levada pelo capitão para ser a cozinheira na sede da Inspeção. O documento não só retrata as violências sofridas, quando fugia para encontrar o cônjuge, o que lhe era proibido, como o fato de ser submetida a interesses pessoais do patrão.

E tem mais... Lá para as “bandas do Ceará”, uma escrava conhecida como tia Ana, articulou a revolta que ocorreu em Viçosa, em 1835. E ainda tem gente que insiste na velha questão do sexo frágil, não é mesmo?



Chica da Silva.
Boneca de cabaça
feita por Rosiléia
Kátia Saraiva.
Diamantina- MG.

Aqueles que pretendem que é permitido arrancar aos senhores sua propriedade negra, pura e simplesmente porque essa propriedade é e sempre foi ilegítima, desconhecem que ela é e sempre foi legal; esquecem-se que o pacto social que a protege nada pode desfazer violentamente daquilo que instituiu legislativamente.

Deputado Barros Cobra, sessão de 25 agosto de 1884, citado em *Entre a mão e os anéis*. José Maria Nunes Mendonça. P.166. Editora Unicamp, 1999

Testemunha da importância da mulher negra, são as inúmeras referências à figuras femininas, Brasil afora, presentes nos nomes das atuais áreas remanescentes de quilombos. Serra das Morenas, em Alagoas; Lagoa da Negra, Lagoa Duas Irmãs e Paramirim das Crioulas, na Bahia; Mãe-Cué, Narcisa e Tomásia, no Pará; Maria Conga, no Rio de Janeiro; Maria Preta, em Sergipe e em Minas Gerais encontramos, dentre outras, a Buriti do Chega Nega.

De fato, precisamos considerar que esse processo de exclusão, executado para com os quilombos e seus/as líderes, foi propositadamente articulado pelos poderosos, ao longo do tempo. Na verdade, uma atitude processo que visava minimizar a importância e o papel desses espaços de resistência que, espalhados por todo o país, “atazanaram”, impuseram derrotas e desafiaram autoridades .

Espaços idealizados, implantados e controlados pelos/as negros/as, “na marra”! E olha que não somente se concretizaram como espaço físico de sobrevivência mas, de resistência, também econômica e cultural ao colonizador.

Por tudo isso tem sido a história tão lacônica, e, por tabela, também a escola, ao tratar desse que se constitui tão importante capítulo do “lado negro da história brasileira”. Você concorda?

Resistência de todas as formas e por todos os lados.

Contudo, é preciso lembrar que a resistência negra à opressão extrapolou os espaços dos quilombolas e se solidificou também por toda a sociedade de então. Sobre isso, de solo mineiro vem a história de Francisca parda, como era conhecida, até tornar-se a “Chica que manda”. Francisca da Silva – Chica da Silva - desafiou as autoridades e os costumes de então. Como negra, agia e se fazia aceitar como senhora da elite, graças a sua união com João Fernandes de Oliveira, responsável pelo contrato de extração de diamantes nas Minas Gerais. As nove filhas de Chica educaram-se no Recolhimento de Macaúbas, educandário destinado a moças das famílias mais influentes da região de Diamantina. Após o regresso do companheiro a Portugal, para manter seu papel na sociedade, filiou-se a diferentes irmandades religiosas, como era costume às demais mulheres forras. As irmandades reuniam pessoas de mesma origem e classe social. Chica, ou dona Francisca da Silva de Oliveira, como era tratada, pertenceu às principais irmandades do Arraial do Tejuco, tanto aquelas dos brancos, pardos ou negros.

Outra a se destacar foi a forra Mariana Baptista de Paracatu, que ofereceu à rainha, dona Maria I, um cacho de bananas feito de ouro, em troca de um título de nobreza. Figura mítica, dizem que de tão poderosa, era esperada pelo vigário que só após sua chegada dava início à missa.



Casa de Chica da Silva. Diamantina, MG.



Igreja Nossa Senhora do Carmo, construída entre 1760 e 1765 por Chica da Silva. Anos após a sua morte sua ossada foi retirada do interior da igreja e descartada. Diamantina, MG.

Como exemplo de resistência silenciosa, podemos citar o caso de Isabel da Silva, da cidade de Mariana. Parda e viúva, dedicou-se a assegurar educação e melhores condições de vida para os filhos. Custeava a formação de boticário do filho mais velho e a alfabetização do mais novo. Em 1760 por ocasião do término do inventário dos bens deixados pelo marido, viu-se vítima da antipatia que por ela sentia José Antônio Pinto Donas Broto, juiz de fora e dos órfãos de Mariana, que arbitrou caber a ela valor bem inferior àquele a qual teria direito. Para ele, os gastos propostos não se justificavam, afinal, tratava-se de “mulatos”. Isabel, determinada, travou uma longa batalha nos tribunais para assegurar seus direitos e de seus filhos, para poderem estes, dar prosseguimento aos estudos. Cá entre nós, você já pensou o que representava para uma sociedade racista e escravocrata a possibilidade de que não-brancos pudessem se instruir? É, a luta de Isabel e várias outras não deve mesmo ter sido fácil!

Terras quilombolas, por justiça e por direito

Bem, se você acha que não conhece “muita coisa”, saiba que não está sozinho/a. Pode acreditar nisso! Inclusive, veja o que destaca a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade-SECAD, do MEC...

Cabe ressaltar que, no Brasil, de acordo com os critérios coloniais, para que um espaço fosse considerado quilombo, era preciso que este reunisse, no mínimo, cinco escravos fugidos. Para entender os significados dos quilombos, é preciso compreender a história dos africanos antes de sua travessia pelo Atlântico. Segundo essa lógica, descobrimos que na África, *Kilombo* era o nome dado a uma sociedade guerreira, com organização militar bastante rígida e eficaz.

Quilombos, mocambos ou “calhambo”, palavra que teria origem na língua Banto e representaria fortaleza ou acampamento, foram de grande importância para a história da população escravizada, da própria história do país e, sobretudo, constituíram-se como importantes núcleos de resistência negra humana e cultural.

Diversificados nas origens, também o foram nas formas como se configuraram: daqueles onde pequenos grupos itinerantes viviam de assaltos nas estradas e fazendas até os de complexa estrutura, como o Quilombo de Palmares, no Nordeste brasileiro e o do Ambrósio, no centro-oeste mineiro.

E falando de definições, é preciso que estejamos atentos/as. Vale lembrar que antropólogos e historiadores chamam atenção para o fato de que esses espaços – os quilombos – à medida que acompanharam a trajetória da história brasileira foram sofrendo, ao longo do tempo, modificações em sua estrutura e formação.

Nas últimas décadas, diversos segmentos da sociedade civil, movimentos sociais, órgãos governamentais e não governamentais têm-se mobilizado em torno do reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos ou mocambos. Com base em ações de posse e titulação agrária, legitimadas constitucionalmente, calculam-se milhares de comunidades negras rurais e urbanas que lutam pelo direito às suas terras.

As comunidades remanescentes de quilombo ainda são pouco conhecidas por grande parte dos brasileiros. Entretanto, levantamento feito pela Fundação Cultural Palmares, órgão ligado ao Ministério da Cultura, aponta a existência de mais de mil comunidades quilombolas vivendo em ao menos dezoito estados do país: Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

<http://portal.mec.gov.br/secad/index.php?option=content&task=view&id=166&Itemid=31>

"Eu El-Rei faço saber aos que este alvará virem que sendo-me presentes os insultos, que no Brasil cometem os escravos fugidos, que vulgarmente chamam calhambras, passando a fazer o excesso de de quantarem em Quilombos, e sendo preciso acudir com remédios que evitem esta desordem: hei por bem que todos os negros que forem achados em Quilombos, estando neles voluntariamente, se lhes ponha com fogo uma marca em uma espádua com a letra F (...) e quando for executar essa pena, for achado lá com a mesma marca, se lhe cortará uma relha; tudo por simples mandado do juiz de fora, ou ordinário da terra ou do ouvidor da comarca, sem processo algum, só pela notoriedade do fato, logo que do Quilombo for trazido, antes de entrar para a cadeia".

Alvará de 03 de março de 1741, reproduzido por Joaquim Felício dos Santos em Memórias do distrito diamantino. In Quilombos identidade étnica e territorialidade. Pag 47.

Quilombo Ambrósio

Localizado em Minas Gerais, teria chegado a reunir mais de dez mil habitantes, ao ser destruído. Posteriormente, no mesmo local foi erguido um novo quilombo, então denominado Campo Grande.

Esse, ainda maior que o anterior, permaneceu invicto até 1759, quando foi destruído pelo bandeirante Bartolomeu Bueno de Prado.



Fuga de escravos. Óleo sobre tela de François Auguste Biard, 1859. Acervo Coleção Sérgio Fadel.

Em O'Dwyer (2002), por exemplo, percebemos que “a representação jurídica que considera quilombo lugar de escravos fugidos”, relaciona-se ao momento vivido no período colonial, ligando-se ao decreto de El-Rei...

São séculos de luta...

Assim, não podemos esquecer que, apesar do grande número de quilombos constituídos de maneira idêntica ao de Palmares, em busca da liberdade, essa não foi uma realidade única.

Isso porque há também aqueles que se configuraram enquanto resultado da permanência de negros/as escravos e/ou seus descendentes, em antigas propriedades senhoriais abandonadas ou doadas legalmente – ou até mesmo “de boca” – pelos proprietários, e assumidas pelos ex-escravos/as após a lei Áurea.

Mas o importante nisso tudo, professor/a, é perceber que, independente de suas origens são, igualmente, espaços de luta da população negra. Lamentavelmente, entretanto, podemos perceber também que compõem quase todos – com poucas exceções –, e apesar dos anos e anos ocupados pelas mesmas famílias e seus descendentes objeto de disputa pela posse da terra.

A realidade é que hoje, há quase cento e vinte anos após a “abolição da escravidão”, a quarta geração das famílias acalenta o mesmo sonho que, um dia, foi de seus bisavós: dignidade e reconhecimento.

Trocando em miúdos, isso quer dizer que os quilombolas do século XXI convivem com a mesma sensação de seus antepassados. Ou seja, também pisam em um chão que embora por justiça lhes pertença, ainda não é, de fato, seu! O que acha disso?

Na prática, do período que se seguiu da abolição até o presente, muitas têm sido as lutas desses remanescentes. Entretanto, no interior de alguns estados brasileiros, embora algumas famílias continuem ocupando a terra há centenas de anos, muitas, expulsas, deslocaram-se para outras áreas.

A Educação como aliada

Certamente, ao convidá-lo/a a essa reflexão, no que refere às diferentes possibilidades de explorar a temática quilombo em sala de aula, não desconhecemos que várias tentativas já ocorrem nesse sentido.

Apesar de todas as dificuldades, Brasil afora, esforços de educadores/as do movimento negro, da sociedade civil e de alguns governantes são, entretanto, ainda insuficientes. Assim, que fique bem claro mais uma vez que “nossa intenção não é reinventar a pólvora”, até porque não acreditamos em “receitas pedagógicas milagrosas” - mas, sim, na soma de esforços.

Entretanto, não podemos esquecer também que, em algumas ocasiões, essa parte da história é abordada de maneira superficial, muitas vezes restrita à comemoração do dia de Zumbi – 20 de novembro - ou, ainda, aos eventos promovidos em determinada semana que, ao encerrar-se na sexta-feira, no final do horário escolar, “desaparecem” do currículo.

Se depender de legislação...

Além dos esforços promovidos por diferentes setores, não podemos deixar de citar que a sociedade brasileira, a partir da Constituição Federal, de 1988, passou a reconhecer a legitimidade de posse e propriedade de terras consideradas quilombos.

Desde setembro de 2001, cabe à FCP, por delegação do presidente da República, pelo Decreto 3.192, a tarefa de fazer com que isso aconteça de fato.

A partir de 2003, outros decretos foram criados. Veja:

- Decreto s/n. de 13/05/2003: institui Grupo interministerial (GTI) para rever as disposições contidas no decreto federal 3.912/2001, que regulamenta a matéria e propor modificações;
- Decreto 4.883 de 20/11/2003: fica transferida do Ministério da Cultura para o Ministério do Desenvolvimento Agrário a competência para delimitação das terras remanescentes das comunidades dos quilombos; a determinação de suas demarcações, estabelecida no inciso VI, alínea “C”, do artigo 27 da lei 10.683, de 28 de maio de 2003; e expedição dos títulos das terras;
- Decreto 4.887 de 20/11/2003: regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

A quem interessavam que os/as escravizados/as analfabetos/as?



"Essas são as consequências quando se ensina aos moleques a ler e escrever: ficam sendo conhecedores e confidentes de todos os segredos".

Semana Ilustrada, 1872.

Aos remanescentes de comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

...É importante lembrar que os estados possuem legislação específica em relação às áreas de Quilombos...

"(...) antigamente aqui no quilombo a gente fazia diferente de hoje(...) fazia bolo de fubá enrolado na folha de banana(...)o arroz a gente plantava e depois levava ele no pilão(...) trabalhava cantando música bonita(...) a gente, de tarde, passava em casa, tomava banho e de noite ia dançar no baile(...) era com violão e sanfona(...) o tempo era bom demais(...) tenho saudades(...)".

Trecho do texto coletivo sobre a comunidade, produzido pela turma de Jovens e Adultos. Professora Geralda Moreira Paulino. Quilombo do Ausente.

- Lei 10.639 de 09\02\2003: altera a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - de 1996, tornando obrigatória a inclusão no currículo oficial dos estabelecimentos de ensino básico das redes públicas e privada o estudo de História e Cultura Afro-brasileira;
- Portaria nº 6 da Fundação Cultural Palmares, de 01/03/2004: institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades de Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas "terras de Preto", "Comunidades Negras", "Mocambos", "Quilombos", dentre outras denominações congêneres, para efeito do que dispõe o Decreto n 4.887/03;
- Instrução Normativa n.16 do INCRA de 24/05/2004: regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art.68 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
- Portaria nº 98 da Fundação Cultural Palmares de 28 de novembro de 2007: regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombo e revoga a Portaria de março de 2004.

Apesar de tudo isso, como você bem sabe, muito ainda há para ser feito. Os problemas e as resistências persistem. Ao lado da preservação de sua cultura e do resgate de sua história, a luta pela terra é, ainda hoje, um dos maiores desafios das comunidades remanescentes de quilombos.

Mas... o que é preciso para que uma comunidade possa ser considerada quilombola?

Trecho da Portaria nº98 da Fundação Cultural Palmares de 28 de novembro de 2007.

Art. 2º Para fins desta Portaria, consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnicos raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com formas de resistência à opressão histórica sofrida.

Art. 3º Para a emissão da certidão de autodefinição como remanescente dos quilombos deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

I - A comunidade que não possui associação legalmente constituída deverá apresentar ata de reunião convocada para específica finalidade de deliberação a respeito da autodefinição, aprovada pela maioria de seus moradores, acompanhada de lista de presença devidamente assinada;

II - A comunidade que possui associação legalmente constituída deverá apresentar ata da assembléia convocada para específica finalidade de deliberação a respeito da autodefinição, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, acompanhada de lista de presença devidamente assinada;

III- Remessa à FCP, caso a comunidade os possua, de dados, documentos ou informações, tais como fotos, reportagens, estudos realizados, entre outros, que atestem a história comum do grupo ou suas manifestações culturais;

IV - Em qualquer caso, apresentação de relato sintético da trajetória comum do grupo (história da comunidade)...



Escola do Quilombo do Ausente. Turma multisseriada

Escola escrita em preto e branco...

Ao longo de nossa história, a escola, desde suas origens, desconsiderando a característica multicultural de nosso povo, estruturou-se a partir de uma visão eurocêntrica.

Apesar dos esforços de muitos/as educadores/as, não apenas os descendentes de negros, mas, também os indígenas, “aprenderam” a “ler o mundo” com os olhos do colonizador branco europeu. Uma visão homogeneizada ainda, no que se refere às características regionais.

Entretanto, a partir da Lei 10.639/03, a escola passa a ser - cada vez mais - uma importante aliada da luta dos/as quilombolas. Você já parou para refletir sobre isso, professor/a?

Como garante a lei, o conteúdo programático das diversas disciplinas deve abordar o estudo de História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da identidade nacional, resgatando a contribuição dos africanos e afro-descendentes nas áreas social, econômica e política referentes à História do Brasil. No que se relaciona aos conteúdos da História Africana e Cultura Afro-Brasileira, devem ser tratados em todo o currículo escolar, principalmente nas áreas de Literatura, Educação Artística e História do Brasil.

Sobre isso, professor/a, é preciso destacar que o Ministério da Educação, preocupado em assegurar de fato, o acesso dos/as quilombolas, a uma educação de qualidade, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAP -, vêm investindo na formação de educadores/as para atuação em áreas de quilombos, promovendo a melhoria e ampliação da rede escolar e investindo na produção de material didático para essas populações. A coordenação desse trabalho, de diversidade e inclusão, vem sendo realizado em conjunto com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, Fundação Cultural Palmares e vários Ministérios.

“(...) Eu gostaria que a escola falasse da história dos quilombos (...) porque é importante conhecer, uai (...)!”

Isa da Silva Santos – 06 anos – Aluna do Ensino Fundamental – Mato do Tição

Quais têm sido as maiores dificuldades para que as escolas implantem a Lei nº 10.639/03?

O Brasil, ao longo de sua história, estabeleceu um modelo de desenvolvimento excludente, impedindo que milhões de brasileiros tivessem acesso à escola ou nela permanecessem. A dificuldade na aplicação da lei reflete a dificuldade com a qual a sociedade brasileira discute a presença do racismo, do preconceito e da discriminação racial contra a população negra. Disso resulta a lacuna na formação dos profissionais da educação e a ausência de material didático específico(...) Nas Diretrizes, as políticas públicas educacionais para a diversidade têm como metas o direito dos negros e negras se reconhecerem na história e cultura nacionais, de expressarem visões de mundo próprias, de manifestarem com autonomia seus pensamentos. É direito de todos os cidadãos brasileiros frequentarem escolas com profissionais da educação capacitados para lidar com as tensões produzidas pelo racismo e seus derivados. Espera-se o reconhecimento e a valorização da história e da cultura afro-brasileiras e africanas, bem como o fortalecimento da identidade dos afro-brasileiros. Espera-se que nossos alunos e alunas ao se beneficiarem da possibilidade de refletirem sobre uma temática tão importante, desenvolvam um senso crítico sobre as ideologias presentes na sociedade. Mais do que isso se espera que uma nova geração rejeite a presença do racismo na sociedade brasileira.

<http://portal.mec.gov.br/secad/index.php?option=content&task=view&id=166&Itemid=31> - ACESSO EM JANEIRO DE 2008

É preciso, porém, considerar que, apesar dos avanços e conquistas, muito trabalho temos nós, educadores/as, pela frente, no sentido de assegurar que de fato esse resgate da cultura negra se efetive na prática cotidiana escolar.

Daí nosso convite. Queremos, juntos/as com você, estabelecer com os/as alunos/as um vínculo entre passado e presente de nossa história, tornando-a parte da escola, dos discursos dos/as professores, dos conteúdos dos livros, enfim, vivo, através dos debates e trabalhos desenvolvidos em sala de aula.

Pretendemos assim, colaborar para o resgate da cidadania daqueles que, quilombolas, foram por muito tempo esquecidos e colocados “de lado” no universo escolar.

O compromisso da sociedade brasileira, no que se refere à escolarização de crianças e jovens das classes populares, encontra-se assegurado na Carta Magna e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Mas... será mesmo que isso encerra a questão?

De fato, assegurar a universalização do acesso à escola, sem dúvida foi o primeiro grande passo, mas, não é tudo! O segundo, entretanto, é garantir a permanência das crianças, jovens e adultos, nessa escola. Aliás, aproveitamos a oportunidade para lhe perguntar: O que você e seus/as colegas têm discutido sobre isso? De que maneira, aí em seu município, essa questão vêm sendo tratadas?





Falou e disse

Bate-papo com Francisco Cordeiro Barbosa, o Ticão, presidente desde 2005, da Federação Quilombola do Estado de Minas Gerais. A diretoria é composta por seis pessoas e duas são mulheres. Atualmente a Federação funciona em uma das salas do Centro de Documentação Elói Ferreira – Cedefes.

Minas de Quilombos - De que maneira funciona a Federação?

Ticão - Bem...a federação é pra estar representando e apoiando as iniciativas(..) e a decisão das comunidades quilombolas. A gente tem um trabalho de mobilização e de conscientização dessas comunidades, porque a maioria não conhece seus direitos(...) não conhecem nada de leis, de instruções normativas.

MQ - Quantas comunidade são filiadas à federação?

Ticão – No momento quando fundou tinha umas trezentas e poucas comunidades quilombolas, mas estamos necessitando de um projeto pra fazer as visitas pra fazer um trabalho de mobilização e de conscientização das outras comunidades.

MQ - Quantas comunidades quilombolas já foram identificadas aqui em Minas Gerais?

Ticão – Olha[...] acho que tem umas 80 notificadas em processos do INCRA, mas com o pleno conhecimento são 430 comunidades quilombolas(...)mas acho que pode chegar a 500...

MQ - Quantas são aquelas em que os remanescentes possuem a posse da terra?

Ticão – Que eu conheço só tem uma, que é a comunidade de Purpuris, no Vale do Jequitinhonha(...) mesmo porque tinha o interesse da Companhia CELIG, de fazer uma barragem(...) e acabou acontecendo essa troca da comunidade, entendeu, do território dela com outro território das Gerais e acabou que inundou o território da comunidade.

MQ - O que é preciso pra que uma comunidade seja reconhecida como quilombola?

Ticão – Que essa comunidade seja fundadora daquele local(...), que tenha mais de 100 anos que ela habite ali e mais o auto reconhecimento(...)ela sentir que é quilombola e falar que é quilombola. É a auto atribuição, a autodeclaração da comunidade.

MQ - Há uma proposta do governo no sentido de mudar esse auto reconhecimento, não é isso?

Ticão – Há. É a instrução normativa nº.20, a respeito do decreto, e voltando um pouco atrás, esse decreto era contestado por um

partido político(...) ele inclusive, entrou com um adendo contra esse decreto. Em cima do decreto de outra lei, o INCRA criou a instrução normativa de nº. 16 e alterou o texto da normativa nº. 20 e agora os dois estão sofrendo alteração. Vamos estar em Brasília com as associações quilombolas pra discutir a alteração dessa normativa(...).

MQ - Quais as principais reivindicações das comunidades quilombolas aqui em Minas Gerais?

Ticão – Olha, a principal reivindicação aqui em Minas Gerais é a coisa do território(...) porque as comunidades quilombolas, elas se encontram encurraladas dentro de seus próprios territórios.

MQ - Quais os principais problemas enfrentados?

Ticão – Olha, é tudo(..)educação... Você só encontra mais escola de 1ª a 5ª série(...) também não tem posto de saúde nas comunidades, o atendimento é precário porque as comunidades são distantes das cidades e você encontra o hospital só na cidade(...) essa locomoção pra consultar ou comprar remédios, isso



dificulta muito e acabam morrendo pessoas ...mulheres de parto porque não dá pra chegar na cidade, têm hemorragia e uma outra coisa e acaba morrendo antes de chegar na cidade(...)

MQ - O que pensa sobre a Lei nº 10639/03? Você acha que a escola hoje está valorizando mais a participação do negro na história do Brasil?

Ticão – Eu acho que está começando a discutir viu, mas não está bem valorizando(...) mas ainda está havendo um pouco de pendenga pra esse lado(...) acho que mesmo sem querer está começando a abraçar(...) porque não tem como hoje as pessoas fugir da realidade(...) É uma lei que tem que ser aplicada. Porque na verdade mesmo o livro didático que tem hoje fala assim: ah...porque o negro foi escravo, mas não detalha o dia-a-dia que essa comunidade viveu, o que essa família viveu no dia-a-dia né?

...Ser negro não é só ter a pele negra(...) Eu tenho uma sobrinha que é loura(...) Ser negro/a é ter a consciência de que é descendente dos negros/as que fizeram a história do Brasil...

E é bom que essa nova lei aí obriga a falar de toda a história dos afro descendentes no Brasil, da família africana e o dia-a-dia que eles viviam aqui, o passo a passo.

MQ - A Federação aqui em Minas tem alguma trabalho em conjunto com a Secretaria de Educação? Ou com as Secretarias Municipais de Educação?

Ticão – No momento nós estamos realizando uma parceria aí com a UFMG e com duas outras particulares(...) Então a gente tem assim... um vínculo, mas assim em normal, no geral é muito mais local né?

MQ - O que é mais difícil no Brasil, ser um homem negro ou uma mulher negra?

Ticão – As mulheres negras também sofrem mais que os negros no Brasil, porque elas sofrem as consequências também quando vão pro mercado de trabalho(...) Outro dia uma professora de faculdade falou que não existia isso, que não tinha racismo(...) e eu falei: não, você acha que não tem?(...) anda aí pelas lojas, pelos shoppings(...) eu não vejo nenhuma negra e nenhum negro na linha de frente. Eles estão lá é no serviço de linha de fundo e

por que isso? Achem que o negro não tem competência? É uma discriminação, né?

MQ - Qual é a situação do negro no Brasil hoje?

Ticão – A situação do negro no Brasil hoje que a gente vê, que em todas as partes se vê é que está num nível mais baixo de pobreza né, de desemprego, de pouco estudo. Em todas as partes o negro está prejudicado. Mesmo na saúde e tal...

MQ - Uma mensagem para as comunidades quilombolas do Brasil

Ticão – Olha eu diria pediria que as comunidades quilombolas procurassem se unir, entender os seus direitos e lutar pra que isso aconteça, porque isso efetiva nossas conquistas(...) e isso vai pressionar os governos a cumprir seu dever para com os/as quilombolas...

Francisco Carlos de Oliveira



Acima frente e aqui verso do Cartaz do 1º Encontro de Comunidades Negras e Quilombolas, em novembro de 2004, BH, MG.

Em Solo Mineiro...

A partir do século XVIII, a descoberta de ouro e pedras preciosas, na região de Minas Gerais, exigiu grande concentração de mão de obra escravizada – homens e mulheres - para lá transportados, após entrada no país pelos portos da Bahia e do Rio de Janeiro ou transferidos da região Nordeste. Minas Gerais chegou a ter a maior população negra de toda a América.

Como consequência da enorme demanda, o valor de um/a cativo/a tornou-se mais caro que em outros lugares do Brasil. Alguns historiadores falam de um quilo de ouro o custo de cada homem e, no que se relaciona às diferentes origens, indicam que no início predominavam os africanos de origem sudanesa, chamados “negros minas”. Posteriormente, por razões econômicas, foi a vez dos Moçambiques, Angolas, os Benguelas e os Congos, regiões de mais fácil acesso aos portugueses.

População escrava no Brasil no Século XIX, segundo as regiões - 1864/1887				
REGIÕES	1864	1874	1884	1887
Brasil	1 715 000	1 540 829	1 240 806	723 419
Extremo Norte	101 000	107 680	70 394	43 981
Amazonas	1 000	1 545	...	...
Pará	30 000	31 537	20 849	10 535
Maranhão	70 000	74 598	49 545	33 446
Nordeste	774 000	435 687	301 470	171 797
Piauí	20 000	23 434	16 780	8 970
Ceará	36 000	31 975	...	108
Rio Grande do Norte	23 000	13 634	7 209	3 167
Paraíba	30 000	25 817	19 165	9 448
Pernambuco	260 000	106 236	72 709	41 122
Alagoas	50 000	36 124	26 911	15 269
Sergipe	55 000	33 064	25 874	16 875
Bahia	300 000	165 403	132 822	76 838
Sudeste	745 000	856 659	779 175	482 571
Minas Gerais	250 000	311 304	301 125	191 952
Espírito Santo	15 000	22 297	20 216	13 381
Rio de Janeiro	300 000	301 352	258 238	162 421
Corte	100 000	47 084	32 103	7 488
São Paulo	80 000	174 622	167 493	107 329
Oeste e Sul	95 000	140 803	89 767	25 070
Paraná	20 000	11 249	7 768	3 513
Santa Catarina	15 000	15 250	8 371	4 927
Rio Grande do Sul	40 000	98 450	60 136	8 442
Mato Grosso	5 000	7 054	5 782	3 233
Goiás	15 000	8 800	7 710	4 955

Fonte: REIS, João José. *Presença Negra: conflitos e encontros. In Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. pp: 91 -*
http://www.ibge.gov.br/brasil500/tabelas/negros_regioes.htm

A maioria das comunidades quilombolas de Minas Gerais são posteriores ao decreto de “abolição” assinado em 1888. Com a “extinção oficial” da escravidão, essa população, que não recebeu qualquer compensação, não tinha mais onde ficar, não havia trabalho e, menos ainda, perspectivas de integração à sociedade brasileira. Como consequência, na busca da sobrevivência e entregues à própria sorte, inúmeras famílias migraram para o interior, para áreas desabitadas ou margens de fazendas. Poucas foram aquelas que receberam terras como doação dos antigos senhores e ali constituíram comunidade ou, ainda, que conseguiram comprar pequenos lotes nas fazendas onde haviam sido cativos/as.

Popularmente prevalece ainda, na maioria das vezes, a idéia de que todos os quilombos Brasil afora tenham se constituído apenas a partir do negro/a fugitivo/a, o que é verídico em alguns casos, mas não em todos. É importante lembrar, ainda, que de um modo geral, quilombos acolhiam também índios/as, mestiços/as e brancos/as pobres ou à margem do sistema.

Na atualidade, alertam historiadores/as, é preciso estar atento para o fato de que o conceito de quilombo se ampliou, não se relacionando unicamente às origens históricas. Dessa forma, hoje é reconhecido por suas características antropológicas e territoriais. A relação da comunidade com o território (uso e apropriação), com a cultura de matriz africana e com a política, é que definirá se uma comunidade caracteriza-se ou não como quilombola. Ou seja, o quilombo é, de fato, espaço de resistência e reinterpretarão do mundo por seus moradores/as, etnicamente diferenciados.

O mapa das minas

A população quilombola de Minas Gerais é em grande parte oriunda do povo Banto, que habitava as regiões Sul e Sudeste do continente africano. Todos os dialetos identificados até agora no estado, segundo historiadores, são dessa matriz africana. As comunidades de **Ausente**, no município de Serro, **Mato do Tição**, no município de Jaboticatubas, **Quartel do Indaiá**, em Diamantina, e **Tabatinga**, no município de Bom Despacho, são alguns exemplos disso. Contudo, é importante lembrar que africanos/as de diversas outras origens também foram feitos/as cativos/as em solo mineiro.

Estima-se que atualmente a população quilombola de Minas Gerais compreenda entre 90.000 e 100.000 indivíduos. O maior grupo existente, com cerca de sete mil pessoas, é, provavelmente, aquele formado pelas 27 comunidades denominadas Gurutubanas, que se acham espalhadas em 06 municípios na região Norte do estado. Outra importante comunidade é a de Brejo dos Crioulos, no município de São João da Ponte, que reúne quase três mil moradores. Em sua maioria, entretanto, essas comunidades constituem-se em pequenos agrupamentos, com média de vinte e poucas famílias.

A grande maioria dos quilombos até o momento identificados localiza-se em áreas rurais. Ao longo dos séculos de escravidão, negros/as fugidos, em busca de liberdade, geralmente, optavam por locais de difícil acesso, como grotas, serras e matas fechadas, situação atual de muitas comunidades.

A mineração portuguesa na América, a partir do Sc XVIII transformaria toda a vida cotidiana das Gerais



Em algumas localidades, com a região Central, a situação configurou-se de maneira um pouco diferenciada. Sua urbanização teve início já no século XVIII e nela se encontram a antiga e a nova capital do Estado, grandes centros de atração populacional. A concentração de cidades fez com que ex-escravizados/as fossem morar nas áreas urbanas e circunvizinhas, visando melhores condições de trabalho e de sobrevivência. Posteriormente, com a forte urbanização das últimas décadas, as cidades acabaram por engolir os espaços antes restritos a essas comunidades, resultando na atual existência dos quilombos urbanos. Essa situação pode ser observada na própria capital do estado, Belo Horizonte, que possui duas comunidades negras inseridas nesse contexto: quilombos de Luízes e Mangueiras, que enfrentam sérios problemas devido à ocupação ilegítima de seu território por empreendedores e moradores urbanos.

Na área metropolitana encontramos a mesma situação em relação à dos Arturos, no município de Contagem.

No município de Teófilo Otoni, no vale do rio Mucuri, há o caso do quilombo de Palmeiras, que surgiu com a aglomeração de trabalhadores negros da linha ferroviária.

Na região Norte de Minas Gerais, a maioria dos quilombos está localizada nos vales do rio Verde Grande e do Gurutuba. Esses vales, situados à margem direita do rio São Francisco, não foram habitados pela população “branca” nos primeiros séculos de ocupação devido aos focos de malária existentes na região. A população de origem africana apresentava maior resistência a essa doença endêmica, e isso serviu como “um escudo” permitindo a ocupação desse local. Alguns grupos indígenas também habitaram naquelas redondezas.

Considerando as características da região que ocupam ou a atividade desenvolvida pela comunidade, as populações tradicionais da região Norte são conhecidas como geraizeiros, catingueiros, vazanteiros e ribeirinhos e, muitas vezes, se fundem com as comunidades quilombolas. Dessa forma, encontramos comunidades quilombolas que são consideradas também ribeirinhas e vazanteiras nos municípios de Manga, Itacarambi e Januária. Há comunidades de quilombolas que vivem nas chapadas em municípios da margem esquerda do São Francisco, por isso também são conhecidos como chapadeiros. Os vales dos rios Urucuia e Acari apresentam um grande contingente de quilombolas, principalmente nas bordas das chapadas. Já os que habitam os vales do Verde Grande e do Gurutuba são denominados geraizeiros e catingueiros, indicando se estão inseridos no cerrado ou caatinga.

No vale do Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus, grande parte das comunidades quilombolas se encontra na sub-região do Médio Jequitinhonha. A ocupação se deu no século XIX, quando a região era ainda coberta por uma densa floresta tropical, a Mata Atlântica, e era pouco ocupada pela população branca. A ocupação pelos quilombolas se deu em decorrência de fugas devido à fome persistente nas regiões áridas ou em busca de refúgio e como resistência à opressão extrema que enfrentavam.

Na região do Alto Jequitinhonha, a prática do garimpo, que se dá desde o século XVIII, ainda persiste. As comunidades quilombolas da região são originárias deste contexto econômico, que, em longo prazo, propiciou processos erosivos e degradação do meio ambiente que afetaram a vazão dos cursos d'água locais. Tal condição faz com que atualmente enfrentem ainda graves problemas de produção de alimentos.

A região do rio Doce contém aproximadamente 8,0 % das comunidades quilombolas identificadas em Minas Gerais. Destaca-se uma grande diversidade cultural entre elas. O Alto rio Doce fazia parte da região mineradora no século XVIII, e por isto concentrou diversos agrupamentos de negros fugidos, alforriados e livres. Na parte baixa do rio prosperou o cultivo cafeeiro no século XIX.

Atualmente há na região quinze comunidades identificadas, totalizando 3,7 % das comunidades mineiras.

Sabe-se que a tradição de matriz africana é muito forte no Sul e na Zona da Mata do estado, principalmente na expressão do reisado/congado.

As atividades cafeeiras concentravam plantéis de até trezentas pessoas escravizadas nas fazendas. Esta população vem sendo expulsa de seus territórios desde a Lei de Terras de 1850, que determinou o registro em cartório das áreas já

ocupadas, e que novas propriedades só seriam obtidas por meio da compra e venda, junto ao governo ou a terceiros proprietários. A população escravizada ou alforriada, assim como demais excluídos/as sociais, habitantes do campo, não dispunham de informação e de recursos suficientes. Não tiveram, portanto, acesso legal a novas terras e as que já ocupavam não foram registradas, passando muitas vezes para as mãos de fazendeiros, em processos violentos de expropriação. Consequência desse processo, várias comunidades foram, ao longo dos anos, desalojadas de suas terras e seus integrantes se viram obrigados/as a migrar para as cidades.

No Triângulo Mineiro, em pleno século XX, as comunidades perderam suas terras principalmente devido à especulação e à grilagem, efetuadas de maneira violenta ou “legal”. As populações tradicionais foram expulsas de seus sítios. A partir da década de setenta, com a expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste do País e a modernização excludente do agronegócio, se viram “empurradas” para os centros urbanos. O espaço geográfico da região se encontra tomado pela soja e pelos pastos, há apenas pequenas manchas de cerrado em alguns grotões. Como resultado, cidades como Uberaba e Uberlândia possuem, na atualidade, uma enorme população afro-brasileira oriunda da expulsão que sofreram dos sítios que tradicionalmente ocupavam.

Nas regiões Centro-Oeste e Alto Paranaíba, há até o momento apenas 17 comunidades quilombolas identificadas, número que certamente deve ser bem maior, exigindo pesquisas e levantamentos futuros. A região foi povoada por muitos quilombos no período colonial e imperial. O grande quilombo de Campo Grande, que contava com um expressivo número de agrupamentos quilombolas é onde se localiza o sítio do quilombo de Ambrósio, no atual município de Ibiá. O quilombo de Ambrósio se tornou uma referência simbólica da resistência negra em Minas Gerais.

A região Central de Minas Gerais é uma região emblemática. Desde o século XVIII, o seu povoamento – excetuando-se os povos indígenas – se deu através da busca do ouro, com grande migração de portugueses, mestiços, escravos indígenas, escravos africanos e afro-brasileiros, entre outros. Essa região transformou-se na principal província do reino português em todo o mundo. O número de negros trazidos a Minas Gerais foi muito grande por volta dos anos setecentos e esse movimento populacional continuou nos séculos seguintes. De acordo com alguns historiadores, a população negra era maior do que a de origem européia nas grandes cidades coloniais. Havia também um importante contingente nas cidades, de negros libertos e forros, principalmente de mulheres (Paiva, 2001). O trânsito dos cativos/as nas cidades era diferente do escravo rural. Havia uma dinâmica e uma elasticidade de movimentos dos/as escravizados/as, não existente nas fazendas do interior, pois as figuras do escravo de ganho e das negras de tabuleiro eram urbanas e tinham certa liberdade dentro da cidade. Nas lavouras, o controle social era mais fácil, pois seu trabalho e seu descanso estavam restritos ao domínio da fazenda.

Em pleno século XXI, cerca de quatrocentas comunidades quilombolas em Minas Gerais ainda lutam pela legitimação de seus direitos, principalmente daquele relacionado à titulação de seu território. A efetivação desses direitos é uma dívida histórica da sociedade.



Tropeiros atravessando o caminho
do Arraial do Tejuco, atual Diamantina
Litografia. Rugendas

Minas de Quilombo. Uma história escrita no feminino...

Pesquisas históricas indicam que as representantes do sexo feminino, que começaram a ser traficadas a partir das últimas décadas do século XVI, se configuravam como contingente 20% inferior ao total masculino transportado, preferido por suas condições de maior resistência ao trabalho necessário no cativeiro. Não é difícil imaginar que além dos maus-tratos físicos, da separação forçada de filhos, maridos e parentes, fossem elas, ainda, vítimas de toda sorte de abusos sexuais.

Negras meninas e também de mais idade no Novo Mundo recebiam de imediato nomes cristãos, de preferência Maria, evidenciando complexa e promíscua relação entre religiosidade e exploração humana. Contudo, muitas mantiveram e preservaram seus nomes de origem, parte significativa de suas identidades étnicas e religiosas. Assim, “Maria”, entendido como “apelido de terra de brancos” acabava por configurar-se apenas nas relações com os opressores. Situação semelhante ocorreu com a prática religiosa, que muitas vezes para a preservação de suas crenças e ritos de matriz africanos/as, usaram estratégias que ajudaram a dar origem ao sincretismo religioso de nossa terra.

A garra feminina na busca de brechas que permitissem a superação da terrível condição imposta pelo cativeiro é popularmente conhecida em todos os cantos do país. Reunir dinheiro para a compra de sua liberdade foi o sonho alcançado por muitas. Minas Gerais destaca-se pelo expressivo número de libertas, duas alforriadas para cada homem negro livre, certamente como resultado da grande quantidade de ouro e pedras preciosas da região. Outras mulheres, apesar dos poucos direitos legais existentes que experimentavam, levaram aos tribunais escravocratas arraigados.

Também é expressiva a participação feminina negra, na organização ou nos levantes dos grupos de escravizados contra os dominadores portugueses, bem como nas revoltas populares surgidas nas diferentes regiões do país.



Negra Monjolo. Gravura de Johann Moritz Rugendas, 1835. Acervo Biblioteca Nacional.



Negra Mina. Gravura de Johann Moritz Rugendas, 1835. Acervo Biblioteca Nacional.

Enxada, crianças, mesa e cama...

Responsáveis pela execução das mais diferentes tarefas, nas lavouras, nas cozinhas, na arrumação da casa grande, no amamentar e cuidar da prole das mulheres brancas, dentre várias outras atribuições, muitas eram ainda, escolhidas pelos senhores ou feitores como “suas preferidas” para utilização sexual.

Nas cidades, destacam-se também as quitandeiras, vendeiras ou ganhadeiras, atuantes nos períodos da Colônia e Império. É interessante destacar que as ganhadeiras, com seus tabuleiros, constituíam-se muitas vezes a única ou a mais importante fonte de ganho de viúvas e das famílias dos pequenos produtores existentes nas cidades.

Especificamente nas Gerais, encontramos ainda existência da enorme exploração sexual de mulheres – negras escravizadas ou forras – nas áreas de extração de ouro e pedras preciosas. Figueiredo(1993) destaca a preocupação das autoridades em relação aos problemas advindos da presença de mulheres “para o uso de apetites” de seus donos ou dos homens das minas e cita, inclusive, as devassas eclesiais realizadas por religiosos visando interromper tal prática, sempre, entretanto, sem sucesso definitivo.

Se a compreensão da enorme contribuição dos quilombos à história do país vem sendo descortinada, cada vez mais, como resultado de estudos históricos, baseados em documentos e, mais recentemente, com etnografias e laudos antropológicos, o mesmo não se pode afirmar em relação à participação feminina nesse episódio.

Faltam registros. Contudo, indícios permitem destacar que essa presença se fez com representantes comuns e até mesmo de rainhas, como Tereza de Benguela - africana ou brasileira, não se sabe, - que teria sido líder do quilombo do Quairiterê, em Mato Grosso. Permitem ainda supor que essa participação feminina tenha sido, na maioria dos quilombos, de extrema importância na manutenção do dia-a-dia, abastecimento de provisões e, sobretudo, na preservação de valores culturais e religiosos.

“Eu, Esperança de São Boaventura, achando-me em meu perfeito juízo resolvi de minha livre vontade fazer o meu testamento pela seguinte forma. Declaro que sou natural da Costa D’África não sabendo minha idade e filiação por que fui uma das vítimas de horrível crime que se chama escravidão e por muitos anos envergonhou este Brasil.”

Trecho do Inventário de Esperança de Boaventura. Arquivo Público Municipal de Santo Amaro, Bahia, 1906.

Cozinha na roça. Estampa litográfica de Victor Frond, c. 1859.
Acervo: Biblioteca Guita e José Mindlin.



Reza Forte, justamente por ser feminina...

Se a prática de passar ensinamentos de uma geração à outra tem sido parte característica da cultura humana, entre as mulheres traficadas e aquelas posteriormente nascidas no país, reveste-se de especial importância, configurando-se como elo essencial na preservação das tradições, culturas e história negra.

Conseguiram, através da oralidade e de suas práticas religiosas, conhecimentos ancestrais sobre ervas, passados de mães para filhas. A reinterpretação que muitas fizeram do catolicismo que lhes foi imposto, a influência indígena que receberam, as mandingas e pedidos de proteção ao corpo, pela saúde, para o amor, pelas dádivas da natureza sobreviveram ao tempo, e até hoje permanecem vivas nas comunidades quilombolas remanescentes.

É verdade que os papéis se confundem e se completam. As aparadeiras e parteiras, na maioria das vezes também benzedeiras e rezadeiras, inexistentes nos registros da história brasileira, ofereceram importante contribuição à nossa história após sua chegada ao país. Schumacher e Brazil (2006) lembram que um pouco da atuação dessas negras, pioneiras na manutenção da saúde das famílias brasileiras, pode ser encontrada nos autos dos processos da Inquisição instaurada pela Igreja Católica. Muitas foram acusadas de feitiçaria pela prática de cura com ervas, adivinhações e assim por diante. Apenas em 1831, o código brasileiro passou a “tolerar o fetichismo”, desde que fosse restrito à senzala e se submetesse a incursões policiais.

Exemplo disso é Luiza Pinta. Traficada da África no início do século XVII, foi uma das vítimas do Tribunal do Santo Ofício em Minas Gerais. Condenada ao degredo, ficou proibida de retornar a Sabará.

Contudo, apesar da forte perseguição sofrida, fruto da pressão realizada pelas autoridades religiosas católicas, inclusive através da instituição das irmandades religiosas negras, sobreviveram às diferentes proibições impostas, driblaram a vigilância policial e influenciaram a sociedade brasileira de norte a sul. Não é que conseguiram ainda “africanizar” a doutrina católica?

Como nos partos, hoje praticamente já não mais realizados nas comunidades, com exceção de casos de emergência onde não havia método único, também as receitas de chás, poções de ervas e palavras utilizadas nas rezas e benzeções algumas vezes diferenciam-se, dependendo da região, em sua preparação e utilização. Porém uma coisa é certa: mau-olhado, lombeira, quebranto e espinhela caída não têm muitas chances nos quilombos!

Nos primeiros anos da cidade de Belo Horizonte, destacam-se as parteiras tia Eva, dona Júlia e Maria Honorata, esta também conhecida com “macumbeira”, provavelmente por sua experiência com rezas e simpatias.

Como exemplo de mineiras que têm seus nomes relacionados às plantas milagrosas, rezas e “aparamentos”, podemos citar Maria da Conceição Ferreira, nascida em 1910 e reverenciada na comunidade onde mora, pelas curas que lhe são atribuídas.

Em Araçuaí, Luíza Teixeira Ramalho afirmava curar espinhela caída com palavras ditas nas costas e pela frente do doente. Era preciso, entretanto, que ele segurasse uma chave durante a reza.

Vem de berço... Até o início do século XX, era comum que ex-es-cravizadas atuassem como parteiras. Comadre Felicidade, de Passa Quatro é um desses exemplos. Em 1931, durante uma epidemia de varíola, atuou como enfremeira junto aos doentes.



MINISTÉRIO DA CULTURA-FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES RELAÇÃO DE QUILOMBOS EM MINAS GERAIS

Nº DE ORDEM	COMUNIDADE	MUNICÍPIO	PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
2004	01	BAGRES	VAZANTE
	02	BREJO DOS CRIoulos	SÃO JOÃO DA PONTE / VARZELÂNDIA
	03	BUIÉ	VIÇOSA
	04	BURITI DO MEIO	SÃO FRANCISCO
	05	FAMÍLIA DOS AMAROS	PARACATU
	06	MACHADINHO	PARACATU
	07	MUMBUCA	JEQUITINHONHA
	08	SANTANA DO CAATINGA	JOÃO PINHEIRO
	09	SÃO DOMINGOS	PARACATU
2005	01	ARTUROS	CONTAGEM
	02	BAINHA	VAZANTE
	03	BOA MORTE	BELO VALE
	04	COLÔNIA DO PAIOL	BIAS FORTES
	05	CONSCIÊNCIA NEGRA	VAZANTE
	06	LUÍZES	BELO HORIZONTE
	07	MUZAMBINHO	MUZAMBINHO
	08	ÁGUA PRETA	OURO VERDE DE MINAS
	09	BOA VISTINHA	SÃO JOÃO DA PONTE E VERDELÂNDIA
	10	BOM JARDIM DA PRATA	SÃO FRANCISCO
	11	CABELUDO	VAZANTE
	12	CERCADO	PARACATU
	13	COMUNIDADE DOS MARCOS	CARLOS CHAGAS
	14	ESTIVA	AMPARO DO SERRA
	15	FAZENDA SERTÃOZINHO	CAPINÓPOLIS
	16	GORUTUBA	PAI PEDRO, JÁIBA, PORTEIRINHA, GAMELEIRAS, CATUTI, JANAÚBA E MONTE AZUL
	17	JÚLIA MULATA	LUISLÂNDIA
	18	LAPINHA	MATIAS CARDOSO
	19	LIMEIRA	SÃO JOÃO DA PONTE E VERDELÂNDIA
	20	NEGRA RURAL DE QUILOMBO	OURO VERDE
	21	PONTAL	PARACATU
	22	PONTINHA	PARAOPEBA
	23	PORTO CORIS	LEME DO PRADO
	24	PRAIA	MATIAS CARDOSO
	25	QUILOMBO	MINAS NOVAS
	26	SANTA CRUZ	OURO VERDE
	27	SAPÉ	BRUMADINHO
	28	SETE LADEIRAS	SÃO JOÃO DA PONTE
	29	TERRA DURA	SÃO JOÃO DA PONTE
2006	01	AÇUDE	JABOTICATUBAS
	02	ÁGUA LIMPA DE BAIXO	BERILO
	03	ÁGUA LIMPA DE CIMA	BERILO
	04	ÁGUA PRETA DE CIMA	OURO VERDE DE MINAS
	05	ALTO CAITITU E MUNIZ	BERILO

06	BARRO PRETO	SANTA MARIA DE ITABIRA	13/12/2006
07	BEBEDOURO	MANGA	13/12/2006
08	BREJO DE SÃO CAETANO	MANGA	12/05/2006
09	BREJO GRANDE	INDAIBIRA	24/03/2006
10	CAITETU DO MEIO	BERILO	13/12/2006
11	COMUNIDADE DOS BERNARDOS	RAUL SOARES	13/12/2006
12	COMUNIDADE DOS FERREIRAS	PESCADOR	07/06/2006
13	COMUNIDADE QUILOMBOLA DO GERAIS VELHO	UBAÍ	28/07/2006
14	DR. CAMPOLINA	JEQUITIBÁ	12/05/2006
15	ESPINHO	MANGA	12/05/2006
16	GRAVATÁ	CHAPADA DO NORTE	07/06/2006
17	ILHA DA INGAZEIRA	MANGA	12/05/2006
18	INDAIÁ	ANTÔNIO DIAS	28/07/2006
19	JUSTA I	MANGA	12/05/2006
20	JUSTA II	MANGA	12/05/2006
21	MACUCO	MINAS NOVAS	20/01/2006
22	MALHADINHA	MANGA	12/05/2006
23	MANGUEIRAS	BELO HORIZONTE	20/01/2006
24	MATO DO TIÇÃO	JABOTICATUBAS	12/05/2006
25	MOÇA SANTA	CHAPADA DO NORTE	28/07/2006
26	MOCÓ DOS PRETOS	BERILO	13/12/2006
27	PEDRA PRETA	MANGA	12/05/2006
28	POÇÕES	FRANCISCO SÁ	07/06/2006
29	PURIS/CALINDÓ	MANGA	12/05/2006
30	QUILOMBO DAS ALMAS	VIRGEM DA LAPA	13/12/2006
31	QUILOMBOLA DE VEREDA VIANA	SÃO JOÃO DA PONTE	13/12/2006
32	QUILOMBOLAS	BERILO	13/12/2006
33	RURAL BARREIRINHO	JOAÍMA	24/03/2006
34	SÃO FÉLIX	CHAPADA GAÚCHA	20/01/2006
35	SÃO FRANCISCO / GENTIO	FORMOSO	28/07/2006
36	SÃO PEDRO DE CIMA	DIVINO	28/07/2006
37	VILA PRIMAVERA	MANGA	07/06/2006
38	VILA SANTO ISIDORO	BERILO	13/12/2006
01	CHACRINHA	BELO VALE	13/03/2007
02	CURRAL NOVO	VIRGEM DA LAPA	27/02/2007
03	PARAGUAI	FELIZBURGO	07/02/2007
04	SANTO ANTÔNIO DO MORRO GRANDE	RESSAQUINHA	13/03/2007
05	RETIRO DOS BOIS	JANUÁRIA	07/02/2007
06	SÃO FÉLIX	ANTAGALO	13/03/2007
07	MANZO NGUNZO KAIANGO	BELO HORIZONTE	13/03/2007
08	GENIPAPO PINTOS	ITINGA	16/05/2007
09	CACHOEIRINHA	ANTÔNIO CARLOS	16/05/2007
10	BAIRRO DE FÁTIMA	PONTE NOVA	16/05/2007
11	MOREIRAS	RIO ESPERA	16/05/2007
12	PAIOL	CRISTÁLIA	16/05/2007

2007

http://www.palmares.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=75

Pé na estrada

Asude



Espinho



Tição



Manqueiras



trada Real

Quartel do Indaia



Ausente de cima



Ausente de baixo



Baú



Pinhões



Sapé





No Ausente - tanto no de cima como no de baixo - a história do passado que se faz presente...

Ausência é coisa que não existe! Para falar das trajetórias das comunidades – Ausente de Baixo e Ausente de Cima -, lembrar suas histórias, contar sobre o presente e pensar sobre o futuro, lá estão os/as moradores/as – idosos/as, jovens, crianças e adultos. E “causos” não faltam.

A curiosidade quanto ao nome da comunidade é logo esclarecida: “Mais ou menos eu sei assim” – narra, com a concordância dos demais moradores/as, Maria Florice Veríssimo Brandão, nascida e criada no local : “o dono da terra passava muito tempo afastado de sua propriedade(...) então deram o nome de Ausente(...)”.

Geograficamente conhecidas como parte de baixo e parte de cima do Ausente, são interligadas por uma estrada de terra.

Há um forte vínculo cultural e de parentesco entre os/as remanescentes do Ausente e aqueles/as do quilombo do Baú, também no município do Serro, revelando a história, a origem étnica dos habitantes e a movimentação ocorrida quando da ocupação da região.

Informam os moradores que “(...) uns professores da África(...) que vieram pela Universidade Federal de Minas Gerais fazer pesquisa aqui(...) disseram que tanto lá no Baú como aqui nós temos origem no povo Banto(...) e tem alguns mais velhos que ainda hoje falam algumas palavras nessa língua”.

Município da região do Alto Jequitinhonha, o Serro está a 230 km de Belo Horizonte, pela rodovia MG-10 e a cerca de 90 km do município de Diamantina. O queijo do Serro é o mais famoso produto do município, produzido em pequenas propriedades rurais, de maneira artesanal, com técnicas utilizadas há mais de 200 anos.





Garimpo e lavoura eram as atividades das primeiras mulheres e homens negros que, aos poucos, foram ocupando a região. Pelo grupo lingüístico Banto, acreditam que suas raízes remontam à região centro-sul da África. Quanto à origem da comunidade, afirmam que, além dos escravizados(as) que eram da fazenda do Ausente : “(...)foram chegando os (as) negros(as) fugidos das outras terras e garimpos que tinham por aqui(...) de alguns quilombos que tinham espalhado por aí(...)”. Além disso, é preciso considerar que após a “abolição” da escravatura, como indicam pesquisas históricas, vários ex-escravizados/as acabaram por ocupar terras abandonadas, e em alguns casos, ocorreu a doação pelo próprio fazendeiro.

No que se refere a pedras preciosas e ouro, Anísia Soares Brandão lembra com tristeza: “A vida de primeiro era muito sofrida. Meu pai trabalhava assim, no serviço de garimpo para os outros. Tinha hora que recebia muito dinheiro, outra não recebia nada(...) nem a roupa que ele vestia não tinha. Foi uma vida muito, muito sofrida mesmo”. Sentimento partilhado por todos é que possibilidade de enriquecimento com as pedras preciosas, abundantes na região à época, era muito mais ilusória do que realidade.

A beleza da natureza, com riachos que atravessam o Quilombo, o Rio Jequitinhonha, o verde espalhado por toda parte, a solidariedade entre eles e a tranquilidade do lugar são apontados como os principais pontos positivos da localidade.

As dificuldades, entretanto, são muitas. Saúde e transporte são dois grandes problemas enfrentados: “(...) falta atendimento médico para nós(...) quando a gente adoece, ou as crianças têm que ir buscar socorro fora, distante(...)”, diz uma remanescente apoiada pelas demais.

Um grande desafio, segundo dizem, é também o que se relaciona à ausência de empregos para homens, mulheres e jovens, o que acaba por obrigá-los/as a partir, em busca de melhores condições de vida: nada fácil tem sido a situação das mulheres em relação à sobrevivência. Um significativo exemplo é dado por Anísia Brandão: “(...) quando a vida levou meu marido(...) ficou mais difícil ainda(...) sofrida mesmo, acabei de criar meus filhos cortando lenha de foice, trabalhando pros outros, ganhando um real por metro de lenha(...)”.

Também a preocupação com a manutenção das tradições se faz presente na conversa com os/as remanescentes. E olha que não falta tradição: falada e cantada!



“(...)o pior daqui da comunidade é que não tem emprego,né? Não tem serviço pra eu trabalhar(...)acabei o Ensino Médio e tô sem trabalho(...)”.

Luciene Veríssimo, 21 anos.



No Ausente - de baixo- reside um dos três últimos cantadores de vissungos do estado, **Antônio Crispim Viríssimo**, o seu Crispim. Além dele há seu Ivo Silvério da Rocha, que mora no Município de Milho Verde e Pedro Lichino, do quilombo do Quartel do Indaiá. Os Vissungos de enterro, hoje, praticamente não existem mais, apenas quando “(...) uma família ainda faz muita questão e pede(...)” isso porque “(...) hoje em dia quase todo mundo morre no hospital e não mais em casa(...)”.

É ele quem vai “puxando da memória” os nomes de moradores/as antigos da comunidade “(...) o mais velho que eu lembro era o Calixto, tio de minha mãe(...)”

Protestando com bom humor indaga uma remanescente: “(...) mas e mulher, não tinha nenhuma?(...)”. Claro que tinha! E eram muitas! Desculpa-se, Crispim: “(...) a Ana da Silva Brandão(...)”.

Aliás, pelo curso que segue a conversa percebe-se a importância do papel feminino para o Ausente, na escrita de sua história, bem como, na preservação de valores e tradições. As antigas parteiras passam a ser lembradas com saudade: Donana, a Prazer, Antonia, Maria Efigênia dentre outras. Não esquecem, também, de indicar Dona Mariinha e dona Anísia, ambas na casa do setenta, como “cegonhas” ainda ativas no Ausente.

É de dona **Anísia Brandão** o depoimento a seguir: “(...) quando precisa a gente vai e faz, ué(...)o último que fiz foi em março(...)mês passado(...)”. Aliás, para ela o ofício não tem lá grandes dificuldades: “(...) aprendi com minha avó(...) já fiz nessa vida mais de 35 partos(...)”. E haveria alguma “receita” para um bom resultado? Reza, simpatia, chá de folha de maracujá e Malvina pra banho “(...) na hora que estou com a dona vou rezando(...) para Nossa Senhora do Parto e Nossa Senhora da Barquinha(..)”.



Contando um canto

Conversando com **Cristina dos Santos Ferreira**, pesquisadora do projeto Tradição dos Cantos Sagrados de Milho Verde.

“(...) os vissungos são cantos de trabalho, de multa (...) quem passava pelo garimpo tinha que deixar algo em troca, um agrado, um canto(...) e de enterro, originários da África. Esse último, que era entoado pelos homens, enquanto levavam o caixão morro acima, praticamente desapareceu, considerando-se que atualmente são poucas as pessoas que ainda falecem na própria comunidade. No estado de Minas existem apenas três cantadores desses cantos ainda no idioma africano de seus ancestrais(...)”. Além dos cantos que reúnem palavras em português e oriundas do idioma africano

Um projeto da Associação do Catopê e Marujada de Milho Verde - guardas de congado que se apresentam na festa do Rosário da cidade - foi encaminhado para o Ministério da Cultura e teve como um de seus objetivos fazer uma pesquisa sobre os cantos sagrados e um levantamento preliminar para um futuro processo de inventário desses cantos como patrimônio imaterial pelo IPHAN.

“(...)construído junto com o grupo da associação, além dessa pesquisa, incluiu oficinas de repasse, do catopê, da marujada e de instrumentos musicais. Como forma de integração e inserção das mulheres. Nessa Associação a presidente é mulher e há uma tesoureira e uma secretária,(...)num universo dominado pelos homens, pois no catopê e na marujada só homens participam. Tivemos também uma oficina de doces, que estamos fazendo com elas e são vendidos

nas festas e também uma de vestimentas, de costura, para produção dos trajes de apresentação das próprias guardas. A outra oficina é de vissungos que aconteceu na escola(...)”.

Como resultado desse trabalho, a Escola Estadual Leopoldo Pereira, em Milho Verde, recebeu a visita de dois dos últimos cantadores de vissungos do Estado, o sr. Crispim e o seu Ivo, de Milho Verde que conversaram com os alunos, contaram histórias das comunidades e falaram dos cantos sagrados.



O uso de chás e “benzeções” utilizados pelas remanescentes mais antigas, tradição passada em família através das gerações, também dão conta de espinhela caída, mau-olhado, ventre virado e outras mazelas comuns no Quilombo, segundo dizem.

Já quando o caso é olho grande, “(...) o importante é jogar a água e os três raminhos utilizados na reza, para trás, no terreiro e voltar depois pra dentro de casa(...)”.

Nem todas as tradições da comunidade resistiram ao tempo. Crispim conta que a Folia de Reis, por exemplo, que ocorria em dezembro, no dia 25, acabou por conta: “(...) da morte dos mais velhos e o desinteresse dos mais novos(...)”. Lembra-se de haver presenciado na comunidade a Procissão de São Sebastião: “(...) já tem uns cinquenta anos que acabou(...) o folião era um tio meu, o Bastião da Ponte(...) a procissão parava nas casas, dava a bandeira e a dona da casa levava e punha dentro do quarto(...), depois o folião cantava pedindo uma esmola, a dona da casa dava e devolvia a bandeira pra ele que ia embora(...)”.

Conceição Aparecida Veríssimo fala entusiasmada da Festa de Nossa Senhora Aparecida, ainda realizada na comunidade: “(...) a festa aqui não tem rei e rainha(...) a gente tem os apresentadores, saem os anjos e o padre vem e faz a procissão. Ela lembra de ouvir a mãe contar sobre a Folia de Reis que havia, “(...) eles cantava tudo aí afora, em Pedro Lessa, Milho Verde e Três Barras(...)”.

Namoro de Garrancho. Um pedacinho de galho com muito amor!

Na volta ao passado, uma importante característica se destaca na comunidade do Ausente. Meninos e meninas desde a infância – quando não estavam trabalhando e ajudando aos pais-, dividiam as mesmas brincadeiras: “(...) era gangorra, bater corda, roda, correr por aí, passar anel(...) meninos e meninas brincavam na mesma coisa(...)”, dizem. Lembrada pelas remanescentes, também com saudade, a bonequinha de sabugo que era companheira constante.

Essa liberdade, ainda que vigiada a distância, anos depois facilitava as relações de namoro e casamentos: “(...) não era difícil namorar não(...) não era pai que escolhia não, o agrado era dos dois(...)”. Alguém acrescenta que a mão da moça, entretanto, era “pedida” por um representante do pretendente “(...) eu vou casar(...) então eu peço pra um amigo meu esse favor e ele vai lá e falava com o velho(...) e eu ia na outra casa pedir pro outro(...) a gente fazia um bloco(...)”.

O melhor, contudo, ocorria após o aceite do pedido: “(...) a gente comprava bebidas(...) repartia pro povo, dava os parabéns(...)”. Nessas ocasiões não faltavam pratos típicos, bolos e doces, receitas passadas de geração a geração e até hoje presentes em festividades: “(...)doce de goiaba, de leite, frango com angu, quiabo(...)”.

A conversa prossegue e uma lembrança surgida no grupo provoca risada geral. Falam agora do namoro de garrancho: “(...)a moça pegava o rapaz distraído, ou ele pegava ela(...) aí jogava um pedacinho de um galhinho, uma varinha que a



Nossa Senhora da Barquinha(...)de dia, de noite, dá a essa dona uma boa hora!

“(...) Fulano, você tem mal alho, esse mesmo eu benzo, com águas claras e três ramos verdes(...)”

Senhora dona de casa, sai da beira do fogão(...)

Põe a mão na gibirinha [bandeira] que na sua porta chegou(...)Dá esmola ao folião(...)Quem lhe paga não é eu, é o mártir São Sebastião(...) Senhora dona de casa, vai trazendo a gibirinha(..)

Trechos da ladainha da procissão de São Sebastião

(...) pegava um sabugo, vestia ele com panos(...) amarrava com rolo de fita e ficava com ela nos braços(...) era assim que a gente fazia as bonecas(...)

gente andava na mão(...)". E, a tirar pela empolgação do grupo, era tiro e queda! Para afastar qualquer dúvida, afirma um dos presentes, com concordância geral: "(...) era assim que a gente conquistava um ao outro(...)".

O namoro "sempre respeitoso", como fazem questão de frisar, acontecia na casa da moça ou pela comunidade, mas sempre com um horário para terminar. Até porque, brinca alguém, era perigoso andar à noite por causa das assombrações que apareciam. E a tirar pelos depoimentos, tanto dos/as que viram, como daqueles/as que apenas escutaram relatos, a situação no Ausente - tanto de baixo como no de cima - era mesmo de arrepiar! Havia de tudo: cachorro que atacava nos caminhos, mulher com vestido fitado, fogo que aparecia e sumia das casas, almas que empurravam quem passava pelos matos, lobisomem na Semana Santa, mula-sem-cabeça e assim por diante. Hoje embora ainda se escute alguma história "aqui ou ali", dizem, as assombrações desapareceram, embora não saibam explicar a razão: "(...) talvez seja por causa do progresso(...)".



A conversa sobre o progresso rende. Um dos destaques do grupo é o reconhecimento sobre a importância da educação. Na parte de cima da comunidade funciona a Escola Municipal José Sales Gomes, multisseriada, que atende ao primeiro segmento do Ensino Fundamental e, no período da noite é utilizada para alfabetização de jovens e adultos - EJA.

O nome da escola, afirmam as professoras, concursadas e moradoras de distritos próximos, é uma homenagem ao pai do fazendeiro proprietário das terras onde se localiza o Ausente e acrescentam: "(...) antes a escola funcionava lá naquela casinha azul(...) quem dava aula pro pessoal daqui era a filha do fazendeiro(...)".

A relação da comunidade com a escola é boa, segundo relatam os/as remanescentes. Concordam, contudo, que há necessidade de estreitar e aumentar a parceria entre ambas. Lamentam o fato de que os jovens e crianças mais velhas tenham que ir até Milho Verde para prosseguir os estudos a partir da quarta série.



Sobre a atuação da escola, Roseli Santos e Adriana Moura contam "(...) convidamos o sr. Crispim para vir falar com a classe(...) é importante que a turma conheça sua história local e que nós, professoras, tenhamos respeito por essa mesma cultura(...)".

Jaderléia Antônio, supervisora, enfatiza a importância da Lei 10639/03, como potencializadora das reflexões que envolvam o estudo da cultura africana e afro brasileira na história do país. "(...) teve um curso que foi oferecido pra gente lá pela Secretaria de Educação(...)". Como resultado desse processo, cada professor, diz ela, organizou um projeto pedagógico que será desenvolvido nas escolas da região.



Mensalmente, uma das salas de aula transforma-se no local de realização da missa. A construção da igreja comunitária, que já conta com as paredes levantadas, foi interrompida pela Fundação do Vale do Jequitinhonha - FUNIVALE, financiadora da obra. As negociações da comunidade para retomada e conclusão já estão ocorrendo.



Na escola do Ausente: da esquerda para direita Ivoni - merendeira, Jaderléia - supervisora, Geralda, Adriana e Roseli - professoras.

Ivony Lucas Silva, da Secretaria Municipal de Educação do Serro, informa que por serem consideradas áreas quilombolas, a escola do Ausente e também a do Baú, recebem verba diferenciada para a merenda dos seus 119 alunos/as.

No que relaciona à Educação de Jovens e Adultos, a professora Geralda Moreira Paulino fala do projeto de cultura que organizou com seus alunos: "(...) busquei resgatar os aspectos importantes da comunidade, sua história e questionar com a turma sobre o ontem e o hoje daqui(...). Um dos resultados práticos de todo esse trabalho, destaca, foi a produção de "um livretinho", com textos produzidos pelo grupo: "(...) o que permitiu trabalhar a escrita e a leitura a partir das histórias locais(..)".



Equipe da Secretaria Municipal de Educação do Município do Serro.



Igreja: Construção interrompida

Ouvindo a África em Milho Verde



Ivo Silvério da Rocha, 63 anos, é morador de Milho Verde. Junto com Crispim – do Ausente e o sr. Pedro do Quartel do Indaiá forma o trio dos últimos cantadores do vissungos, em língua africana, do estado de Minas Gerais.

Quanto ao seu envolvimento há 47 anos com o catopê, grupo religioso de dança que se apresenta na Festa do Rosário, comemorada no distrito de Milho Verde sempre em setembro, explica através das fotos espalhadas pela parede de sua sala: “(...) foi através do Gazino, que era ex-escravo, que eu conheci e me envolvi com o catopê que eu já danço há quase cinquenta anos(...) ali na foto meu uniforme era verde porque eu ainda era o contramestre(...) hoje uso o vermelho porque sou o patrão, o chefe do grupo(...) aquela foto com roupa amarela foi quando eu era abaixo do contramestre(...)”.

A conversa avança. O assunto agora se relaciona à importância da manutenção das tradições: “(...) a manifestação do culto aos mortos - o vissungo - está se perdendo(...) preocupado com isso, através da associação que nós temos aqui, eu fundei há três anos e pouco uma Associação dos Grupos do Catopê e da Marujada, a ACMVA(...) estamos lutando para manter as tradições(...)”, conta seu Ivo, acrescentando que essa preocupação o faz participar, sempre que convidado, do projeto desenvolvido em parceria com a escola pública estadual, onde ele e seu Crispim - do quilombo do

Ausente- conversam e contam aos /as alunos/as, também remanescentes de

quilombo, em sua maioria, aspectos de suas próprias histórias.

*Equi que lovo mangue,
Equi que lovo mangue, que lovo, lovo mangue,
Que lovo, que lovo mangue
E, e, gerê, gerê,
Oh gerê, gerê, ra,
Equi lovo, lovo mangue,
Oh gerê, gerê, ra,*

“(...) é a última música que a gente canta, entregando a alma, do defunto homem ou mulher, que era católico, na porta da igreja onde ele foi batizado

Contudo, não apenas o Catopê atrai seu Ivo. Em sua fala e olhar percebemos seu envolvimento, também com as rezas, benzeções e ervas, que passadas ao longo das gerações, são testemunhas do multiculturalismo característico do povo brasileiro: “(...) eu ainda rezo, como aprendi com minha mãe(...) que aprendeu com a avó dela que era escrava(...) mas só funciona quando a pessoa tem fé(...) para cobreiro eu uso um pedacinho da planta assa peixe(...) os antigos diziam que tinha vindo dos índios(...) eu digo assim: se for de cobra, eu corto, se for de lagartixa eu corto, se for de aranha eu corto(...) fala isso três vezes(...) E cada vez que fala isso reza um Pai Nosso com uma Ave Maria(...) acabou de falar pega a faca e bate com ela numa madeira e põe fumaça(...) é assim que funciona(...)”.

Do tempo de infância, além das brincadeiras da meninice, duas importantes recordações. A primeira, aquela que trata das dificuldades enfrentadas: “(...) a vida era boa, mas sofrida(...) mas pelo menos a gente comia: angu, guandu -que é um tipo de feijão-, cozinhava banana e fazia sopa, inhame(...) Fome não passava(...) eu me lembro de que quando uma criança nascia, as mães pegavam açúcar e faziam uma buchinha, que nem chupeta, pra criança ficar chupando(...) café não era puro, era fedegoso(...) na hora que o café tava bem torrado, senão ele ia queimar, separava aquela casca grossa e misturava tudo(...)”.

De Mulher Pra Mulher...

As mulheres do Ausente
mandam um recado
para as Mulheres
Quilombolas do Brasil

*(...) nós viemos da África
e trabalhamos muito pra
fazer esse país(...) temos
que ser reconhecidas(...) as
mulheres do Brasil
têm que conhecer a
história de todas(...) de
todos os quilombos do
país(...) temos que mostrar
nossa cultura(...) lutar
pela educação e saúde
para nosso/as filhos/
as e pelo respeito
que merecemos como
mulheres(...) chega de
abaixar a cabeça(...)!*

Mulheres do Ausente



No Baú - Uma comunidade quilombola guarda suas histórias e tradições.

Localizado a cerca de dez quilômetros de Milho Verde, no município do Serro, a comunidade remanescente do quilombo do Baú mantém profunda ligação com a comunidade do Ausente. Famílias comuns deram origem às duas localidades e em ambas, poucas ainda conhecem algumas palavras de origem Banto.

A origem do nome, os moradores(as) não sabem ao certo: “(...) era porque essas terras eram muito boas, davam muita riqueza aos donos(...)” aí eles falavam que tinham que cuidar bem do baú deles(...)” ou “(...)por essas terras, as pessoas de fora enterravam baús com tesouro, pra esconder(...)” pode ser também “(...) por causa da fundura do vale(...)olhando ele de cima parecia a fundura de um baú e aí ficou o nome até hoje(...)”.

Atualmente, cerca de 240 adultos, jovens e crianças - como informam - ocupam a região, de grande beleza pelos rios e vegetação de mata Atlântica, cerrado e campos, que no passado pertenceu ao Distrito Diamantino, região de exploração de diamantes e ouro.

Muitos dos ancestrais dos atuais remanescentes eram escravos de mineração, como conta Devanir Reis, 48 anos: “(...) A gente sempre ouviu falar que aqui também era um lugar pra onde vinham os escravos que fugiam das redondezas(...) a mesma história lá do Ausente(...) meu avô, o João Norberto dos Santos, que era escravo(...) do garimpo(...) ele recebeu do fazendeiro, o José Antônio, depois da libertação, a terra(...) hoje alguns têm a posse da terra e outros não(...)”.

A relação com as pedras preciosas, que por muitos anos fizeram a fama da região, pode ser traduzida pela narrativa de uma das moradoras: “(...) dos diamantes só recordação(...)que é uma coisa que não vale nada(...)ninguém aqui enriqueceu(...)você trabalha feito uma condenada e quando tira, aparece um castigo e, sei lá, ele voa! Não dura nada! Mas é bonito você ver uma pedrinha(...)é só aquele prazer na hora e depois passa(..)”.

“(...) nas matas tem mico e até onça anda por aí(...) a gente tem tucano, papagaio, maritaca(...) aqui é muito bonito mesmo(...) temos que preservar a natureza(...) os bichos e os rios(...) um deles é o Acabasaco, que começa em Pedro Lessa e atravessa todo o Baú(...) ele termina lá no Jequitinhonha(...)”.





"(...) Mas cadê o trânsito, cadê nossa ponte do Jequitinhonha que não sai? É isso é que mata nós! (...) tanta promessa de político (...) Essa ponte está de rosca. Desde o tempo dos meus pais! (...) Se nós conseguíssemos uma passarela pra nosso rio, uma ponte pro Jequitinhonha (...) porque isso aí é barbaramente uma coisa séria pra nós! Tem morrido muita gente nesse rio de Jequitinhonha! Meu irmão mesmo ficou dez dias morto na água do Jequitinhonha (...) no caso de uma doença, se morrer uma pessoa (...) não tem transporte, pra nós é difícil (...) Eles já briga com a gente aqui, porque que a gente tem ido em Pedro Lessa, porque é mais facultativo, não tem rio (...)".
"(...) a associação já conseguiu uma reforma do moinho (...) antes nós tinha que levar o milho pra moer em Milho Verde (...) as vezes a gente tinha que ficar sem moer (...) o próprio rio, por falta da ponte dificultava (...)".

A "boniteza" e a paz da localidade, apontadas como as coisas que mais gostam no lugar, convivem com os problemas existentes. A falta de emprego é uma grave preocupação: "(...) aqui o povo vive da roça (...) que é pouquinha (...) antigamente a gente tinha o garimpo que era nosso pão de cada dia, hoje tem que ir embora pra São Paulo, Belo Horizonte (...) algumas mulheres acabam ficando por causa dos filhos (...) as que estudam e se formam mais, também vão saindo (...) " dizem em concordância.

Água e transporte são outras duas questões que gostariam de resolver. Apesar do rio que atravessa a comunidade a água própria para consumo é cada vez mais escassa: "(...) tem vezes que minha água fica bem pouquinha (...)", queixa-se uma remanescente.

Uma ponte longe demais

A respeito das dificuldades enfrentadas, **Luiz Gonzaga Costa**, vice-presidente da Associação Comunitária do Povo Unido do Baú, explica: "(...) a Associação é para a melhora do nosso lugar (...) reúne gente daqui, de Pedro Lessa e até do Ausente (...). Temos um grande problema de transporte (...) o lugar mais perto daqui é Milho Verde (...) de lá vem nosso arroz (...) lá vamos ao médico e as crianças e jovens pra escola depois do primário (...) no tempo das chuvas essa passagem que a gente tem aqui vai embora, fica impossível de usar e a gente tem que dar a volta pelo Serro e gasta mais de duas horas pra chegar em Milho Verde (...) com a ponte ligando Baú e Milho Verde nós ia gastar uns 15 minutos (...) o pior é que a gente já ganhou a ponte, mas por "politicagem", problemas de partido que não se combinavam, (...) tiraram a ponte da gente e fizeram pra outro lado (...) nossos avós nasceram e morreram sem ver esse desejo da ponte sobre o rio Jequitinhonha realizado (...) e nós tamos na luta (...)".

Por enquanto, a sede da Associação, que conta com cinco mulheres em sua diretoria, funciona na casa de um morador já falecido. Importante conquista, destacam em grupo, é a distribuição de cesta básica, que recebem através do programa do governo federal de apoio às comunidades quilombolas: "(...) é do Fome Zero (...) umas 54 famílias do Baú e do Ausente estão cadastradas (...)", diz Maria Inês Costa, também da Associação.

O passado, apesar das dificuldades enfrentadas – como destacam –, traz saudades aos remanescentes, como se evidencia na conversa com o grupo. São muitas as lembranças...

Uma delas relaciona-se às festas que não mais existem, como conta Maria das Mercês Rocha, cujos avós foram escravizados do garimpo: "(...) a festa do Rosário tinha aqui (...) hoje nós participa lá em Milho Verde e no Serro também (...) aqui não tem mais capela, não tem mais igreja (...) os antigos dizem que aqui já teve igreja muito antigamente (...) mas a gente não sabe quando é que foi (...) a fogueira de São João ainda tem (...) e a dança do catopê ainda ficou (...) mas também tá minguido, porque muita gente passou pra religião que não é católica (...) além disso morreram os mais velhos (...)".



O assunto prossegue e **Clemilde da Conceição Reis Vitor**, acrescenta: “(...) e a festa de Nossa Senhora da Conceição também acabou(...) tinha procissão(...) a gente levava a santa pra casa(...) e o forró que tinha por aqui também foi embora(...) ninguém mais vê dança aqui(...) os antigos foram partindo e tudo se acabando(...)”.

A lembrança desses antigos remanescentes contagia o grupo. Começam “a puxar da memória”, buscam entre si a confirmação de pessoas e datas e logo, através de “causos”, nomes e relações de parentesco, a história do quilombo do Baú vai sendo recontada.

Um assunto puxa outro e, falando das mulheres, a conversa se encaminha para a importante atuação que tiveram as parteiras e benzedeiras na comunidade.

Sobre as primeiras, contam: “tinha a Luiza, a Augusta, a Maria Perci(...) não tem mais parteira na comunidade(...) acabou(...) hoje todo mundo vai pro hospital que fica lá no Serro(...) mais ou menos uns 32 quilômetros(...) um absurdo de longe porque aqui não tem atendimento(...)”.

Rezadeiras e benzedeiras, tanto as que já não mais existem, como as atuais, são lembradas: Maria Rosária, Raimunda de Lói, a Satica, a Inês, a Efigênia e o Emilson. A julgar pelos testemunhos apresentados pelos/as remanescentes, espinhela caída, quebranto, ventre virado e carne quebrada não têm grandes chances no Baú!

Também o uso de ervas e chás permanece passando de geração a geração: “(...) transagem ou trançagem é boa pros rins(...) chá de dona Rosária é pra quando o menino tá com bicha(...) verme, né?” indicando assim os mais utilizados na comunidade.

Alguém fala do chá de cidreira, recordando dos tempos de infância: “(...) minha mãe me dava isso porque eu tinha medo de assombração e eu custava pra dormir(...)”, provocando os risos do grupo.

Contudo, é preciso registrar que o medo apontado pela remanescente, como ela faz questão de deixar bem esclarecido, não era “(...) dessas coisas que aparecia por aí não. Era dos mortos(...) eu ficava impressionada. Quando morria uma pessoa, eles iam buscar nos velórios que a gente fazia pros defuntos, cantando. Hoje isso acabou(...)”. A conversa rende e como consequência o assunto passa a ser o vissungo dos mortos. O nome de Sebastião Paixão Costa é lembrado por todos/as.



“(...) minha mãe se criou na religião católica(...) meu pai era da guarda do catopé(...) eu ajudei até minha mãe a fazer farda de catopé aqui pros homens do Baú(...)”.



“(...) eu trabalho desde o início da Associação(...) faço parte da diretoria(...) tem reunião todo primeiro sábado do mês(...) a gente reúne o pessoal no campo de jogo(...) é preciso da gente se unir pra lutar pelas melhorias(...)”

Maria das Mercês Rocha



A associação feita pelo grupo, explica **Maria Inês Costa**: “(...) meu pai, o Sebastião, era um dos mais antigos por aqui.(...) hoje ele teria uns cem anos(...) ele participava do catopê e também quando uma pessoa morria, ele sabia sair cantando em africano, até a pessoa chegar no cemitério(...) era o vissungo e dele, só os homens participavam(...).”

Tanta história de antigamente e as brincadeiras de infância ressurgem nas falas. Um tempo difícil, onde o trabalho acompanhava o crescimento físico de meninos e meninas: “(...) nós não teve muita infância não, porque nossos pais vivia tudo trabalhando(...) a gente era criado como uns bicho do mato(...) Ia todo mundo pro serviço e quando a gente ia crescendo também ia trabalhar(...)” explica uma senhora. Contudo, percebe-se que em alguns momentos as crianças conseguiam achar um tempinho para o banho de rio, fazer panelinhas de barro, andar de cavalinho de pau, para a roda e a boneca feita de sabugo de milho. Apenas mais recentemente, para a geração que está próxima dos quarenta, as brincadeiras reuniam crianças de ambos os sexos. E isso que fique bem explicado: “(...) não era solto não. Tinha o olho de um adulto por perto (...)”.

Namoros e casamentos, também exigiram durante muito tempo a concordância dos pais, ou então, como relata uma das senhoras presentes: “(...) meu namorado foi meu irmão que escolheu(...) não era parente, mas eles trabalhava junto e meu irmão achou que ele era bom pra mim(...) Não era como hoje não, que nem bem namorou já tão nos colo um do outro(...)”, denuncia.



Levando comida para casa. A difícil rotina da mulher quilombola. Criança no colo e cestas de alimentação no lombo do burro.

Pequeno Glossário de palavras dos africanos de Milho Verde

Cavalo – angoró
 Galinho orassange
 Mulher Solteira – andame
 Casa – anjo
 Cahapéu – quipongo
 Boi – ongame
 Polícia – cangúru
 Fósforo – ungira
 Rapadura – uíque
 Feijão – pipoque
 Fubá – apumbo
 Arroz – marsame
 Passarinho – cangiraué

Estado de Minas. 03 jun 2001. Página 11. A última fronteira da África.



Uma escola no quilombo. Um quilombo na escola?

Instalada na comunidade do Baú, a escola Municipal Juscelino Pereira da Silva conta com duas professoras, que são do município vizinho do Serro. Elas atendem crianças “do pré até a quarta série”, diz Maria Inês Costa, merendeira da unidade, desde 1972.



O reconhecimento da importância dos estudos na vida de todos - crianças, jovens e adultos -, se evidencia nas falas. Ressaltam a importância e o papel que a escola pode vir a ter no sentido de trabalhar os aspectos da comunidade, atuando assim para a preservação da cultura: “(...) se a escola não fala da nossa história, das nossas coisas, do nosso passado, isso vai acabando(...) porque os velhos/as vão sumindo e as crianças e jovens não vão aprender nunca(...)”.

Arrancando aplausos dos presentes, proclama uma remanescente: “(...) esse negócio de preservar nossa história, a história do/a negro/a no país, tem que ser feito por nós e pela escola(...) um de lá e outro de cá reforçando(...)”.

Como exemplo de um trabalho que pode ser desenvolvido na comunidade, citam a escola estadual de Milho Verde, que recebeu dois cantadores de vissungo — Ivo e Crispim —, para conversar com os/a alunos sobre os quilombos. O evento foi resultado de um projeto desenvolvido pela Associação Cultural do Catopé em parceria com a escola. **Cibele Fernandes de Jesus Vitor, 16 anos**, relata a experiência: “(...) minha turma tem uns quarenta alunos(...) o Crispim teve lá falando com a gente e foi muito bom(...) a gente gostou muito(...) e isso é importante pros nossos costumes não acabarem(...)”.

Zamboa ou Gaboa. Uma delícia lá do fundo do Baú...

Além do trabalho com os pais, na roça ou no garimpo, cabia às moças aprender a cozinhar e manter arrumada a casa, dizem. Dessa maneira, os segredos e as receitas culinárias, concretizadas nos doces de banana, leite, goiaba, abacaxi, mamão e muitos outros, atravessaram gerações. Caso idêntico do frango com angu, da abóbora cozida, do suado de fubá. Além disso, como contam, um pai sentia-se orgulhoso de ter uma filha prendada por ocasião da escolha do futuro genro. No meio da conversa, regada por com um delicioso café adoçado com rapadura, alguém lembra do doce de zamboa: “(...) é como o mamão(...)o doce é feito da casca(...)deixa de molho e vai trocando a água pra tirar o amargoso(...)”. Fruta, diga-se de passagem, conhecida apenas nessa região.



O Devanir da Saúde!



Devanir Amâncio dos Reis, morador do Baú, é agente de saúde do município do Serro. Através do contato com os pais, aprendeu algumas poucas palavras em africano e lamenta que muitas das tradições estejam acabando com o passar do tempo. Membro da única igreja evangélica instalada na comunidade : "(...) a Congregação Cristã do Brasil(...) que já funciona aqui há uns 20 anos(..)"- fala da preocupação com os casos de gravidez na adolescência, destacando o trabalho de orientação feita com os jovens pela Secretaria de Saúde e dos encaminhamentos ao posto de saúde. Membro da diretoria da Associação de Moradores, destaca a luta dos quilombolas mineiros no sentido de organização e luta pela terra e cultura: "(...)Nós reunimos com as associações de outros municípios(...)uma vez por mês(...)". Uma de suas preocupações é a utilização da causa quilombola por homens públicos, com proveito próprio.



De Mulher Pra Mulher...

As Mulheres do Baú mandam um recado para as Mulheres Quilombolas do Brasil

(...) o preconceito melhorou um pouco contra as mulheres, mas temos muito pra brigar ainda(...)e ter o mesmo poder que os homens têm(...)os quilombos têm que deixar de ser o lugar da pobreza e do atraso(...)têm que ter escola, saúde e trabalho(...)as mulheres unidas podem conseguir essas mudanças(..)!

Mulheres do Baú



(No Quartel do Indaiá

Um posto de fiscalização da época da extração do ouro e um tipo de palmeira abundante na região deram origem ao nome da comunidade: Quartel do Indaiá.

Conta a história que a fiscalização realizada pela Coroa Portuguesa contra o desvio de pedras preciosas tornou-se tão rigorosa, que uma legislação própria foi criada para a região. Como resultado, os contratadores de escravos foram aqui substituídos pelo Intendente.

Contudo, a tirar pelos causos narrados pelos/as moradores/as, escravos fugitivos deram muita “dor de cabeça”. Como estratégia de sobrevivência e garantia de liberdade alguns realizavam ataques às tropas imperiais carregadas de ouro e diamantes, escondendo-as no Maqueba, morro próximo à comunidade. Os causos dão conta de que havia inclusive “(...) um túnel que saía na beira da estrada e facilitava pra pegar as tropas carregadas de pedras(...)depois era entrar no túnel e de lá sair pro mato(..)”.

Quartel localiza-se na região do Alto Jequitinhonha, em São João da Chapada, um dos distritos de Diamantina. Como resultado da busca pelos diamantes, processo iniciado no século XVIII, vegetação nativa e solo encontram-se prejudicados. O processo de erosão pode ser observado pelos arredores.

Um grande problema apontado pelos/as moradores relaciona-se ao êxodo realizado para outras cidades em busca de empregos e da sobrevivência: “(...) não tem emprego no lugar(...) o garimpo acabou(...) Ah! aquilo era movimentado(...)” diz com saudade Pedro Vieira, 79 anos.



Um arroz precioso...

(...)quando nós acertava com o garimpo nós fazia comida de rico(...)comprava arroz que era difícil aqui pra nós(...)quando chegava alguém na casa da gente e via arroz, ia logo dizendo "Eta! Fulano tá bem de vida!"(...) Então, quando a gente tirava um diamante era um tal de arroz(...)".



Mostram-se preocupados/as também com a terra, que vem ao longo dos anos, sendo perdida "(...) muita família perdeu pedaço de chão (...)". Informam que alguns têm "(...) os papéis de propriedade da terra e outros não(...)". O problema assume dimensões ainda maiores, considerando-se que para aqueles/as que permanecem na comunidade a terra é a única forma de sobrevivência.

As habitações estão organizadas de maneira dispersa. Alguns núcleos reúnem cerca de dez casas, outros em torno de vinte. Muitas, contudo, estão fechadas. Os/as moradores/as estimam que "(...) a gente deve ser uns trezentos e poucos espalhados por aí(...)". Rios e córregos cortam a comunidade, os principais são o Catemirim e o córrego do Luiz Carlos (confirmar). No primeiro deu-se o início do processo de extração de diamantes pelos ocupantes pioneiros da região, no século XVIII.

A respeito da origem da comunidade, lembram os/as moradores/as, que aos escravizados(as) fugitivos/as e aqueles/as explorados no garimpo, somaram-se os forros, que arrendaram terras. Um importante aspecto quanto a isso é destacado por **Ana Afonso Pereira**, 68 anos, mais conhecida como Dona Miúda, nascida no Quartel do Indaiá e hoje residente em São João da Chapada: "(...) meus pais contavam que foram pego no laço, assim como meus avós(...) minha mãe se chamava Maria Domingos de Almeida e meu pai José Eustáquio Pereira(...) ele era tapuí(...) um tipo de índio(...)", evidenciando a miscigenação racial e cultural do povo brasileiro.

A conversa prossegue e as lembranças do ontem vão surgindo nas falas. Nem todas agradáveis, é verdade, como aquelas que relatam as dificuldades de sobrevivência- "(...) antigamente tinha menino que dormia sem se alimentar(...) - , o trabalho duro nos garimpos e roçados "(...) eu comecei a levantar foi com doze anos(...) meu pai tinha morrido e minha mãe, coitada, deu um duro danado pra me criar(...) ", conta **Pedro Vieira**.

Nem só de trabalho, porém, foi a infância dos remanescentes. Logo riem lembrando das traquinagens e brincadeiras que aprontavam. Para uma senhora, porém, "(...) a vida deles era mais fácil(...) eles brincavam por aí quando não estavam trabalhando(...) nós, mulheres, ainda tinha que ajudar em casa(...) e olhar os irmãos menores(...)".





Uma buzina do outro mundo

Dessa época “de meninada”, ficou a recordação das assombrações que tanto assustaram alguns deles/as. Exceção a de ter presenciado uma das aparições, das quais os outros apenas ouviram falar, foi seu Pedro “(...) eu ouvia sempre uma buzina e ia lá fora pra espiar(...) minha mãe dizia pra eu não ir mas eu ia(...) uma vez quando eu abri a porta tinha um defunto lá(...)eu gritei e entrei correndo(...) ele falava desaforo e tacava a enxada(...)”. É mesmo de arrepiar!

Muitas das tradições da comunidade partiram junto com os velhos que não mais contam histórias, dentre elas, parteiras, como Melina, Constância e “(...) a Catirina, minha avó(...)” afirma alguém. Partiram mas “(...) deixaram os ensinamentos (...) eu aprendi com a minha mãe que aprendeu com a minha avó(...)”, observa Maria Helena Vieira dos Santos. Caso idêntico é o narrado por dona Miúda “(...) eu já fiz um(...) não, dois partos(...) agora é só com médico ou quando tem uma emergência e não tem jeito, né?(...)”.

Rezas, benzeções e uso de ervas resistiram ao tempo, transmitidas e ensinadas de uma geração a outra. Além de mau-olhado, espinhela caída, ventre virado e olho gordo, conta Dona Miúda “(...) também zipla, a erisipela, eu rezo(...) quando a perna fica cheia de piró [caroço], sabe como é”. As dificuldades de acesso aos serviços médicos e a necessidade de responder aos anseios das pessoas que buscam alívio para seus males estimulam o uso da sabedoria popular que mesclam conhecimentos africanos e indígenas na utilização de ervas para chás e infusões.



“(...)até vestimenta era difícil de ter naqueles tempo de moleque, de rapazote(...)quando eu voltava de trabalhar na casa dos outros(...)enquanto minha roupa era lavada eu tinha que ficar guardado dentro do quarto(...)esperando pra poder vestir a peça de novo e poder sair(...)”.

“(...) pega um ramo de erva de padre(...)e diz assim ô(...)eu benzo de zipla e de zipela. Do tutano passou pro osso, do osso passou passou pro nervo, do nervo passou pra carne, da carne passou pra pele e das pele vai pra nunca mais voltá(...) a aí faz três vezes com o ramo o sinal da cruz(...)”



Sei cozinhar não! Se soubesse não tinha casado duas vezes

O grupo tratava agora da culinária local. Falavam das receitas de doces e comidas passadas de geração a geração, entre as famílias, quando Pedro Vieira, do alto de seus 79 anos, afirma “(...) fui pego pelo estômago(...) se eu soubesse cozinhar permanecia solteiro(...)”, diz ele, que é casado há cinquenta anos, arrancando protestos e risadas dos/as presentes. As relações entre os sexos, como nos demais quilombos, era antigamente controlada de perto pelos mais velhos. Meninos de um lado, meninas de outro. E isso desde a infância, quando eram proibidos de brincarem juntos.

Como não podia deixar de ser, o namoro, noivado e casamento, quando autorizados pelos pais da moça, também exigiam do casal o respeito a regras impostas pela família dela, sobretudo, no que se relacionava ao horário. Há no entanto quem afirme que, apesar da rigorosidade existente “(...) quando os dois se gostavam mesmo não tinha jeito(...) nem pai, nem irmão, nem primos seguravam(...)”. Algumas senhoras, discordando dessa afirmativa, fazem questão de esclarecer que tiveram maridos escolhidos pelos pais.

Nem pé enfaixado fica parado quando a chula toca

A forte presença da religião católica se traduz nas mais importantes festas da comunidade: Nossa Senhora de Santana, Nossa Senhora das Mercês e de São Vicente de Paula, que ocorrem no mês de julho.

As danças também são tradição no Quartel do Indaiá, como o lundum de pau e a chula. Sobre a segunda, anima-se a falar dona Miúda, que preocupada com a continuidade da cultura de seus ancestrais, hoje ensina a chula para cerca de dez meninas “(...) é uma dança (...) pode ser dançada sempre, mas o dia certo é na festa de Reis, dia seis de janeiro(...) o canto eu deixo para o Manezinho e o Geraldo(...) mesmo com o pé enrolado de pano e inchado quando ouço chula tocando eu saio dançando e a dor vai embora(...)”. Os instrumentos utilizados são apresentados pelo grupo: “(...) pandeiro, sanfona, caixa, reco-reco, violão,



“(...)o lundum a gente faz com os companheiros(...) o esposo da Lúcia é meu companheiro(...)a gente vai batendo dois paus e cantando uns versos(...) o outro depois responde(...) também bate os paus e responde(...)tem o violão, pandeiro, sanfona(...)aprendi com meu avô e meu pai(...)eu ensino aos meus netos pra isso não acabar(...)”.

Pedro Vieira

esses trem tudo(...)”. Improvisar, porém, é possível, como entrega dona Teresinha de Jesus Costa, uma das maiores incentivadoras da preservação da identidade social e cultural dos remanescentes do Quartel “(...) na falta de pandeiro, vale um prato também(...)”.

O deslocamento das pessoas, em busca de oportunidades de trabalho é um dos fatores que contribuem para a dificuldade da manutenção das tradições. A escola é então lembrada como um importante canal - que não tem sido, mas deveria e poderia ser, dizem – na transmissão da cultura, história da comunidade e do povo negro.



Unidade Escolar do Quartel do Indaiá, professora Fernanda Silva e sua turma multiseriada. No local, à noite, funciona uma turma de jovens e adultos

O quilombo conta com uma escola - a Unidade Escolar do Quartel do Indaiá -, multiseriada, que atende 17 crianças até a quarta série do ensino fundamental. No período da noite, 23 adultos são atendidos no curso de alfabetização. Para dar prosseguimento aos estudos, muitos jovens precisam deslocar-se para São João da Chapada ou Gouveia “(...) o transporte é lá da prefeitura(..)”, diz a responsável por um dos alunos.

Apesar de muitos moradores/as identificaram-se como remanescentes de quilombo, a comunidade ainda discute seu passado, visando posteriormente encaminhar solicitação, nesse sentido, à Fundação Palmares.



Terezinha de Jesus Costa é a representante do grupo cultural Folia de Reis e Chula, Grupo que reúne cerca de 65 pessoas de todas as idades “(...) de doze a cem anos(...)”, na sua maioria remanescentes do quilombo do Quartel. Funcionado há nove anos, retomou uma tradição interrompida após a morte dos mais antigos. “(...) esse grupo funcionou por uns cem anos, depois foi acabando e agora a gente tá reconstruindo(...)”.

Sobre a chula explica: “(...)era dançada pelos escravos e escravas sempre escondida, porque senão eram castigados/as(...)”. O grupo, que busca resgatar e preservar as origens da comunidade, tem recebido convites para apresentar-se em diferentes eventos e localidades.



Apresentação da Chula.



De Mulher Pra Mulher...

As Mulheres do Quartel do Indaiá mandam um recado para as Mulheres Quilombolas do Brasil

(...) somos nós, pela Brasil, que lutamos pelos estudos e pelo futuro de nossos/as filhos/as(...) dizem que ela é fraca, mas a mulher é muito forte(...)temos que nos unir e lutar por empregos, saúde e condições melhores de vida nos quilombos para que nossos maridos, filhos e filhas não tenham que partir da terra que foi de nossos bisavós(...)a mulher tem opinião e corre atrás do que acredita(...) temos que estar juntas nas nossas comunidades e em toda a Brasil(...)!

Mulheres do Quartel do Indaiá

Espinho

Espinho encontra-se localizado na área rural de Gouveia. De lá, até a sede do município, são 14 km. Nos séculos XVIII e XIX, o então Arraial de Gouveia, por causa da extração das pedras preciosas, passou a pertencer ao antigo distrito diamantino. A região destacou-se, ainda, na área da agricultura e pecuária. Dessa forma, como no restante do país, a mão-de-obra utilizada era a de homens e mulheres escravizados.

A existência de quilombos na região é citada por pesquisadores. Além disso, passando por gerações, há na memória dos moradores do município de Gouveia o relato de que “(...)por aquelas bandas(...) tinha escravo que foi pra lá buscando liberdade(...)”. É preciso considerar também a existência, tanto como em outras regiões mineiras, da presença de negros que, alforriados, tenham-se tornado proprietários de pequenos lotes de terra, bem como de lotes que tenham sido doados – ainda que verbalmente – a escravos ou ex-escravos pelos proprietários.

A origem do nome é explicada por uma das moradoras “(...) Era um cipó de folhas brancas e toda cravejada de espinho(...) e nem passarinho conseguia pousar(...)até criação eles prendiam, machucavam(...) e onde essa planta cortava nós, não sarava(...) depois, as pessoas foram cortando, capinando e queimando(...) daí o nome(...) hoje não tem mais dela por aqui(...)”.

Dizem os/as remanescentes que o Espinho reúne cerca de 230 pessoas e 30 famílias, esclarecendo, contudo, que: “(...) metade do pessoal está pra fora(...)”. Destacam que as representantes do sexo feminino permanecem na comunidade em maior quantidade, cuidando das casas, das famílias e “dos roçados”, enquanto os homens vão buscar trabalho em outras cidades.

Lembram que algumas mulheres aprenderam a trabalhar com palha e as cestas e baús que produziam eram vendidos na feira de Gouveia.



*“Negro é quem serviu no
escravidão. A gente é a cor
da cor, mas só que o pessoal
fala nego, mas nós nunca
fomo assim.(...) Nego de
trabaio. Os nego que o
pessoal dizia é quem serviu
no escravidão, mas por causa
da cor o povo fala nego, mas
não é. Nego é quem serviu
no escravidão”.*

Depoimento. Espinho. A desconstrução da
racialização negra da escravidão.

O Amor foi pelo buraco...

Com tantos empecilhos, a solução era apelar para a criatividade.

O que de fato, faziam alguns: “(...) minha prima(...) ela namorava pelo buraco da parade(...) que tinha na casa dela(...) ela falava com o rapaz e passava café e bolo(...) tudo escondido(...)”.



“(...) a escola tinha esse título, mas o prédio no meu tempo era outro(...) era ali a direita, logo que sai da ponte(...) quem dava aula era o Manoel de cinquenta(...) a dona dele não dava, por que ela sabia menos que ele(...) mas teve uma época que homem não podia dar aula, só se fosse mulher(...) então ele teimou e perdeu tudo para o estado(...) até as carteiras(...) depois começaram a levantar o prédio(...) mas eu não sei a era que foi(...) acho que nos anos 50(...) meu nome mesmo não aprendi em escola nenhuma, nem no Alobral, mas com o meu pai que ensinou a gente(...) ele usava o abc, letras e vogais(...) o pouco que aprendi, agora, por causa das vista foi tudo embora(...)”.



Os primeiros sinais da comunidade teria ocorrido através de uma mulher de nome Carolina - a “Mãe Quirina” como era chamada -, seu irmão Manoel Luiz da Silva e, depois, os filhos destes. No que se relaciona à terra, informam que são proprietários e possuem escritura. **Maria Dalva da Silva** conta que a propriedade foi comprada por Estevão Luis da Silva do então proprietário e fazendeiro, o que teria acontecido “(...) muito antigamente(...)”.

Buscando esclarecer a questão, **Raimunda Egídio da Silva**, 94 anos, explica: “(...) a minha avó eu não sei quantos anos tinha, eu sei que foi nascida e criada aqui(...) mas o meu avô, o Estevão, em 1948, quando ele morreu tava faltando cinco dias pra ele inteirar cem anos(...), a era que ele comprou a terra eu não sei(...) mas fiquei mocinha ouvindo essa história, que ele comprou(...) hoje a gente tem os papéis(...)”. Alguns moradores/as, contudo, possuem o título de propriedade que receberam através da Rural-Minas ou do Instituto de Terras de Minas Gerais.

Indagados se a comunidade é de fato um quilombo, como é tratada pelos moradores/as de Gouveia e por alguns órgãos públicos que realizam ações nas redondezas, dona Raimunda, é enfática: “(...) Olha, a gente aqui, não sabe dessa definição(...) porque meu avô não falava que ele serviu à escravidão(...) Ele contava muitos casos, mas ele mesmo nunca falou que era(...) e nem também a minha avó(...) Mas a mãe dele, a minha bisavó (...) isso a gente não sabe até onde ela serviu(...)”.

Sobre essa questão, Miriam Virgínia Ramos Rosa, no livro **Espinho. A desconstrução da racialização negra da escravidão**, observa que “A versão de que a comunidade de Espinho possa ser remanescente de quilombos é considerada sobretudo externamente. Para a pesquisadora, ao assim agir “(...) os moradores/as de Espinho não negam sua condição negra ou quilombola(...)”. Na verdade “(...) o pensamento da comunidade dissocia cor e escravidão para justamente afirmar-se como negra anulando a equivalência simbolicamente construída entre negro e escravo(...)”. Miriam acrescenta: “(...) percebo Espinho como um quilombo, no sentido de um local onde a dignidade negra pode



ser preservada, onde seu povo pode ressignificar sua história e destino. Se tomarmos a definição do termo “quilombo” em quimbundo, idioma Banto(...) percebermos que quilombo abarca todas as formas de organização social do negro neste país ”.

Na comunidade, informam, há apenas a igreja católica com forte presença nas tradições locais. **Luiza Silva** lembra da reza do terço, toda terça-feira, na escola ou no cruzeiro existente no local. Lembram também da Folia de Reis, tradição do Espinho e que aqui, em função da reduzida presença masculina causada pelo deslocamento em busca de trabalho, acabou sendo incorporada pelas mulheres. Como esclarece uma senhora; “(...)Eles acaba participando com a gente das novenas do mês de Natal(...)”.



A fé cristã e os rituais africanos se misturavam nas festas tradicionais da região. Uma das mais lembradas é o Caboclinho. Era tipicamente masculina, como cantam: “(...) o caboclinho é uma dança dos homens(...) eles dançavam anos atrás quando acontecia o terço de Santa Cruz, que é festa da comunidade(...) as mulheres só participam do coro(...) eles andavam pela região(...) iam nas casas(...)”.

Benzeções e chás “para todos os males”, como dizem, têm atravessado o tempo e ainda hoje são usados. Sobre isso, alguém logo lembra: “(...) A Ana cuida de mau-olhado(...) dona Raimunda também (...)”. Quanto às parteiras, lamentam o seu “desaparecimento pouco a pouco” encontrando na “modernidade” uma explicação para esse fenômeno “(...) tinha as donas por aí que amparavam(...) mas hoje vai todo mundo pro hospital(...)”.

Falando de antigamente, lembram os mais idosos de suas infâncias, com as brincadeiras que separavam meninos e meninas: “(...) não, podia brincar misturado(...)”, diz uma senhora(...) os meninos dançavam, brigavam e corriam por aí separado das moças(...) os velhos ralhavam se vissem tudo misturado(...)”.

A conversa prossegue. A questão então é sobre os relacionamentos afetivos de antigamente. Para exemplificar diz, uma moradora arrancando risadas do grupo: “(...) se pai não gostava nem que a moça ficasse cantando alto, imagina namorar(...)”. E logo outra mulher acrescenta: “(...) Passava pelo rapaz assim, dando um olhado(...) ele não podia ficar perto(...)”.

Os homens lembram que “(...) as moças só saíam com a mãe, o irmão ou uma parenta(...) e mesmo assim quando tinha casamento ou missa(...)”.



"Eu entrei na escola, mas a escola não entrou em mim."

A escola da comunidade tem o nome de Neco 50. "(...) como era conhecido o primeiro professor da escola e fundador da escola(...)". Atende crianças da alfabetização até a quarta série.



"(...) a situação dos negros vem melhorando aos poucos aqui no Brasil(...) ainda falta muita coisa(...) a escola pode ajudar nisso(...)"

Vanilson. Aluno da 5 série



Para que possam concluir o Ensino Fundamental, precisam se deslocar para o município vizinho de Pedro Pereira, onde cursam da quinta à oitava série. Já para o Ensino Médio, há a possibilidade de estudar no "(...) Tombador ou em Gouveia(...) os jovens vão pra lá e ficam morando por lá(...) os pais se juntam e arrumam um lugar pra eles ficar na cidade(..)".

Os/as moradores falam da importância que gostariam que as escolas viessem a ter, tanto "(...) no ensino das matérias(...)" como "(...) também contando a história da gente aqui, dos moradores do Espinho(..)", dizem.

← **Maria da Conceição Lopes Silva**, nascida na comunidade do Espinho, leciona atualmente na escola municipal de Gouveia. Reforça o papel da escola na preservação da cultura e história das comunidades quilombolas e na participação negra na história do Brasil. Acrescenta que "(...) nem todos aqui têm a consciência da história de nossa comunidade(...) o trabalho que tivemos a oportunidade de fazer junto com a Miriam Virgínia, que resultou no livro(...) nos ajudou a perceber isso (...) o **Minas de Quilombos** também vai nos ajudar a resgatar nossa identidade como quilombo (...) Por isso acho fundamental que os/as professores/as tenham formação pra tratar disso(...) material pra estudar, conhecer e trabalhar com os/as alunos/as(...)"



Bia também reconhece as dificuldades enfrentadas pelos/as educadores no trato das questões relacionadas aos afrodescendentes: "(...) é meio difícil(...) tivemos a comemoração do Dia da Consciência Negra(...) teve a participação da escola, dos professores/as(...) acho que foi o pontapé inicial sobre a questão aqui em Gouveia(...) durante muito tempo nossa comunidade sofreu preconceito das pessoas daqui(...) acho que isso agora começa mudar(...) a Lei 10.639 traz essa discussão pra dentro das escolas(...)".

A conversa prossegue e o assunto passa a ser a situação da mulher e do homem negro, ontem e hoje. Maria da Conceição, com o apoio do grupo, prossegue: "(...) tem mudado(...) mas ainda tem muito pra mudar(...) aos poucos começamos a ser mais valorizados(...) hoje já sabemos que não é apenas a cor da pele que caracteriza alguém como negro(...) é mais que isso(...)".



De Mulher Pra Mulher...

As Mulheres do Espinho mandam um recado para as
Mulheres Quilombolas do Brasil

(...) apesar do preconceito ter diminuído (...) o negro e a mulher negra ainda sofrem discriminação (...) tanto quanto os homens trabalhamos por nossas famílias e nossas comunidades, então temos que fazer valer nossos direitos (...) nossa voz (...) nossas opiniões (...) nossa labuta com a enxada e dentro das casas precisa ser respeitada e valorizada (...) também ajudamos a escrever o futuro de nossa gente e desse país (...)!

Mulheres do Espinho





Quilombo do Açude. Um canto que vem da Serra do Cipó

Casa Aberta

Música: Flávio Henrique

Letra: Chico Amaral

Lua luou

Vento ventou

Rio correu pro mar

Foi beijar as areias de lá

Mato queimou

Fogo apagou o céu escureceu

Vem de lá

Tambuzada no breu...

Na casa aberta

É noite de festa

Dançam Geralda, Helena, Flor

Na beira do rio

Escuto Ramiro

Dona Mercês toca tambor

Lua azul, lua azul turquesa

Já que a casa está vazia

Vem me fazer companhia

Na janela da cozinha



"Aqui embaixo, aqui no córrego tem um açude ali, que é do tempo dos escravos(...) o nome então vem daí". Assim, os descendentes de Serafim e Raimunda Silvina, escravizados de "propriedade" da família Ferreira, dona da Fazenda do Cipó, apresentam o quilombo.

Parte da fazenda, distante cerca de uns dois quilômetros do quilombo, ainda guarda resquícios do passado escravagista como exemplifica um dos remanescentes: "a casa grande e até o tronco de castigo dos/as negros/as ainda tá por lá".

Do casal descendem os moradores/as da terra hoje conhecida como Quilombo do Açude, no entorno do Parque Nacional da Serra do Cipó, município de Jaboticatubas, a 130 quilômetros de Belo Horizonte. "(...) os Ferreira também eram os donos da Fazenda do Campinho, aqui perto(...)" acrescentam.

A história é extensa e, no decorrer das narrativas, evidencia-se a miscigenação étnica, cultural e religiosa, que tão bem caracterizam nosso país: "Minha avó, a Raimunda, era filha de italiana e de bandeirante. Mas, mesmo branca, era escrava. Ela chegou na senzala da Fazenda Cipó assim, escrava. Já meu avô, o Serafim, era de Angola(...) tão negro que era chamado de "Rei dos Negros", conta Maria Mercês Santos, a dona Mercês, com as lembranças de seus 70 anos.

Essa é, portanto, a origem de Mercês, Flor, Cotó, Nanassa, Cuta, tio Jada, Tio Duca, Branca, Tituca, Nádia, Maria, Pituxa, e vários outros/as, incluindo filhos, netos/as e sobrinhos/as, aproximadamente 32 famílias, atuais moradores(as) do Quilombo do Açude.





Depois de muita luta e resistência a comunidade vive hoje uma realidade muito mais tranqüila, explica Florisbela Aparecida dos Santos, a Flor, uma das lideranças do lugar: “Recebemos do governo Federal em 2004 um documento evidenciando nossa identidade de remanescentes de quilombo”. (...)até recebemos também uma medalha de honra ao mérito cultural. No meio do ano passado encaminhamos para a Fundação Palmares um pedido de reconhecimento formal das terras(...)”. O reconhecimento chegou no final do mesmo ano. A publicação no Diário Oficial da União ocorreu em 13/12/2006.

Quanto à posse da terra, continua Flor, “que tinha sido doada de boca para meu bisavô e quando ele morreu os herdeiros da Fazenda Cipó quiseram pegar de volta(...)nós conquistamos pelo uso capião. Ele trabalhou para essa fazenda até os 93 anos, quando morreu. Ele era escravo e com outras pessoas já ocupava essas terras(...)”.



O confronto, além das manifestações culturais

Conturbada, foi a relação dos remanescentes do Açude com o solo ocupado por eles, desde o final do século XIX. É de **Flávio Santos, o Cuta**, o relato mais emocionado: “Estou com 34 de idade, na minha faixa de 09 anos, onde hoje está esse bar aqui, isso era a casa da minha mãe com 14 cômodos. Lembro como se fosse hoje, na hora do almoço, a gente saindo pra escola e eles chegando com a polícia e derrubando a casa, jogando as panelas de comida tudo pro chão. Minha mãe estava aqui sozinha na época, minha tia estava viajando e meu pai trabalhando(...)quando despejaram a gente, ficamos um bom tempo morando debaixo das árvores porque a família era muito grande e não cabia dentro da casa dos outros(...) Foi um confronto muito grande e com muita luta, de ser guerreiro negro mesmo, esse espírito de comunidade, não desistimos e voltamos. Fizemos um rancho aqui, fizemos um rancho para todo mundo até fazer a tomada de novo”.



O silêncio toma conta dos/as que estão na roda de conversa. Cuta continua então: “Eles diziam que eram os donos do lugar. O policiamento que veio a mando do dono da terra era lá de Jaboticatubas. Foi um ato covarde, porque eles sabiam que naquela hora do dia só ficavam as donas de casa e as crianças no local. O resto tava trabalhando(...)”.



Na entrada da comunidade a força de tradição registrada na parede

A determinação do grupo e a intervenção de um advogado - contato feito por uma remanescente que à época residia em Belo Horizonte - deram um desfecho favorável aos quilombolas: “Aí nós ganhamos e acampamos aqui de novo. E a gente a partir daí ficou presente e mais esperto!”

Tristeza, contudo, não é apenas do que se recordam. Há também nos diferentes relatos, muitas alegrias em relação ao Açude: “Acho a vida aqui uma maravilha, porque a gente fica à vontade, a gente sabe que tá num lugar em que foi nascida e criada, onde viu os pais da gente trabalhando e eles gostavam muito daqui(...)Eles ensinaram pra todos nós muita coisa boa, ensinou a gente a viver!”, destaca dona Mercês.

De fato, alegrias, festas e músicas vêm escrevendo, ao longo dos muitos anos, a história do quilombo. A festa do candombe de Nossa Senhora do Rosário, tradição do tempo das senzalas, que se caracteriza pela batida dos tambus, atravessa os séculos e atrai ao Açude inúmeros visitantes de Minas e de todo o país.

Quem melhor para explicar o candombe, do que dona Mercês, guardiã dos tambores ancestrais? perguntam os/as moradores/as...

“Na festa de Nossa Senhora do Rosário tem o congado e o candombe. Aqui tem o candombe. Do congado ela é protetora e do candombe é a mãe. O dia dela é 07 de outubro. Mas a gente comemora em setembro, na terceira semana, porque no tempo dos antigos era assim e eles pediram pra gente seguir igualzinho e a gente quer segurar igual a eles(...)” Eu tomo conta dos instrumentos que a gente tem e que foram feitos pelos escravos. Eles são de toda a comunidade, mas alguém tem que tomar conta,né?

Explicam ainda que, diferentemente das outras guardas existentes no congado, como catopés, congos e moçambiques dentre outras, não há uso de uniforme: “como era com os antigos!”, enfatizam.

Os segredos do fogo, do sangue e do toque feminino

“A alma do candombe é o batuque dos tambu!” confirma alguém . E a “alma dos tambu é o fogo” completa mais que depressa, outro morador.

Os tambus do açude, centenários com formatos e sons diferentes, são feitos de madeira de saboeira e únicos instrumentos utilizados durante as apresentações: “Nós não usamos cuica, como no Quilombo da Mato do Tição”, lembra alguém. “(...)Em Jaboticatubas, tem dois candombes famosos, que é o daqui do Açude e o da Mato do Tição(...) eles têm instrumentos diferentes, mas na mesma formalidade: tambu maior, do meio e o pequeno” emenda Flávio Santos.

A diferença entre as duas comunidades encontra-se também na forma de “pou-sar” os instrumentos, quando não estão sendo utilizados. No Açude os tambus descansam embaixo de uma das camas da casa da guardiã, dona Mercês. Já no Tição, permanecem no “quarto sagrado”.



Duas histórias relacionam os instrumentos ao fogo e são contadas com animação. Diz a primeira que “Bem, no início, lá no tempo dos antigos, o candombe era feito depois do trabalho, quando caía a noitinha(...)o fazendeiro não gostava do batuque e da dança e um dia mandou queimar os tambus(...) Aí, diz que a fumaça entrou pela casa da fazenda(...) Olha, era muita fumaça mesmo que quase sufocou ele e a família(...) Ele então achou que era coisa feita pelos negros, sabe?(...) Por causa do medo, deixou os negros fazerem outros tambus(...) e aí deixou tocar em paz(...)”, explica dona Mercês.

Mas e quanto ao segundo caso? “Os tambus ficam do lado da fogueira, no dia de festa, esquentando, porque o calor estica o couro(...)” explica um morador, tendo sua fala acrescentada por outro: “Pra ficar com o som bonito, bem certo”.



A forte relação da comunidade com o toque dos tambus se estabelece desde o nascimento, dizem os/as remanescentes: “(...) Tá no sangue. Eu tenho um sobrinho de um ano e dois meses que pega qualquer latinha e começa a tocar como se fosse o candombe(...)” conta alguém, sendo confirmado logo a seguir, pelo relato de **Rinaldo Valter dos Santos**: “Toco desde os meus seis anos, aprendi rápido, com meu avô, com os mais velhos, por aí, como muita gente(...)A técnica é respeitar o tambor, respeitar o som deles(...) só pode tirar o som do candombe, não pode tocar outra coisa(...)”.

Interessante perceber que também as mulheres tocam os instrumentos musicais no Açude, geralmente uma prática incomum em outros quilombos, como reconhecem os próprios remanescentes. Explica Flor: “Aqui a gente toca porque aprendeu a tocar. Tem uma irmã minha que toca, mas nos candombe aí de fora, quem toca mesmo são os homens e as mulheres dançam e cantam(...) mas os homens também dançam e cantam(...)”.

E falando de aprender e preservar tradições, na conversa com o grupo percebe-se ser essa uma das grandes preocupações dos(as) mais idosos(as) em relação aos jovens e crianças. Contudo, há uma curiosidade na forma como a cultura é transmitida através das gerações, destacada por Flor: “(...) os mais velhos não chegam perto da gente e vai impondo não. Eles vão com cuidado. Eles esperam a hora certa e aí dizem - hoje nossa Flor está merecendo aprender essa música. Aí ele chega perto de mim e canta a música(...)”.

Na prática, como é mesmo que isso ocorre? “Caxambu morreu, manda enterrar na porteira do alto e da beira, caxambu está lá...(idéia música) Essa daí, minha tia, a irmã de minha mãe chegou perto de mim e falou assim – Flor, você está na época de aprender essa música e aí começou e cantou pra mim(...) e explicou – Olha essa música aqui papai contou que foi o pai dele que ensinou pra ele - e foi explicando tudo(...) Foi só porque ela achou que estava na época de eu aprender aquilo”.

Agindo dessa forma, que enfatizam haver aprendido com os/as ancestrais, acreditam os mais antigos que as tradições se mantêm, de fato vivas, não porque haja uma obrigatoriedade de passá-las, e sim, pelo interesse dos mais novos em aprendê-las e dar-lhes continuidade. Não há pressa nesse processo, como explica Flor: “A mãe esses dias veio cantar uma música em língua africana e eu não aprendi. Mas ela sabia que eu não ia aprender, porque não era o momento certo pra mim, que eu não ia prestar atenção(...) mas que era preciso que eu soubesse que aquilo existia para que um dia eu pudesse querer aprender. Fiquei feliz porque ela deu essa deixa(...)”.

*Quando não tinha mais jeito, o jeito era
chamar o delegado e a comadre lolô!*

Se com os tambus a participação das mulheres é modesta, apesar de extremamente importante, na manutenção das demais tradições ocorre justamente o contrário. Têm sido elas as principais responsáveis pela transmissão da cultura, de geração a geração.

Surtem as lembranças de uma infância difícil: “a gente trabalhava muito, a vida toda a gente ajudou papai na roça, graças a Deus e nós trabalhava muito dentro de casa também(...)”, mas também feliz: “(..) a gente tinha uma família, amor e nós brincava muito também. As meninas era de casinha, boneca feita por nós mesmo, roda, passar anel(...)” e os meninos, emenda um senhor: “(...) cavalo de pau, bola, correr(...)”.

“Era eles pra lá e nós pra cá. Não tinha esse negócio de menino brincar com menina não e falar que vai namorar aquela ou essa, os mais velhos não desgrudavam o olho de nós”, acrescentam quase que em conjunto.

Embora não fosse o pai quem escolhesse o rapaz para a filha, só a ele cabia autorizar o namoro: “(...) se o pai não permitisse não tinha namoro e pronto. O jeito era chorar na cama(...)”. Por namoro, contudo, deve-se entender que os/as remanescentes referem-se ao fato de o rapaz poder entrar na casa da moça e sentar-se, longe dela, com a mãe ou o pai ao lado: “mal ele podia pegar na nossa mão”, riem e recordam as mulheres.

Toda essa vigilância, entretanto, algumas vezes, não evitava que o delegado tivesse que comparecer ao quilombo, como contam: “(...) antigamente não tinha esse negócio de namorar abraçado, agarradinho(...) e nós respeitava tanto os pais que nem escondido a gente ia(...) mas, se uma moça solteira engravidasse, não tinha esse negócio de chegar perto do rapaz e falar vamos ter que marcar o casamento(...) Já ia direto, buscava o delegado, já pegava o rapaz na casa dele pra casar e não tinha jeito de recusar não!”.

Mas e depois do delegado? Bem, era então o momento de chamar comadre Lolô, que junto com tia Benvinda eram algumas das parteiras da comunidade: “(...) Era umas parteiras que olha, vou falar de tão boas que elas eram(...) Todo mundo aqui ganhava com parteira, em casa mesmo(...) A gente ganhava os meninos a troco de simpatia e oração(...)” falam as mulheres.

E falando de casamento, há logo quem se lembre com água na boca, das festas, das comidas e doces tradicionais, receitas passadas de mãe para filha: “de leite, mamão, sidra, laranja, abóbora e de milho(...) de sal, do tempo dos antigos? Bambá de couve, a couve com mingau de fubá(...)”. Não demora e logo outras guloseimas são lembradas: “também do tempo das avós da gente é o engrossado de fubá com peixe ou carne de porco”.

Bem, se parteiras não mais existem no Açude, as rezas, orações, chás e simpatias ainda sobrevivem, graças aos esforços das mulheres mais antigas: “(...) Aprendi com minha avó e minhas tias. Sou benzedeira, mas gosto de explicar que eu não incorporo com nada, eu não mexo com nada. Eu só benzo com as palavras de Deus(...)”, diz alguém.





Reza Forte

Pela conversa que segue, pode-se deduzir que espinhela virada, impinge, co-breiro, mau-olhado e olho gordo não têm, no Açude, a menor chance. A respeito desses dois últimos é inclusive interessante constatar que são bastante diferentes, como explica dona **Mercês**: “O olho grande é a pior coisa que existe(...) o que protege a gente é ter fé em Deus e não levantar da cama sem benzer o corpo da gente(...) Mas não é só gente que põe isso não(...), por exemplo, sapo, cobra e bicho também botam(...) por exemplo, a cobra, quando ela vê a gente e você não vê ela(...). É porque tem benzeção de vários tipos(...) só de palavras ou com arruda, guiné e brasa de fogo. Quando não uso a brasa eu fico me sentindo fraca(...)”.



Na história dos quilombos e do país evidencia-se a miscigenação étnica, cultural e religiosa...

Rezar era também antigamente, como contam os/as remanescentes, a saída para enfrentar as assombrações que perambulavam pelo Açude. E pelos “causos” percebe-se que não eram poucas!: “(...)diziam que era perna levantando do meio da terra na estrada, bicho branco correndo naquele bambuzeiro que tem até chegar à fazenda do Cipó, barulho de gente rindo no mato(...)” e assim por diante. Uma das razões para o “sumiço” dessas almas penadas “(...)hoje não se escuta mais falar disso, vem de antigamente. Os antigos contavam que a assombração estava andando por aí e que São Pontífice [o Papa] prendeu, trancou elas(...)”.

Progresso, proximidade e problemas.

E onde é que fica mesmo o terreiro?

Se muitos são os aspectos positivos a respeito da comunidade, apontado pelos/as remanescentes, os problemas não são esquecidos.

Começam pela questão da água do córrego do Açude, também conhecido como do João Congo, porque sua nascente “é pra lá de João Congo”, dizem: “Bem, nós temos o córrego e temos água encanada. O problema é que a água encanada serve pra gente molhar e lavar roupa porque ela é muito limpa mas, como é de poço artesiano é muito salobra(...) Teve gente aqui que já teve até problema nos rins(...) A do córrego, nós foi tudo criada com ela, nós não tinha geladeira, nós não tinha filtro(...) A gente punha água na bia, nas cabaças e nos potes, ela era limpa, pura. Hoje tem muita gente morando no Cipó, nessa região, e eles fala que é pra gente não usar a água do córrego pra beber(...) mas a gente não tem outro jeito e acaba pegando dela pra cozinhar e matar a sede(...)” contam os/as remanescentes.

“A invasão de gente, de turistas, que fazem como se isso aqui fosse um shopping, entrando pelas casas, varando porta adentro, é muito difícil pra gente(...) mais difícil pra gente que pras pessoas do tempo da minha mãe, porque isso não acontecia antigamente. A gente não era uma vitrine(...)”, desabafa Flor. A gente tá muito perto da Serra do Cipó, que tem um potencial turístico muito grande(...) hoje, até os donos das pousadas falam aqui do quilombo, que pode vir aqui visitar e acaba que tem gente que chega aqui dez, onze da noite querendo visitar,



(...) o lado lindo do negro, que apesar do sofrimento tinha um olhar forte(...) um gingado após um dia de muita labuta(...) isso a escola nunca me contou. Eu lembro que comemorava o dia 13 de maio como o dia que eu e meu povo ficou livre(...) e ficamos mesmo?(...) No dia 14 de maio estava na cara toda a desigualdade desse país(...) Nada de Zumbi era falado na sala de aula(...)Eu encarei

muito preconceito no meu tempo de escola(...) e encaro até hoje(...) o Brasil, na maioria, ainda é preconceituoso e machista(...) Aí tem o lado de ser mulher e negra(...) Aqui no Cipó mesmo tem muito lugar que paga menos para uma mulher trabalhar do que para um homem(...) Vejo no meu trabalho(...) sou a única mulher que trabalha na equipe de uma empresa que faz trilha pela Serra do Cipó(...) quando vou guiar a via, que é passar a corda na pedra(...) os homens ficam olhando e me perguntam: mas é você quem vai fazer isso?(...) Tenho orgulho de ser mulher, mulher negra!

“O projeto Manuelzão Vai à Escola, aqui, trabalha em prol do Rio das Velhas pra estar despoluindo o rio(...) aqui no açude passa o córrego do João Congo que deságua no Rio Cipó que é o principal afluente do Rio das Velhas(...) E o Paraúna deságua no Cipó que baixa no Rio das Velhas e depois no São Francisco(...) Aí o projeto divide em vários comitês dos afluentes do Rio das Velhas, aí tem um aqui em Jaboticatuba. Eu sou voluntária do Projeto porque acho que todo mundo devia ter um pouco dessa consciência de trabalho com o meio ambiente(...) Flor

querendo ver candombe(...)A gente explica que não é assim, que a gente não tá disponível o tempo todo, estamos tentando conscientizar essas pessoas mas nem sempre isso é fácil(...) estamos inclusive acabando com esse negócio de qualquer um vir pra cá e botar barraca, acampar(...) você não sabe quem é e o que está trazendo(...)Temos nossas crianças, muitas meninas, mocinhas e elas não vão ter deixar de ser criadas livres por causa dos outros. Estamos lutando para preservar nossa liberdade”.

Não seria possível canalizar todo esse interesse dos turistas em benefício da própria comunidade? Prossegue Flor: “(...) é igual à Serra do Cipó. A gente poderia sim ter um ganho, mas falta infra-estrutura, como lá na serra também(...) por outro lado, se você começa a pôr preço nas coisas, as pessoas passam a entender que como pagaram podem fazer o que quiserem(...) Nossa terra é pequena e mal dá para tirar o sustento da família. Nossa esperança é estar construindo um Centro Cultural, estar organizados/as e poder dar cursos, receber as pessoas e oferecer oficinas(...) para isso tudo tem que ter infra-estrutura adequada(...)”.

A expectativa de alguns turistas, no que se relaciona a um espaço de quilombo, é tratada pelos remanescentes: “Tem gente que chega aqui esperando encontrar todo dia e a qualquer hora batuque e festa(...)” e, ainda, dizem “É comum o pessoal querer saber onde é que fica o terreiro aqui no quilombo. Pra gente terreiro é isso aqui tudo. Muitos pensam que candombe é candomblé. E não é. São duas manifestações de raízes negras, mas diferentes(...)”.

Importante contribuição nesse sentido, acreditam pode vir a ser dada pela Associação dos Moradores do Açude e Adjacências, “(...) inclusive no sentido da

A Serra do Cipó é um dos conjuntos naturais mais exuberantes do mundo. Sua história geológica é complexa e data do período pré-cambriano, com suas rochas arenosas que foram formadas por depósitos marinhos há mais de 1.7 bilhões de anos.

A diversidade da sua vegetação é altíssima, e muitas espécies só são encontradas aqui. Sua fauna é representativa e abriga espécies ameaçadas de extinção.

Para preservar este patrimônio natural, foi criado o Parque Nacional da Serra do Cipó a APA (Área de Proteção Ambiental). São ao todo 100.000 hectares de cerrados, campos rupestres e matas, além de rios, cachoeiras, canyons, cavernas, sítios arqueológicos preservados e muitos esportes de aventura.

<http://www.guiaserradocipo.com.br/cultura.htm>

Existem versões para explicar o nome Jaboticatubas. Uma diz: "A origem do nome da cidade está no rio Jaboticatubas, que banha suas terras. A palavra vem do tupi 'yabuti-guaba-tyba', 'jabuticabal'. Significa também "comida de cágado" ou "fruto de que se alimenta o jabuti".

Os historiadores Leônidas Marques Afonso e Nelson de Sena explicam o nome como um correspondente de Jaboticabal. Já Martius, na obra Glossaria Linguarum Brasiliensium, interpreta a palavra como lugar de jaboticatubas. Para o viajante inglês Richard Burton, jaboticatuba é uma fruta semelhante à jabuticaba(...)

http://www.descubraminas.com.br/DestinosTuristicos/hpg_municipio.asp?id_municipio=63

gente cuidar do lugar, da natureza e das tradições(...) mas no momento ela está pensando apenas num posto de saúde. As outras questões têm ficando pra depois(...)", observam alguns.

Dona Áurea, Meio Ambiente e o Ambiente da Sala de aula

Falando de preservação, lembram os/as remanescentes que a escola deveria ter um importante papel nesse sentido, conscientizando crianças e jovens do Açude:(...) além da natureza, também de nossa história, das coisas da gente(...)" e isso, "(...) ao mesmo tempo em que precisa ensinar de verdade a ler, escrever e contar".

O assunto mobiliza o grupo, todos opinam. E a conversa começa pelo ontem; a palavra é dos os/as moradores mais antigos: "(...) Eu e minhas irmãs, nós aqui estudou até não ter mais o que fazer na escola(...) antigamente não era esse negócio de escola ter até oitava série, até o terceiro ano(...)". Nós só tinha mesmo o grupo(...) nós adorava a professora, dona Áurea(...) respeitava ela assim demais da conta(...)".

E atualmente? Bem, não há escola dentro da comunidade: "Mas é logo ali, pertinho(...) é a escola municipal Padre Candinho, ela atende de 1ª a 4ª série(...) Depois eles vão para o distrito de São José de Almeida(...) é a escola estadual Dr. Eduardo Góes(...) atende do ginásio até o ensino médio(...) tudo com transporte(...)" informam. A respeito da relação entre escola e quilombo, as falas evidenciam o desejo de que na prática houvesse uma relação mais estreita.

Lamentam ainda que na educação brasileira, a história negra como um todo, e por consequência também aquela relacionada aos quilombos, seja ainda pouco trabalhada de maneira crítica. Apesar de identificarem alguns avanços nos últimos anos, sobretudo pela discussão provocada pela Lei 10.639/03, para alguns/mas remanescentes "(...) Muitas escolas ainda estão por aí ensinando que a princesa Isabel libertou os escravos porque era muito boazinha(...)" ou como alguém acrescenta : "(...) ainda naquele ensino antigo, tradicional, da história contada pelo branco até hoje(...)".

Principal articuladora do Quilombo do Açude e escolas da região, Flor explica: "(...) Sou voluntária do Projeto Manuelzão e por isso, estou em contato sempre com as professoras. Na questão da história dos quilombos, fizemos um vídeo aqui na comunidade, Candombe, Arte, Cultura e Fé, que eu levei e dei pra escolas aqui perto(...) Só que se não tiver um movimento de discussão nas escolas, for só coisa de levar material e deixar lá, isso não adianta, vai pro arquivo e pronto(...) a mesma coisa pode acontecer com esse livro que vocês estão fazendo dos quilombos(...) é preciso levar lá, discutir, capacitar e pensar em conjunto com elas maneiras para trabalhar o livro, entende?(...) é bom lembrar que assim como têm aquelas professoras que são bisnetas/os de escravos, têm também aquelas/es que são bisnetas/os dos senhores de escravos e ainda, as/os que aprenderam uma história sem crítica(...) será que tanto umas como outras estão preparadas pra tratar dessa questão?(...)".

Na discussão entre os/as remanescentes, evidencia-se o fato de que se o debate com as escolas a respeito das questões ambientais vem avançando, no trato com os aspectos étnicos e culturais do Açude a realidade é mais lenta: “(..) e era pra ser diferente, né?” indagam e concluem.



De Mulher Pra Mulher...

As Mulheres do Açude mandam um recado para as Mulheres Quilombolas do Brasil

(...) a mulher é um bicho que quando ela quer uma coisa ela faz, consegue(...) ela é o lado forte da família(...) nossa luta começa pela educação de nossos/as filhos(...) temos que estar juntas, cobrando da escola que ela conte a história verdadeira de nossa gente e das mulheres negras que trabalharam pelo Brasil(...) a luta pela liberdade nossa, como mulheres, e de nossa gente continua(...) as mulheres de todos os quilombos têm que estar unidas(...) e não desistir jamais(...)!

Mulheres do Açude



Pinhões - buscando a história na própria pele

A comunidade de Pinhões, situada na área rural do município de Santa Luzia, um dos locais relacionados ao período do ouro, não é oficialmente um quilombo: “(...) ainda, (...) mas isso é só por enquanto (...)!” prometem alguns de seus habitantes. Aliás, os/as mesmos/as que vêm introduzindo essa discussão no cotidiano das 400 famílias que residem na comunidade e seu entorno, visando despertar o interesse coletivo no debate sobre o regate das origens históricas do local. E são as mulheres as principais articuladoras dessa questão!

Uma das mais atuantes é Maria Geralda Gonzaga Carvalho, a dona Geralda, ajudante de serviços gerais da escola estadual e presidente do patrimônio histórico da Capela Nossa Senhora do Rosário, ambas instaladas na própria comunidade. Juntamente com Aparecida Evangelista, Rosilene Moreira, Márcia Barbosa e outras moradoras, buscam organizar-se para participação ativa nas decisões que envolvem problemas comunitários.

Na opinião dos/as moradores/as, a comunidade “(...) tem melhorado um pouco desde antigamente (...) hoje até ônibus dá pra passar aqui, antes a gente tinha que caminhar por uns caminhos estreitos e pegar condução lá na BR (...). Temos o posto médico, mas ele precisa de mais profissionais, principalmente ginecologistas e também de dentistas (...) já temos água tratada pela Copasa (...) mas precisamos de esgoto (...) é preciso melhorar o comércio (...) as ruas (...) e para os jovens, é preciso investir em trabalho e na cultura (...)”

Baseada na história oral, os que residem em Pinhões há muitos anos contam que o terreno, onde hoje se encontra a comunidade, pertencia a antiga Fazenda das Bicas: “(...) eram três os proprietários, os irmãos Álvaro, Arlindo e Iosete (...) eles doaram de boca a terra para os negros (...) por isso até hoje a gente tá tentando conseguir o título de propriedade (...)”. Há contanto quem lembre que também escravizados/as do Convento de Macaúbas, a cerca de dois quilômetros da comunidade, ocuparam originalmente as terras.



Cortada pelo rio das Velhas, que os moradores lamentam estar poluído por indústrias que foram se localizando em suas margens, Pinhões ainda preserva alguma coisa da vegetação original – cerrado e a palmeira da região, a macaúba – ambas devastadas pela ação humana e criação de gado, “(...) eles fazem campineira pros bois”, como dizem. Também o rio Vermelho passa por Pinhões e “(...) ele é histórico e deságua no rio das Velhas, que fica perto do Mosteiro de Macaúbas(...) inclusive, a primeira iluminação que teve aqui na comunidade foi tirada do Vermelho(...)um lugar chamado usina(...)”, dizem. O Projeto Manuelzão, de revitalização da bacia do rio das Velhas, também está presente em Pinhões.

Águas por onde correm muitas histórias: “O vermelho servia pra gente lavar roupa, lavar vasilha(...) era limpíssimo, tinha umas praias lindas. A poluição acabou com tudo(...) os homens tirando areia com draga(...) O das Velhas, também faz parte de nossa história, porque as pessoas vinham de barco, de Conceição do Serro, para colocar suas filhas no Mosteiro de Macaúbas(...) A praça, na entrada de Pinhões era o Porto do rio das Velhas, onde as pessoas desciam(...), contam.

Em Pinhões uma parte da história se escreve no feminino

A presença e a participação feminina em Pinhões desde suas origens têm sido um forte componente da trajetória da comunidade: das escravizadas que faziam o sabão com o pinhão – fruta que acabou dando o nome ao lugar –, às parteiras e rezadeiras - forte tradição local -, até as doceiras e balaieras, que sempre auxiliaram no sustento de suas famílias.

“Márcia é uma das minhas meninas de umbigo(...)” afirma uma remanescente. A frase funciona como uma senha. Logo, muitos “causos” são apresentados e diferentes parteiras lembradas. Algumas, vivas apenas na memória das narradoras: Nordestina, Aída, Manoela, dona Helinha, Maria Euzébia ...

O dia em que a última cegonha chegou de automóvel

De acordo com o relato do grupo, “como hoje tudo é no hospital”, a última vez que “a cegonha” chegou em Pinhões pela mão de uma dessas mulheres, foi precisamente há dois anos atrás. Na verdade, o que ocorreu foi uma situação de emergência, como esclarece Doralice do Carmo Diniz, a Dora, “(...) foi um parto que aconteceu dentro do carro(...) eu tava acompanhando a grávida e a avó dela, indo pro hospital. No meio do caminho a mãe passou mal e avó perguntou: E agora, o que nós faz?(...) Pare o carro! Pedi(..) Paramos no caminho, pedi a uma dona pra me emprestar uma vela, tesoura, álcool(...)a menina nasceu e cortamos o umbigo(...) depois arrumei a mãe, arrumei a criança e fomos pro hospital(...) pra corrigirem, pra não dar problema(...)” Como testemunha da narrativa, Letícia, aos dois anos, forte e saudável, escuta a própria história no colo da avó.



Dona Geralda, ajudando a escrever a história da comunidade

Primeiro colégio para meninas em Minas Gerais (1847), o Convento de Macaúbas, teve sua construção iniciada em 1714, por Félix da Costa e concluída duzentos anos depois. A capela, que funcionaria como um recolhimento, localiza-se em Santa Luzia e hoje é o Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas, abrigando cerca de 20 religiosas.





Aparar vidas, rezar, benzer e usar ervas e chás como receituário para aqueles(as) que buscam cura para diferentes males são gestos muito comuns nas comunidades quilombolas. Se hoje a prática é menor não foi por falta de exemplos do passado “(...) uma pessoa muito famosa que benzia aqui na época antiga era a Lorentina”, lembra José Antônio Romão, presidente da Associação Comunitária dos Amigos do bairro Pinhões e Adjacências, que faz questão de lembrar, contudo, que também os homens se faziam representar: “ (...) Jocelino era um excelente benzedor(...)” .



“(...) eu já acudi muitas donas aí(...) fazia com elas o que a Áida fez comigo(...) aprendi tendo filho e sendo acudida(...) tinha outra senhora aí, que chamava Sílvia. (...) as vezes as mulheres tratava com ela, mas ela me pedia: Olha, Dora, fulana me pediu pra acudir ela que o menino vai nascer no mês assim(...) mas sicrana também vai parir nessa época(...) se eu precisar você olha a fulana pra mim? (...) e tinha ocasiões que coincidia mesmo. Quando precisava eu corria pelo terreiro, passava debaixo da cerca e ia acudir a mulher(...) pedindo sempre “Divino Espírito Santo, me dê força, não deixe eu fazer nada errado(...)”.

“E sempre deu certo.(...)”

À frente, de branco, Doralice do Carmo Diniz.

Atualmente, o grupo conta com Geralda, Vilma, Teresa e Cecília e Isabel Rosa, entre outras. **Isabel, aos 92 anos**, é uma das benzedoiras mais procuradas pela comunidade: Contudo, percebe-se pela narrativa do grupo, que não apenas dor de cabeça tem vida curta com dona Isabel. Espinhela caída, olho grande e ventre virado, só para citar alguns, também não se criam com ela: “Eu falo assim: Deus fez, Deus criou, maldito olho que olhou(...) aí rezo uma Ave Maria, em intenção do anjo da guarda da pessoa e resolve(...)”, afirma ela com muitos e muitos anos de experiência, de uma arte aprendida com os mais idosos ao longo da vida.

Como acontece com o uso das plantas medicinais, também a comida – tutu de feijão e frango com quiabo são as mais citadas na preferência no grupo reunido - é resultado de anos e anos de aprendizado entre as gerações de uma mesma família: “Aprendi com a mãe. Ela ia fazer comida nos banquetes, casamentos, festas grandes de congado e sempre me levava(...) eu era agarrada com ela e ficava de olho, foi assim que aprendi(...)”. Mal a frase é concluída, uma advertência é ouvida no grupo: “É, tutu é bom, mas se não souber fazer fica seco e estraga(...) é preciso misturar a farinha bem devagarzinho(..)!”. **Maria do Carmo Diniz Fonseca**



Leticia Cristina Diniz dos Santos, 2 anos: a última cegonha que chegou de automóvel.

Eu vou para Santa Luzia, eu vou ...

Mas nem só de comida salgada se alimenta Pinhões. São famosas suas docerias, paneleiras e balaieiras, figuras históricas em busca da sobrevivência. As guloseimas – doces de leite, banana, laranja da terra, cidra, goiaba e outras delícias – como os legumes, verduras e frutas levadas em cestos pelas balaieiras – como se fossem uma associação de mulheres – são vendidas em Santa Luiza e arredores.

Igualmente conhecidas na região são as paneleiras, artesãs do barro que criativamente usam suas negras mãos para dar forma aos utensílios – panelas, jarros, caldeirões – comercializados de porta em porta em vários municípios da região ou ainda, feitos por encomenda. A matéria-prima usada – o barro – é retirada do solo da própria localidade. Tradição herdada dos antepassados, ainda hoje continua sendo ensinada de mãe para filha como conta dona **Maria da Conceição Diniz Moreira**: (...) aprendi com a mãe. Comecei a fazer e peguei o jeito(...).

“As mulheres de pinhões não são fácil” comenta uma moradora - arrancando uma risada geral - para logo concluir: “(...) faz panela, vende balaio e ainda por cima cozinha bem(...) não há homem que resista (...)”.

Não demora muito e “os causos” que tratam de amores, saudades e namoros vão aparecendo. Também em Pinhões, “na época antiga”, o amor apesar de lindo era bastante difícil. “Namorar? Só com a autorização do pai, do contrário nem pensar e se insistisse o pau comia(...)” diz uma moradora. **José Carvalho Moreira, 74 anos**, complementa: “(...) tinha que conversar com o velho primeiro para depois poder namorar(...) se não deixasse tinha que fazer escondido, arrumar um jeito(...)”. Escondido? Pois é, esse era um dos recursos dos quais alguns/mas lançavam mão, como se pode perceber na fala de uma senhora, hoje na casa dos noventa anos: “(...) a gente namorava muito pouco, porque os pais não gostava(...) o jeito era namorar escondido(...) na rua, quando encontrava(...) na missa, plantando milho na roça(...)”.



Márcia Alves Barbosa Evangelista, e a receita centenária do doce de leite.



(...) a situação da mulher tá um pouco melhor. A mulher, de primeiro, não trabalhava, ficava dependendo só dos homens, né? E agora, a gente ajuda eles(...) quem não tem, enfrenta sozinha e quem tem é uma ajuda e tanto que está dando(...).

Elza Apolinário, balaieira de Pinhões, 10 filhos, 22 netos e um bisneto.



Rosalina da Conceição é a rainha perpétua do congado de Pinhões. No centenário da capela da comunidade, em 07 de setembro de 2006, coroou a imagem de Nossa Senhora do Rosário.



Balaieras de Pinhões em Santa Luzia

A vigilância dos pais, dos irmãos, parentes e de toda a comunidade começava muito antes dessa fase. Desde as brincadeiras de criança, meninos e meninas eram separados. “(...) os meninos era de gangorra, correria e cavalo de pau(...) as mocinhas era roda, passar anel, boneca de pano que a gente mesmo fazia(...)”, contam.

Também dos tempos de criança, os/as moradores mais antigos guardam outras lembranças. Só que essas, bem menos agradáveis: de assombrações e “almas penadas” que circulavam pela comunidade. É mesmo de arrepiar!!!. Mula-sem-cabeça, lobisomem e mãe do ouro são alguns dos “causos” apresentados. Um senhor, inclusive, recorda-se de que o cunhado, perseguido por um lobisomem, salvou-se subindo em uma árvore: “(...) ele subiu numa panheira(...) enquanto o galo não cantou, o bicho não foi embora, ficou ali rodeando ele(...)ele fazia chepe,chepe, chepe, fungando (...)”.

Um mistério do outro mundo

O assunto prossegue e **Luiz Gonzaga**, 78 anos, relembra que no passado era comum, na noite de Santo Antônio, acenderem fogueiras por Pinhões. Apontando para um morro existente na comunidade, conta que: “(...) nessa lapa, nessa pedreira, os antigos ouviam bater um sino lá no alto toda noite de Santo Antônio. Então(...) pensaram e ergueram um cruzeiro e lá fazia a festa de Santa Cruz(...) mas depois um padre começou a construção da capela e disse para eles colocarem o nome de Nossa S^{ta} do Rosário(...)”.

O local, entretanto esconde um grande mistério testemunhado pelo próprio Gonzaga : “(...) eu entrei na gruta que tem lá por baixo(...) com dois amigos que já morreram(...) andamos de pé, em alguns momentos só ajoelhados e em alguns cantos, só de banda(...) marcando o caminho para a gente não se perder. O certo é que quando chegamos no final da gruta, encontramos uma pedra grande, do tamanho de uma parede de uma casa(...) toda apontada com ponteiro, marcada de um lado ao outro(...) a pedra onde ela está colocada, foi rejuntada com outras pedrinhas(...)e pro lado de cá tinha uma lagoa. Essa lagoa não dava a



Casal Gonzaga

oportunidade da gente chegar mais perto porque estava fundo no lugar(...) A impressão que eu tenho é que se mexer com essa pedra, se puxar, morre porque ela vai cair em cima da pessoa(...) uma coisa mesmo de outro mundo(...) o que tem do outro lado é um mistério(...) eu nunca mais voltei lá(...)”. Nem Gonzaga e, segundo os presentes, nenhum outro morador apesar da curiosidade.

O Catopé e “sô Duca”

Tradicional manifestação cultural de Pinhões, o catopé, dizem os moradores/as, tem origem no grupo de escravizados “pertencentes” ao Mosteiro de Macaúbas. Quem melhor explica a questão é dona Geralda, que em 1998 registrou a história da dança a partir da narrativa de mestre Reduzino, mais conhecido como o “sô” Duca, então com 80 anos e que desde 1936 integrava o grupo de cantadores.

As lembranças de “sô” Duca, indicam que Pinhões era uma sesmaria da fazenda das Bicas. “(...)em 02 de fevereiro de 1906 foi realizada a primeira missa na capela da comunidade, quando Nossa Senhora do Rosário foi colocada no trono(...). Por volta dessa época os ex-escravos do mosteiro de Macaúbas e seus descendentes, dançavam o catopé, como forma de exaltar a Santa (...)”

Durante a narrativa percebe-se que os atuais habitantes desconhecem o motivo pelo qual a dança esteve proibida por alguns anos, até por volta de 1910, quando o “sô” Josino, o “sô” Emílio junto com o “sô” José Carvalho, inconformados com o silêncio imposto às suas manifestações culturais e religiosas resolveram “arregaçar as mangas”, formar um grupo e ensiná-la à comunidade.

O mistério é esclarecido por Guerino Aparecido Pereira, responsável pela guarda de catopé, conhecida como Irmandade do Rosário. Conta ele que: “(...) foi o bispo D. João que não queria fazer a festa(...) disseram para ele que era festa de muliquim, quer dizer festa de espiritismo. Então o Zé Carvalho, mais o Zé Norato foram atrás do bispo e explicaram qual era a razão da festa, que não era de muliquim não(...) desconfiado, D. João, então, disse que podia voltar a fazer, mas que todos os componentes tinham que comungar e confessar antes da apresentação(...) essa tradição nós tem até hoje, na véspera da festa todos os membros confessam, pega a eucaristia(...)nós faz toda a preparação espiritual para a festa(...)pra engajar na guarda o camarada tem que fazer a primeira comunhão(...)”.

É possível que essa conquista tenha sido fruto da pressão da comunidade, no entanto eles tiveram que se adequar às condições impostas pelo bispo, interessado em dissociar a manifestação do catopé de qualquer interpretação que a remetesse a sinais da religiosidade de matriz africana. Nessa retomada, na primeira década do século XX, coroaram como rei Joaquim Apolinário Gonçalves e como rainha sua filha Maria, avô e tia do “sô” Duca.

Em 1936, exatos 30 anos após a primeira missa na comunidade, o congado havia evoluído, se organizado e, segundo as anotações de dona Geralda: “(...) o grupo realizava várias apresentações fora da comunidade(...) mas não usavam trajes especiais como atualmente(...) foi nesse momento que Salvador Antônio e o “sô” Duca - então com nove anos de idade -, ingressaram no grupo(..) “sô” Duca tempos depois foi promovido a mestre(..)”.



“(...) um grande problema da comunidade aqui vem do imposto. Eles querem cobrar o imposto territorial e predial de Pinhões, sem Pinhões ter o título de propriedade(...) aqui muita gente ainda vive de título de posse(...) para cobrar esses impostos, me falou um advogado, eles teriam que dar o título de propriedade pra toda comunidade(...) Estamos na briga(...)”

José Antônio Romão, presidente da Associação Comunitária dos Amigos do bairro Pinhões e Adjacências





"(...) ganhamos um troféu pela nossa participação no Encontro de Corais que teve em Santa Luzia(...)"

Aparecida Evangelista

Atualmente, a marcante presença da Igreja Católica em Pinhões pode ser observada também através do coral jovem da comunidade, famoso na região e que recebe convites para apresentações externas, como destaca **Aparecida dos Santos Carmo Evangelista**, vice-presidente do coral, para quem: "(...) a música integra a criança e o jovem à religião e a comunidade(...)".

O registro feito por dona Geralda tem dado oportunidade de que a história do congado de Pinhões seja socializada a mais pessoas: "(...) muitos/as alunos/as de escolas de Santa Luzia vêm aqui para procurar informações e eu tenho passado(...)". A preocupação com as tradições a levou também a aceitar o desafio de atuar como coordenadora do patrimônio da igreja.



Também a **Escola Estadual José Maria Bicalho**, sediada na comunidade, e a Escola Padre João Santo Antônio - que na parte da noite atende ao ensino médio - têm realizado, na opinião dos/as moradores/as, algum trabalho de reflexão sobre a história de Pinhões. Dizem eles: "(...) de uns tempos pra cá, a direção tem se interessado de passar a história(...)". A escola, contam, teria organizado apresentações de catopé, peças de teatro, exposições de fotos, Feira de Cultura e assim por diante. Acreditam, contudo, que muito mais há ainda para que comunidade e escola trabalhem integradas.



"(...) nós, aqui de Pinhões já estamos pensando a forma como a história dos negros/as é contada nos livros(...) mas tem muita coisa ainda pra ser feita(...) precisamos conhecer mais a lei 10.639/03 (...) é preciso que a gente tenha acesso a cursos e diferentes materiais(...) a escola anda meio esquecida no Brasil(...)".

"A mulher hoje desempenha vários papéis na sociedade(...) torço para ver uma como presidente(...)"

Professora Janete Dorci Pereira



Coral Cantante Domino

Palavra do mestre Guerino!

(...) sou presidente da guarda do Catopé, conhecido como mestre, uma guarda conhecida como Irmandade Nossa Senhora do Rosário, em outros lugares conhecido como congado.

Aprendi com o senhor Josino, um de nossos mestres de catopé e ele aprendeu com o fundador do congado, que era descendente de escravos(...) o congado é distribuído em várias regiões, tem o estilo Moçambique, tem o reinado Nossa Senhora do Rosário e, no nosso caso aqui, resumindo, é o catopé guarda de Uan (confirmar na gravação com Elza), uma tradição de centenas de anos, que vem lá da fazenda Macaúbas.

Como tradição, a filosofia do congado é religiosa, no qual os pais e mães faziam promessas por conta de alguma graça conseguida e engajavam seus filhos(...) isso acontece ainda com alguns até hoje(...) o compromisso é de sete anos(...) só que aí pega amor, entra no sangue e vai ficando. Eu entrei pra cumprir uma promessa de minha mãe e lá vai vinte e sete anos que participo.

A responsabilidade nossa é grande. Como falta dos mestres mais velhos a gente teve que assumir, para dar continuidade à guarda. Tenho um grande parceiro que é o Nê e juntos vamos tocando e levando(...) mais ou menos oitenta crianças, jovens e adultos fazem parte da guarda(...) só homens, a mulher nunca existiu no catopé.(...) a gente tinha aqui um candombe que entrava mulher(...) mas os mestres velhos foram morrendo e isso acabou(...) ninguém se interessou em dar continuidade a isso(...).

O ensaio é em frente à igreja católica e temos a preocupação de que isso não acabe. Muitos jovens não

se interessam, não querem ter esse compromisso e estamos lutando(...) ninguém pode ser obrigado a entrar(...) eu costumo dizer que aqueles que têm o dom da voz precisam ir ensinado aos outros(...).

(...) as apresentações geralmente são nas festas do auto de nossa comunidade, mas temos convites para apresentação em outras festas de louvor à Nossa Senhora(...) são muitas vezes comunidades que não têm o catopé, que perderam essa manifestação e a gente busca assim levantar isso nessas comunidades(...).

(..) Nosso catopé é diferente do que tem no município de Milho Verde(...) o reco-reco tem caixa e não tem a viola(...) tem uma caixa e um tipo de bambu(...) os cantos e as melodias são diferentes das nossas(...) nosso catopé é conhecido como guarda de honra(...) tem uma seleção de cinco vozes em cada fila(...) isso é, eu tiro o canto, o outro vai atrás de mim e assim por diante(...) são mais de sessenta cantos diferentes(...).

(...) muketo eh, muketo eh(...) era uma meditação que os negros faziam diante do rei escolhido na festa(...) quer dizer preto rei(...) uma homenagem a Chico Rei, escravo antigo(...). A gente chega perto da rainha e canta dizendo que veio buscá-la por ordem do rei(...) ela vem na caiumba, aquela cadeirinha de carregar com um escravo na frente e outro atrás(...) toda novela que tem escravo tem isso(...).

Vou explicar a diferença das guardas(...) ela vem lá da África. O caboclinho é a mistura do índio com o escravo, tem dele muito no município do Serro(...) eles vão trançando fitas no mastro(...) são os dons(...) nós aqui temos as roupas específicas com várias cores de fita, mas não temos a tradição de trançar fitas. Os marujos(...) isso é uma lenda(...) que eles tinham essa tradição religiosa(...) que todo ano eles voltavam para

um determinado lugar e apresentavam a guarda deles durante uma festa(...). (...) O Moçambique é uma história longa mas o catopé é assim, um escravo que chamava Tererê e tinha devoção por Nossa Senhora, foi buscar um burro que todo dia pastava em frente à fazenda e nesse dia sumiu(...) foi o “senhor” dele que mandou ele ir pegar o bicho(...) procurando por vários lugares ele passou num rio e preocupado porque ia apanhar porque não encontrava o burro rezou para Nossa Senhora(...) e aí uma aparição(...) uma mulher saiu de dentro da água(...) o escravo fez uma oração e ela agradeceu e voltou pra água. Quando ele chegou na fazenda e contou para o senhor, ele disse que ia conferir e se fosse mentira dava uma surra no escravo. Pegaram a carruagem e foram. Chegou lá o negro cantou e ela não apareceu(...) quando ele se abaixou pra apanhar, a mulher apareceu para livrar ele do castigo(...) o senhor então contratou várias bandas para tirar ela da água e nada(...) nem o padre conseguiu(...) Os escravos já tinham o Moçambique e já existia o catopé. Um dos mestres moçambiqueiro pediu licença ao senhor para levar o tambor e tocar(...) o fazendeiro debochou, pois as melhores bandas não tinham conseguido nada e ele queria levar um tambor(...) e a santa apareceu(...).



"(...) nós todos/as temos o direito de saber de nossa história, nossas origens e da nossa tradição (...) a escola precisa ajudar nessa parte(...)".



De Mulher Pra Mulher...

As Mulheres do Pinhões mandam um recado para as Mulheres Quilombolas do Brasil

(...) as mulheres negras sempre foram e continuamos sendo lutadoras (...) a gente sempre quer lutar pelo melhor pra nossos filhos, nossos companheiros, nossas famílias e nossa comunidade (...) temos que lutar por dias melhores, principalmente pra criançada que tá chegando (...) e isso só juntas e com muito empenho para a conquista dos nossos direitos (...)!

Mulheres do Pinhões



Quilombo do Sapé

T rês pequeninas casas, lado a lado, chamam a atenção de quem chega ao Quilombo do Sapé, localizado a cerca de 30 km de Brumadinho, distrito de São José de Marinhos, na Serra da Moeda.

Excelentíssima Ministra Natália Ribeiro.

Este é, para nós do Quilombo de Sapé, um fato inédito. Nós nunca tivemos a oportunidade de estar tão perto de uma autoridade para poder falar assim, olhando olho no olho. É pena que o tempo da senhora conosco seja tão curto, mas nós temos a esperança que este não será o último encontro, já que a senhora é muito bem vinda. (...)

Historicamente, nós somos marginalizados. Não somos amparados por órgãos governamentais (...) garantidos pela constituição federal.

Somos construtores de história desprovidos de recursos que nós ajudem a viver com dignidade. Alguns de nós, moradores, temos que abandonar o quilombo em busca de trabalho porque nunca fomos alvos verdadeiros de atitudes que ajudem a despertar nossas potencialidades.

Gostaríamos que o ministério auxiliasse na realização de nossos projetos, como a instalação de telefones públicos, calçamento das ruas da comunidade, rede de esgoto para as casas, transporte público, quadra esportiva, reforma da Igreja, criação de um Centro Cívico Cultural para manter as tradições, implantação de projetos de geração de trabalho, informatização da escola municipal (...).

Desde já, agradecemos.

Trecho da carta da comunidade entregue à ministra da Secretaria Especial de Políticas Públicas - SEPPPIR em 21 de agosto 2003.





“As três casinhas estão ali, bem em frente à Igreja São Vicente de Paula e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro para mostrar como se morava aqui muito antigamente(...) Por isso a comunidade ganhou esse nome(...) as casas daqui eram cobertas de sapé, as paredes eram de pau-a-pique, tudo barreado(...)” explicam os/as moradores/as.

Destacam ainda, ao falar da comunidade, a visita da Ministra da Secretaria Especial de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), Matilde Ribeiro, em 21 de agosto de 2003: “Entregamos até uma carta para ela, com nossas necessidades(...)”, explica a professora Matuzinha de Fátima da Silva, presidenta da Associação dos Remanescentes de Quilombos do Sapé, na época da visita.

Os primeiros ocupantes do local, como contam, foram homens, mulheres, jovens e crianças forras da Fazenda do Martins. “O resto da senzala da fazenda existe até hoje (...) mas o primeiro morador mesmo daqui, foi o João Borges, que veio fugido de lá”(...).

No que se relaciona ao local, contam os remanescentes que o território era muito extenso na época da ocupação pelos ancestrais, mas com o passar dos anos acabaram por perder grande parte para fazendeiros: “Fomos perdendo aqui, perdendo ali(...)”. Explicam que um dos motivos para a perda de parte da terra era quando necessitavam de ajuda para o sepultamento de alguém. Oportunisticamente os fazendeiros faziam o enterro e em troca do gesto “ficavam com um pedaço de terra”.

Atualmente cerca de cinquenta famílias residem no quilombo, “(...) há muita união entre o pessoal” e dividem os mesmos problemas: “luta para titulação das terras, precisão de esgoto, ausência de um posto médico, porque o que tem em Marinhos é muito longe e emprego(...) os rapazes já foram quase todos embora(...) eu mesmo tenho um rapaz que está para lá(...)” enfatiza **Vera Lúcia Damião, 62 anos**, vice-presidenta da Associação de Moradores.

Também para estudar é preciso sair da comunidade. “(...) as crianças vão para Marinhos para fazer o primário(...) depois para Brumadinho, Aranha e Melo Franco para o ginásio(...) a escola que tinha aqui acabou(...) acho que é porque tinha muito pouca criança(...)”.

Maria Rosária, aos 80 anos, faz questão de lembrar a importância dos estudos para as crianças e jovens, uma oportunidade que não teve: “Eu fiquei na escola só um ano(...) estava com treze quando entrei. Aqui não tinha escola naquele tempo(...)” relata, “(...) mas eu aprendi a assinar só o nome(...) mas mesmo assim eu perdi tudo e não sei mais(...)”.

“Falando a respeito da escola, aos 34 anos, Antonio Gabriel, o Toninho - “bate-caixa da procissão do Rosário”, como faz questão de destacar -, diz: “Estudei até os 16 anos e fiz até a sexta-série(..) eu acho que a escola devia ter falado lá sobre os quilombos(...) todo mundo aqui é quilombola e a gente tem o direito de conhecer a história da gente, ué(...)”.



“Eu já fui rainha na Festa do Rosário(...) a gente coloca coroa, capa(...) recebe a coroa de Nossa Senhora do Rosário. Cada ano é uma. Eu tenho quatro anos que fui(...) Agora sou cozinheira, ajudo a fazer o almoço do pessoal(...)”





Com os/as remanescentes do Sapé, o hoje e o amanhã da comunidade

Na conversa com os moradores/as, percebe-se que há um sentimento generalizado de que a educação formal possa vir a se converter em importante instrumento para a conquista da cidadania de crianças e os jovens remanescentes do Sapé. Lamentam, contudo, que a aproximação não seja maior.

Uma Via Crucis diferente e uma procissão antiga

A conversa prossegue e, logo, o que entra em discussão são as tradições, sobretudo, a importância de preservá-las para as novas gerações. Alguém lembra de imediato, dos quadros que estão espalhados pela igreja da comunidade “com o cristo negro, fazendo o caminho da cruz(...) isso é uma riqueza que temos aqui, que é nossa e temos que guardar e divulgar(..)”, comenta Cirineu da Silva, presidente da Associação dos Remanescentes do Quilombo.

“E as festas, então?”, comenta alguém despertando grande interesse do grupo. Sapé é famoso pela Festa de Reisado da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, realizada em setembro. A comunidade, as casas e a igreja são enfeitadas com bandeirinhas e também ocorrem as novenas. No dia 20 de setembro, acontece o levantamento das bandeiras de Nossa Senhora do Rosário, São Vicente e São Benedito. Duas guardas da comunidade, Guarda de Moçambique Nossa Senhora do Rosário e a do Congado de São Benedito, carregam os mastros das bandeiras e, no trajeto, visitam casas, cantando e dançando.

Na “alvorada” do dia seguinte, alguém explica: “a gente se benze(...), lá perto dos mastros e depois a gente vai para a casa da rainha onde a gente toma o café que ela dá(..) Mais tarde, tem o almoço comunitário e é só depois que acontece a procissão com as guardas(...), momento em que os/as moradores/as carregam andores com as imagens dos três santos homenageados. Com a chegada do grupo à igreja, inicia-se a missa: “Onde é que faz a troca de reis(..)”.

“É tão bonito, que vem gente de Brumadinho, Moeda, Belo Vale, (...)” conta **José Damião, nascido no Sapé**, que aos 68 anos é da Guarda de Nossa Senhora. Ele prossegue: “Quando eu entrei, meu pai Nicanor, era rei Congo e minha mãe, Maria Rosária, rainha Conga(...) Depois que meu pai morreu, o meu primo Miguel ficou no lugar dele(...) Hoje, na guarda, eu fico para guarnecer o rei e a rainha”.





“E o congado, pessoal?” alguém questiona. E, novamente seu José toma a palavra: “O congado é da festa de São Benedito, que acontece lá pra maio(...) Tem época que quando é pouca gente, se une as guardas, a de São Benedito e a do Rosário. Nós que somos da guarda de Moçambique, ajudamos no São Benedito também(...)”. Há também a participação nas guardas, de moradores de comunidades vizinhas: “fechando mais o laço de amizade que une nós todos(...) todo mundo que aqui tem um pouco de sangue dos escravos(...)”.

“Nunca fui no hospital nenhum graças as ervas e a Deus” dona Maria Rosária, 80 anos.

A conversa é interrompida por alguns instantes, para que uma das moradoras possa “espiar” o caldo de mandioca que deixou no fogo: “Espera aí minha gente. Se não mexer, pega(...)” fala enquanto corre para a cozinha.

Como que automaticamente, o assunto dominante passa a ser comida: “doce de cidra, de leite, arroz doce, toranja, tudo(...) isso tudo eu sei fazer e aprendi com minha mãe(...)” diz uma moradora. Logo, outro senhor recorda: “Ah! bom mesmo é a comida da roça(...) rapadura, arroz, feijão e torresmo(...)”. O espírito de união presente na comunidade se evidencia: “Na minha casa não tem laranja da terra, mas o que não tem aí pelo mato, eu acho na casa dos vizinhos(...)”. A ligação da comunidade com a natureza tem sido bastante forte ao longo dos tempos: “Quando a pessoa tinha alguma constipação, era da terra, do mato que se fazia o remédio”.

Como preservação da cultura local, percebe-se a preocupação em transmitir aos jovens e crianças receitas de chás e ervas que estão presentes há muitas gerações, desde o surgimento do quilombo: “Muita gente hoje não quer mais usar chás desses que tem nos matos(...) agora é só a história de remédio que médico passa(...)”. Alguns moradores/as ponderam a possibilidade de utilização conjunta de ambos: “(...) remédio é bom, mas os chás e as infusões também podem ajudar(...)”. Dona Maria Rosária é uma das mais entusiasmadas defensoras das ervas: “(...) Nunca fui a hospital nenhum graças as ervas e a Deus(...)”

Quando alguém lembra que, inclusive, antes “(...) eram as ervas que saravam e fortaleciam as mulheres que pariam(...)”, nomes de parteiras, algo que hoje não existe mais na comunidade, são lembrados: “(...) Efigênia, Noemi, Clementina e muitas outras que já morreram.”

A conversa prossegue e percebe-se que como ocorreu com aquelas que ajudavam a encher os berços do Sapé, também rezadeiras e benzedadeiras estão acabando. “Tem umas ainda, poucas. A Nazaré, a Maria Perpétua(...)ela benze na brasa, com um raminho(...) com a brasa do fogão(...)”.



Antonio Gabriel, Toninho, “bate-caixa” da procissão da Nossa Senhora do Rosário

E não é que Clodoaldo sobreviveu ao lobisomem?

Também sumindo estão as histórias de assombração que contavam os antigos, concluem. Muitas ainda existem, mas apenas na memória dos mais idosos. No Sapé, contam, até lobisomem havia: “Pode acreditar!”. Poucos o viram, é verdade, mas o barulho que fazia, foi por muitos ouvido: “(...) Era mesmo horrível(...) um ronco horroroso” afirmam. Contudo conseguiu sobreviver: “Foi o Clodoaldo, que agora ele já morreu. Ele viu com os olhos mesmo(...) e o lobisomem não pegou ele não senhor(...)”.

A vida difícil, de trabalho, também aparece nas falas: “Eu era candeeiro de boi(...) guiava o gado para aprontar as roças de milho e feijão(...) depois parei de candear para estudar, mas não aprendi quase nada(...) Pra estudar o quarto ano, aqui não havia, tinha que ser em Brumadinho e aí não tinha condições(...)”.

Embora não fosse muito, também havia tempo para se brincar. Roda, esconder e bonequinha de espiga de milho eram as preferidas das meninas, que ficavam de um lado. Separados “em outro canto”, ficavam os meninos, com suas brincadeiras: “Era bola, correr e lutar(...)”.

Namoro e casamento, só com autorização do pai: “Ele ficava em cima, sem dar uma folguinha(...)”, testemunha uma senhora, provocando a risada das demais.

Como nem tudo é perfeito havia quem tentasse, ainda que correndo riscos, burlar as regras. “(...) Eu conheci a moça namorando escondido do pai dela e da minha mãe(...)mas se pegasse ele podia querer passar a correia em nós(...)”.

Assim, falando do passado, no presente, Pinhões busca escrever seu futuro como comunidade remanescente de quilombo!



Nas paredes da igreja do quilombo uma via crucis com o cristo negro

“muitas rezas antigas a gente perdeu. Perdeu porque não sabe ler. Se a gente soubesse ler pedia pela escrita, aí a a gente tinha tudo hoje, né? Uma pena...”





De Mulher Pra Mulher...

As Mulheres do Sapé
mandam um recado para
as Mulheres Quilombolas
do Brasil

*(...) mulheres, temos
que pensar em todas
nós (...) as mulheres
em todos os quilombos
têm as mesmas lutas,
dificuldades e precisam
fazer as mesmas
conquistas (...) temos
que estar juntas no
Brasil(...)!*

Mulheres do Sapé



Mato do Tição

"Vinte e nove famílias, cerca de 120 pessoas - das quais 38 são crianças, 56 na faixa etária entre 10 e 22 anos - dividindo três hectares e meio de terra", assim os/as moradores apresentam a Comunidade Remanescente de Quilombo de Mato do Tição, cortado pelo riacho Chico Matias e localizado a cerca de quatro quilômetros da sede do município de Jaboticatubas, cujo surgimento está ligado ao movimento de ocupação das Minas Gerais, no século XVIII.

O nome Tição, segundo alguns, relaciona-se ao fato de que os primeiros ocupantes deslocavam-se pela mata, à noite, com tochas de fogo para iluminar os caminhos. Outros remanescentes, contudo, relatam ter ouvido dos mais antigos que se deve ao fato de que, pelo uso constante do carvão, era comum que os moradores passassem a mão pelo rosto, que ficava assim sempre marcado pelo borrão do carvão, ou seja, parecendo um tição.

A origem dos ancestrais remonta a 1888, como narram, através da história de Constantina, Pedro e Rita Basílio, todos de sobrenome Siqueira ou Santos. "Pertencentes" ao dono da fazenda de Baixo, existente nas cercanias de onde hoje está o quilombo do Tição, dele receberam a terra "por doação de boca", após a extinção da escravidão no país.

Apesar disso, lembram os/as remanescentes, que apenas em 1981, quase um século depois, através de usucapião, adquiriram finalmente o direito legal da posse: "foi uma demanda muito grande para manter esse pedacinho de terra que nós moramos aqui(...) esse lado de cá tem papel, mas a parte de cima que, também, era nossa, os fazendeiros pegaram, como explica Lindomar João





"(...) o governo está preocupado em manter o pessoal quilombola dentro da comunidade, mas só que não tem espaço e o pessoal vai ter que sair, vai ter que comprar um lote lá na cidade e não tem recurso, porque o povo quilombola não tem dinheiro. A gente tem muita cultura, mas dinheiro não rola(...)"

Lindomar João Santos, presidente da Associação Quilombola do Mato do Tição

Santos, presidente da Associação Quilombola da Mato do Tição, interrompido por dona Divina de Siqueira, 77 anos, que solicitando a palavra conclui: "(...) é, mas o terreno que foi do vovô Marcolino José de Siqueira, e depois foi do meu pai Benjamim e depois ficou para nós, foi comprado e pago", o que teria ocorrido no final da década de 1970.

Lindomar retoma a palavra e prossegue "em março agora, de 2007, eu peguei o certificado, com a Fundação Palmares, lá em São João da Ponte. Aqui é reconhecido como Comunidade Quilombola da Mato do Tição".



Transitando entre o latim e o banto

Se a conversa a respeito da origem do Tição suscita entre os presentes algumas dúvidas e evidencia esquecimentos, ao mesmo tempo entusiasmo aos mais velhos... e logo, surgem muitos "causos": "Nós aqui somos misturados, o vô Marcolino, pai do Benjamim, era filho de índio com negra e nossa vô, filha de fazendeiro branco e índia".

O fato de Benjamim ter sido sacristão — "quando a mãe dele morreu, ele foi para Taquaraçu, ficar na casa de um padre e aprendeu toda a doutrina", - completa o quadro de mestiçagem e sincretismo religioso que caracterizou o processo de colonização do país.

Lado a lado, no cotidiano, os herdeiros e herdeiras de Mato do Tição conviveram com a herança do catolicismo, por parte do pai, e as histórias e culturas vindas da África, por parte da mãe, sobretudo, através da tia-avó Constantina Augusta dos Santos, chamada carinhosamente de tia Tança. "Ela gostava de contar os casos dela, cantar e dançar o "candombe" que ela tinha aprendido lá nas senzalas e nós crianças ficava tudo em volta dela aprendendo", lembra o morador Dante Isaias de Siqueira.

Falam juntos, animados/as, quando solicitados a explicar o que é candombe: "Tio Dante" - diz alguém- "ele fala sempre que isso veio com a Constantina, que era coisa lá da África"(...) é dança e canto. O negócio é o seguinte, que

no tempo dos escravos(...) os brancos tinha as festas deles e tal(...) Os negros pegavam tronco de madeira e eles mesmos construíam os instrumentos deles. Um deles se chama tambu(...)”. Uma breve pausa para que alguém apanhe o instrumento e a conversa continua: “(...) eles tiravam som do tambu e cantavam muitas músicas, agradecendo aos santos dos pretos: “(...) Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e levantando suas bandeiras. A dança que eles faziam era o candombe(...)” esclarece Lindomar.



O canto e do batuque do Tambu é executado pelo grupo. Um idioma africano é então ouvido entre uma e outra canção. “É banto(...) acho que veio do sul da África(...)” arriscam.

Tuê, tuê, tuê, tuê, curandã batuê, tuê, tuê, tuê, ô , curandã batuê, tuê, tuê, tuê, ô ô curandã batuê.

A luta para a continuidade das tradições ancestrais revela-se uma das maiores preocupações da comunidade: “(...) na faixa de 30 e poucos anos, só eu conheço algumas expressões dessa língua. O resto, só alguns mais velhos(...)”. Uma das nossas responsabilidades é garantir a preservação da nossa cultura, por isso estamos investindo nos jovens para que aprendam e preservem o candombe e isso tudo que temos aqui(...)” diz Lindomar, apontando para um grupo de jovens, que riem com satisfação.



Dá licença de entrar no quarto

Há na casa da matriarca da comunidade, **dona Divina**, um quarto “sagrado”, onde descansam os instrumentos, os tambus, quando não estão sendo utilizados em alguma festividade. Cabe a ela, “(...) e só a ela(...)”, frisam bem, a guarda e a liberação dos mesmos. ‘(...) e eles não saem pra farra, que ela não deixa, pra batucada qualquer(...) só quando é coisa séria(...)”, diz um dos tocadores.

A decoração das paredes e luminosidade das muitas velas que permanecessem constantemente acesas, iluminando Nossa Senhora do Rosário e sua bandeira dão conta do sincretismo religioso de Mato do Tição e do país como um todo, que reúne a tradição cristã e africana.





Ao pé do mastro, velas e pedidos na noite de Santo Antônio



Valdílei e Sabrina

Nesse local, no dia da Festa de Santo Antônio, em junho, as mulheres se reúnem, sob o comando de dona Divina, para a reza que antecede a saída da procissão, até o mastro com a bandeira, instalado em um dos cantos do terreiro.

O mastro localiza-se próximo a enorme fogueira que, horas mais tarde, se transformará em um tapete de brasas ardentes, por onde muitos – e apenas homens – atravessarão descalços. Uma tradição que remonta aos princípios da comunidade e que atrai centenas de moradores da região. Seria possível atravessar calçado? A resposta dos remanescentes vem em conjunto; “(...) quando a gente passa faz um pedido para Santo Antônio(...) se passar calçado vai acontecer tudo ao contrário(..)”. É melhor não arriscar!

Coã, amor e outras antigas histórias do Tição

O que há em comum entre um passarinho que canta imitando o barulho de uma risada e um defunto? É que ambos, a considerar “os causos” existentes em Mato do Tição, fazem parte da história da comunidade... “(...) de manhã, a coã ficava para lá e para cá: cah,cah,cah(...)”. Esse passarinho ficava que nem se estivesse dando uma risada. Aí, meu tio falava assim: você pode saber que daqui a pouco tem notícia ruim para nós. E você podia contar! Daqui a pouco a notícia estava chegando: morreu fulano(...)”. Não há, contudo, unanimidade em relação ao presságio da coã.

Um dos presentes conta que cresceu ouvindo falar do “passo dos mortos”, o vissungo, e explica: “Era do tempo dos antigos, dos muito antigos(...) os homens iam levando o defunto na padiola e cantavam(...)as músicas eram na língua africana(...) quando o morto estava muito pesado, davam uma surra nele, para aliviar o peso dos pecados do coitado(...)”. Alguns dizem não acreditar tanto nessa história. A conversa se estende e o assunto a seguir é saudade, o respeito que sempre tiveram para com os mortos e o tempo da escravidão “(...) há vida dos escravos só foi sofrimento, há muita dor cravada por aqui, por essas terras(...)”.

Para alguns, algumas “almas” ainda rondam o quilombo. Menos do que antigamente, concordam todos, porém ainda existem. Logo, uma pergunta surge: “Quem lembra do caso do Arlindo, aí?” e prosseguem discorrendo... “Ele era de Belo Horizonte e pensava que aqui tudo era lenda. Ele debochava de nós.(...)Um dia nós fomos pescar, a turma toda foi pescar. Aí, quando nós olhamos assim, de lado, as folhas estavam tudo como ouro, iluminadas, uma coisa acesa! Aí nós achamos que podia ser por causa de um lagarto que tem aqui, que fica da cor dourada. Mas nós olhamos e não tinha bicho nenhum. Então, com olho grande, resolvemos catar as folhas douradas pra nós. Enchemos até o boné! Quando chegamos no alto do campo e fomos ver(...) era só folha verde. Carregamos peso à toa! O Arlindo, gaguejando, assustado, lembrou logo que os velhos tinham recomendado pra gente não pescar naquele lado. Era a mãe do ouro, que guarda o quilombo da cobiça, que tinha feito aquilo(...)”.

Mas nem só de histórias antigas de assombração vive Mato do Tição. Há, também, lembranças de amores e de romances. Dante Isaías, o tio Dante, aos 84 anos, relembra que era muito difícil namorar e, “sabe por quê?” pergunta, para



Dante Isaias de Siqueira, o Tio Dante

logo depois responder: “o rapaz tinha que ver ela pelo buraco da parede. E era assim que ela também via ele. E tinha vezes que ele tava lá espiando no buraco o pai dela aparecia. Aí era fogo(...)”

É verdade, contudo, que as crianças, desde pequenas, brincavam separadamente. Em algumas ocasiões, destacam alguns, os meninos faziam o batuque no tambor e as meninas dançavam. “Elas preferiam mais brincar de roda, depois, mais tarde é que os rapazes passaram a entrar na roda também”. Não é que com um pouco de esforço, os antigos meninos e meninas, hoje na casa dos oitenta, lembram das cantigas de roda?

O limão entrou na roda, ô limão...

Ele vai de roda em roda, ô limão...

Põe um verso bem bonito, ô limão...

Diz adeus e vai embora, ô limão...

Bem, se namorar em casa já era difícil, levá-la ao baile, praticamente impossível: “Só ia para o baile com o pai e mãe”. E olha que festa nunca faltou em Mato do Tição.

Hoje, namoradas e namorados passeiam de mãos dadas, sem problemas, pela Folia de Reis e a Festa de São João, duas grandes expressões culturais da comunidade, que atraem moradores do município e de outras cidades. A fama dos tambores de Mato do Tição rompeu as fronteiras do quilombo. Muitos são os convites para que se apresentem em eventos externos.

Quando ir para a escola era muito mais difícil...

“É, e não dava para namorar nem na escola(...)” brinca um dos moradores, provocando risos e comentários do grupo.

Pode-se concluir, portanto, segundo os/as mais antigos, que não apenas namorar era complicado. “Eu só fui matriculado lá com treze anos, e mesmo assim, porque eu estava na casa de um padre e ele falou com a minha mãe e aí ela me levou(...) mas a gente não tinha nem roupa direito pra estudar(...) tinha que ficar esperando a diretora dar roupa para nós. Nosso negócio era trabalhar com o pai e a mãe(...)”

**PROGRAMA
PETROBRAS CULTURAL
SELEÇÃO 2006 / 2007**

FORMAÇÃO – EDUCAÇÃO
PARA AS ARTES: AÇÕES

PROJETOS CONTEMPLADOS

TAMBORES
ANCESTRAIS

Protocolo: 3458

Proponente: Associação
Quilombola do Mato do Tição

Estado do Proponente: MG

Abrangência: MG

Apresentação: Preservação
e divulgação da cultura afro-
descendente, por meio de ofi-
cinas das tradições culturais,
ministradas pelos moradores
mais antigos, tendo como pú-
blico meta 45 crianças e jo-
vens do Quilombo do Mato do
Tição em Jaboticatubas-MG.

http://www2.petrobras.com.br/cultura/ppe/edicao/resultados/resultados_acoes.asp



De Mulher Pra Mulher...

As Mulheres de Mato do Tição mandam um recado para as Mulheres Quilombolas do Brasil

(...) uma árvore não cresce e fica de pé sem raiz(...) assim é o Brasil que precisa reconhecer a importância da mulher negra quilombola em sua história(...) nossa luta é pelos direitos e por melhores condições de vida pra nossos/as filhos e nossas famílias(...) temos que estar juntas sempre em todos os quilombos do país(...)!

Mulheres de Mato do Tição

Atualmente a situação é outra. Matrícula e acesso, pelo menos, são garantidos e facilitados pelo transporte realizado pela prefeitura, aos jovens e crianças. Não há escola na comunidade e todos/as estudam em Jaboticatubas, a cerca de 4,5km do quilombo, distribuídos/as entre a Cardeal Arcoverde, a Cândida de Lima Augusta dos Santos e a Geralda Isis, do primeiro segmento do ensino fundamental - "o primário". A seguir, são encaminhados para a escola estadual Leônidas Marques Afonso. Também o ensino médio é feito em Jaboticatubas.

À medida que a conversa segue, evidencia-se que os/as remanescentes gostariam de aprofundar a relação entre comunidade e escola, instituição que consideram de grande importância para a vida das crianças e jovens. "Hoje já tão falando um pouco de nós, dos quilombolas, lá na escola. Acho que é por causa da lei [10.639/03] que esse assunto tá um pouco mais falado. Um exemplo é que agora, quando preenche a ficha, eles têm que botar que são da comunidade negra da Mato do Tição(...) porque agora é um quilombo registrado(...) Mas tem muito mais para contar para os alunos" diz o Dó.

Esporadicamente, mais precisamente "(...) na Semana da Consciência Negra, da Cultura, quando é um trabalho mais ligado à raça negra, eles nos chamam pra dar palestra(...)" complementa **Evandro Hilário dos Santos**, que, com a concordância dos presentes, conclui: "(...) É muito importante que nós e a escola estejamos sempre juntos. É muito importante que a escola conte hoje a nossa história e a nossa cultura para que ela não morra no futuro. Para que ela seja como um retrato, uma herança, que a gente deixa para os filhos. Temos que batalhar para isso, né?(...)".

A luta que a comunidade trava na construção de sua cidadania implica, inclusive, a participação em reuniões na câmara de vereadores e encontros com o prefeito, para apresentação de reivindicações, reclamações e fiscalização da atuação do poder público no que se relaciona à questão quilombola. Apesar da falta de tempo, tentam sempre que possível que alguns remanescentes estejam presentes em discussões que consideram importantes como "educação e saúde", exemplificam.



À sombra de Mangueiras Um quilombo urbano.

Algumas mangueiras, origem do nome do Quilombo, ainda guardam a entrada da comunidade, localizada no Bairro Ribeiro de Abreu, região nordeste de Belo Horizonte. Atualmente cortada por pistas de alta velocidade, da MG 20, encontra-se também sitiada por inúmeras construções, reflexo do processo de crescimento da cidade.

A origem de sua ocupação, explicam os/as moradores/as, ainda está sendo estudada e a “árvore genealógica”, segundo Valter Vitor da Silva Paulo, presidente da Associação Quilombola da Comunidade de Mangueiras, traçada.

Acreditam, entretanto, que além de muitos escravizados da fazenda dos Werneck, propriedade próxima a comunidade, fugitivos das minas de Morro Velho, Nova Lima ou ainda, da agricultura de Sabará, possam ter ajudado a compor o grupo inicial. Atualmente cerca de 23 famílias e 70 pessoas ocupam a terra de seus antepassados. “(...) Há mais de duzentos anos, nossos parentes estão por aqui. O marido de Maria Bárbara - empregada da fazenda e matriarca da comunidade, a quem o terreno foi doada em 1932, - era meeiro das terras dos Werneck(...)”, explica Valter. Não há, contudo, regularização dessa doação.

A terra de Maria Bárbara é feminina. São elas que compõem a maioria dos/as moradores/as. Muitos homens, em busca de oportunidades de trabalho, acabam por partir. “Os filhos ficam. Nós damos conta. A mulher quilombola se garante!”, diz Ivone de Oliveira, logo aplaudida pelas demais.





O Tomba da sorte...

"(...) eu subi e desci várias vezes ali na terra pra mexer na água, pra ver se ela chegava pelo cano (...) uma hora eu escorreguei e caí (...) não é que eu achei umas moedas antigas e enterradas (...)"

Ivone Maria de Oliveira

Dentre os muitos "causos" relatados e lembrados, um deles particularmente, destaca-se. Trata-se da chegada da luz elétrica, o que só ocorreu no final do ano de 2005, como resultado do Programa Luz para Todos, desenvolvido pelo governo federal. A possibilidade de contar com serviços públicos, contudo, nem sempre se traduziu em motivos de comemoração imediata. E esse foi o caso da rede de esgoto, instalada em 2003.

"A companhia de saneamento, com a equipe do posto de saúde, nos procurou, avisando que a água daqui, da nossa mina, do córrego da Lajinha que nasce aqui dentro, estava contaminada" (...) e apresentaram a proposta de passar uma rede de esgoto aqui, para jogar do lado de lá, na rede de servidão do bairro de cima, o Lajedo (...)"

A comunidade, entretanto, não contou com o serviço de imediato, de acordo com Valter: "durante dois anos a tubulação ficou aqui debaixo da nossa terra e nós não podíamos usar. Só depois que colocaram água encanada aqui é que ligaram nossos esgotos, porque aí passamos a pagar(...)"

Os problemas narrados pela comunidade, contudo, não se encerram por aqui. Para a construção da MG 20, uma faixa de 1.500 metros do terreno foi perdida e a indenização, até junho de 2007, não havia sido paga apesar do processo existente que, segundo eles, está sendo acompanhado pela Defensoria Pública.

A comunidade se descobre

A luta pelo resgate e manutenção das histórias e tradições sofreu um importante avanço a partir de 2005, com o reconhecimento de Mangueiras, como Comunidade Remanescente de Quilombo. Essa conquista foi fruto de um momento em que a comunidade se organizou, através de reuniões, escolheu **Valter Vitor da Silva Paula** como seu representante legal e encaminhou o pedido à Fundação Cultural Palmeres. A resposta veio em dezembro do mesmo ano.

O processo de encontro com as próprias raízes, contudo, havia se iniciado quatro anos antes, com o apoio da Sociedade São Vicente de Paula, entidade civil que realiza trabalho em comunidades de baixa renda, na região de Belo Horizonte. Thomas Francisco Oliveira, presidente da sociedade, destaca que a ajuda inclui questões de saúde, de moradia e trabalho, procurando sempre levantar a auto-estima das pessoas. "Estamos ajudando a comunidade de Mangueiras se organizar e resgatar sua história".

A entrada em Mangueiras ocorreu após contato com o senhor Iser, o mais idoso dos remanescentes, que teria dado "o sinal verde". Thomas explica que à medida que o trabalho avançava, as pessoas mobilizavam-se, inclusive, para a discussão de suas origens históricas, étnicas e culturais. Dentre as organizações não-governamentais que se tornaram parceiras do trabalho, destaca-se o CEDEFES - Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva, como a primeira a ter apoiado a idéia. Importante contribuição vem oferecendo, desde então, Rosângela Araújo Moreira, historiadora, que há cerca de quatro anos trabalha com a comunidade: "começou como um trabalho de monografia para o fim do curso..." lembra ela.



A briga agora é pela titularização da terra, que já está em processo.

Atualmente, a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, colabora com a comunidade, através do Projeto Manuelzão, voltado para o meio ambiente.

Aliás, quando o assunto é natureza, a conversa se estende. A forte relação entre a água, o fogo, o solo e plantas, com a cultura e as práticas religiosas de matriz africanas que se encontraram no Brasil é, de imediato, observada. Uma vez por ano, exatamente no dia 13 de maio, realiza-se na comunidade a Missa Afro, de contemplação da mãe natureza. A respeito da data escolhida, contudo, apressam-se em explicar: “não comemoramos esse dia como o da libertação. Fazemos, sim, uma reflexão crítica sobre a data e suas conseqüências”. A comemoração, de fato, ocorre em 20 de novembro, no Dia Nacional da Consciência Negra.

O “quilombo” vai à escola. A escola vai ao quilombo?

Meio ambiente, inclusive, foi um dos elementos de aproximação entre comunidade e uma das escolas municipais que próxima à comunidade atende aos jovens e crianças quilombolas, são duas no total. Em uma única ocasião, fazem questão de frisar os/as moradores/as, atendendo a um convite, houve a possibilidade de conversar com os alunos sobre o quilombo de Mangueiras e a seguir, fazer uma trilha na comunidade.

A falta de uma maior aproximação é lamentada por todos/as. Indagados sobre possíveis causas, destacam a visão tradicional da história, ainda presente no sistema escolar brasileiro. **Rosângela Santos** exemplifica a importância que pode ter a sala de aula, no trato das questões relacionadas ao resgate de suas origens, o valor da contribuição africana para o país, valorizando a auto-estima dos afrodescendentes: “Um dos meus filhos, que, aliás, tem o cabelo liso, vivia brigando na escola porque os meninos diziam que a mãe dele era macaca...” in-

terrompe por alguns segundos, para logo depois indagar “será que a escola não podia ter ajudado com esse problema, falando da importância dos negros?”.

O acesso à leitura, escrita e cálculo sistematizado nem sempre fez parte da vida dos/as quilombolas. Entre os mais velhos, por exemplo, o analfabetismo é uma realidade. Lembram que “há uns dois anos, mais ou menos”, a prefeitura instalou na comunidade uma sala de alfabetização para adultos/as. Apesar das dificuldades, oito alunos/as prosseguiram freqüentando as aulas, ministradas por estagiários, como contam. Um dia a escola “de repente, acabou”. A expectativa agora é em relação ao projeto Quilombola Venha Ler e Escrever, destinado a jovens e adultos.

“O pai da minha avó pode ter sido escravo(...) Pela data, né?”



Aos 72 anos, **José Emílio dos Santos** relembra que, quando criança, “não tinha esse negócio de livro e caderno, não. Tinha era que trabalhar! Meu dinheiro era só pra vestir roupa de saco de açúcar, esse saco grosso...”.

As lembranças de seu Zé, partilhadas por outros moradores idosos, ao mesmo tempo em que revelam uma infância difícil, não deixam de lado outros importantes aspectos de suas vidas, como as brincadeiras. Bola, pião na corda, papagaio com manivela e de esconder, para eles. Entre elas, bonequinhos de pano e chicotinho queimado eram as preferidas.



A convivência com o sexo oposto permanecia difícil também mais adiante, na adolescência. Conversar até podia, mas “como daqui naquele pé de bananeira, lá no meio do terreiro”, contam divertindo-se, evidenciando a distância imposta.

Ventos de mudança

As coisas, obviamente, não são mais assim há bastante tempo. Aliás, a tirar pela narrativa dos/as moradores/as, muitas outras mudanças ocorreram em Manguieras.

Uma delas relaciona-se ao caso do moinho, hoje não mais existente, lembrado por **Wanda de Oliveira, 64 anos**. Trata-se, na verdade, de uma das assom- brações que andavam pela comunidade e desapareceram. “Eu tinha uns treze anos quando vi. Meu padra- sto punha o milho para moer, mas quem tirava o fubá era eu. Sempre acaba na parte da madrugada. Aí eu fui lá. Eu mais o cachorro. Tirei a água do moinho, da pedra, fiz meu trabalho. Na hora que eu ia voltando, que eu passei perto da moita de bambu que tinha no meio do caminho, o cachorro gritou. Naquilo que ele gritou eu olhei para trás e fiquei apavorada. Era muito feio, metade bicho e metade homem”. Diante do olhar silencioso dos presentes, continua: “Eu só sei que as pernas dele eram iguais a de cabrito, pé de cabrito...”.



Não foi, contudo, a única. Há ainda a Mãe do ouro que, de acordo com seu Zé, de sete em sete anos ronda a comunidade: “ela toma conta da pedra onde tem ouro”, diz, enquanto aponta para uma das extremidades do terreno. “Não deixa ninguém vir lá de fora para mexer no ouro daqui”, explicam os quilombolas, acrescentando que ela aparece em forma de estrela: “Eu vejo a estrela. Ela roda todo o terreno”.

Quando o assunto é religião, percebe-se que a presença do catolicismo é bastante forte, embora não haja igrejas dentro de Mangueiras. Um antigo projeto da comunidade prevê a construção de uma capelinha no quilombo, “uma grutazinha” como chamam, para Nossa Senhora do Rosário.

Das festas religiosas, apenas a de São João se manteve, com direito a fogueira e canjica. “A Folia de Reis, só quando eu era criança e olha que estou com mais de 70 anos. Conheci também o candombe. Depois acabou tudo, todo mundo morreu.(...) Lembro da viola de Alberto Teodoro dos Reis, das minhas andanças pela Vila de Santa Rita até Aarão Reis”, acrescenta seu Zé. Lamentam os mais antigos que “os jovens não quiseram mais saber daquilo tudo e foi acabando”. O Rei, a Rainha e o levantamento da bandeira, peças tradicionais da Folia de Reis, há muito não se fazem presentes em Mangueiras.





Tambores de Mato do Tição: ajudando a resgatar a história de Manguueiras.

Tambores Silenciados... Por enquanto!

Aos poucos, no bate-papo com a comunidade descobre-se que há anos um terreiro funcionou no local. “Era um terreiro de candomblé. Algumas pessoas ficaram incomodadas com isso. Um dia o dono do Terreiro, que era um cara casado com uma moradora daqui, se encheu e foi embora”, dizem.

Valter explica que há um movimento para a recuperação dos tambores do “cátope”: “Os moradores mais tradicionais, da comunidade, acabaram indo embora junto com as pessoas que freqüentavam o terreiro. Queremos recuperar essa tradição. Estamos conversando com o pessoal do quilombo do Mato do Tição, justamente para trazer a questão do batuque, que é muito presente lá”.

Como os sons do atabaque, também silenciaram as parteiras, benzedeiras e rezadeiras que, aos poucos, foram minguando na comunidade. A utilização de chás e ervas, herança dos antepassados, porém, ainda resiste: “Caninha de macaco é bom para o fígado e a cervejinha do campo as pessoas usam aqui para parar de beber cachaça” revela alguém.

Ao resgate da própria história e das tradições junta-se a preocupação com o presente e o futuro de Manguueiras. **Ione Maria de Oliveira** relata as ações desenvolvidas no sentido de preservar o meio ambiente: “Já encaminhamos à prefeitura a proposta de instalação de lixeiras seletivas. Nossa intenção é vender o que pudermos reciclar. Hoje estamos lavando e separando caixas de leite e embalagens plásticas(...) uma forma também de conscientizar o pessoal a não jogar sacos plásticos e lixo aqui dentro(...)”.

É o resgate de Manguueiras tem tudo para dar certo!



De Mulher Pra Mulher

As Mulheres de Manguueiras mandam um recado para as Mulheres Quilombolas do Brasil

(...) a mulher tem uma responsabilidade grande(...) é ela que segura a casa e a família quando fica sozinha(...) temos força e garra e lutamos pelo melhora pras nossas famílias(...) nossa luta é pelo respeito que merecemos(...) saúde, educação, meio ambiente, trabalho e dignidade é pelo que todas nós, dos quilombos do Brasil lutamos(...) temos que estar sempre unidas (...)

Mulheres de Manguueiras



Por uma pedagogia multicultural, de resgate e de inclusão.

"Outros e Outras" personagens em sala de aula...

Professor/a, por tudo que refletimos até aqui, podemos afirmar que passa também pela escola – e conseqüentemente por nós, educadores/as; – uma importante contribuição para o resgate dessa história que, ainda não-oficial é fundamental para a compreensão da forma como nos constituímos em um país.

Contudo, abrir as portas e janelas da sala de aula para a questão implica assumir com disposição compromissos que extrapolam a questão pedagógica.

Não desconhecendo o trabalho realizado por educadores/as, lideranças quilombolas e diferentes segmentos do Movimento Negro, é preciso considerar que são quase 500 anos de descaso ou de tratamento difuso dado à participação negra e por extensão dos quilombos à construção da sociedade brasileira.

Não existem soluções mágicas ou isoladas! Reconhecer a importância da soma de esforços, já é sem dúvida um excelente passo! Afinal, essa junção se concretizará em ações, tanto na escola como fora dela, revelando uma história do Brasil escrita nas senzalas, nas ruas e nos espaços de resistência cultural e humana que ontem e hoje caracterizam os quilombos.

E fazer isso só é possível, a partir de uma visão problematizadora, não eurocêntrica, que permita compreender a interdependência entre o ontem, o hoje e o amanhã.

Afinal, quilombo é um desses temas que, pertinente à educação brasileira, não se restringe em importância apenas aos afro-descendentes, assim como não diz respeito unicamente aos 161,6 mil alunos/as- crianças, jovens e adultos (Censo Escolar 2006, Inep) matriculados/as em 1.283 escolas espalhadas em áreas remanescentes por todo o Brasil – não por acaso mestiço!

O quilombo por dentro – e para dentro- da sala de aula...

Bete, dá pra colocar como um quadro, com letra de giz? Tipo o da violência contra a mulher antigo?

Queremos agora, convidá-lo/a a refletir sobre diferentes possibilidades de trabalhar o Minas de Quilombos em sala de aula.

Repare que são apenas algumas sugestões – jamais uma receita! – dentre muitas outras possibilidades que você, a partir de sua experiência, de sua realidade, do segmento com o qual está atuando, dos instrumentos e recursos com os quais conta aí em sua escola, estará criando.

" (...) hoje não estou mais estudando(...) mas toda a história que aprendi sobre o quilombo foi com meu avô(...) em casa(...) foi só por isso que a gente ficou por dentro de toda essa história aí(...)na escola nunca falaram(...)".

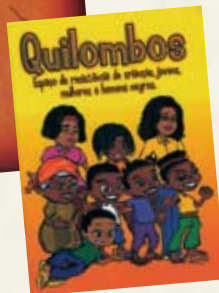
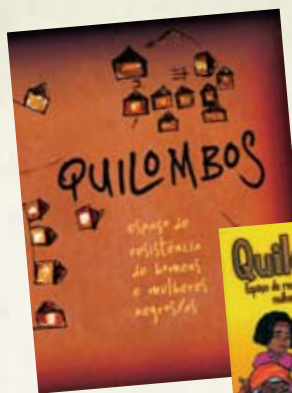
Graziela da Luz Edison – 16 anos
– interrompeu os estudos na quarta-série do Ensino Fundamental. Quartel do Indaiá.

"(...) quando a gente estuda história do Brasil a escola fala também da história do quilombo(...)como era a situação antes e hoje em dia(...) é importante pra gente saber do nosso passado e pra não acabar nossos costumes(...) Outro dia o Crispim e o seu Ivo foram até a escola pra conversar com os/as alunos/as(...)falaram dos visungos, dos/as fundadores/as do quilombo(...)".

Cibele Fernandes de Jesus Vitor – 16 anos- Aluna do primeiro ano do Ensino Médio. Quilombo do Baú.



Maria Geralda Gonzaga Carvalho



Não custa lembrar, contudo, que mais enriquecido ainda será seu trabalho, a partir de pesquisas sobre o tema e pelas idéias que possa trocar com outros/as educadores/as, a turma e a comunidade.

Então, mãos à obra!

Para refletir...

Professor/a, relacione mulheres e homens negros/as, que aparecem nos livros didáticos que tratam da história do Brasil e de seu estado.

[illegible]

1. Uma aula que não está no mapa ... ou será que está?

Nosso objetivo aqui, será identificar com a turma onde estão localizados os quilombos em sua cidade, região e estado.

Para isso você pode listar com os/as alunos/as os que conhecem. Para enriquecer a proposta façam um levantamento junto a pais e responsáveis, moradores/as da comunidade, órgãos públicos e instituições não-governamentais existentes em seu município, como, por exemplo, o CEDEFES ou a **Federação Quilombola do Estado de Minas Gerais**.

O importante é que as atividades propostas permitam aos/as alunos/as perceber que os quilombos fazem parte de um conjunto maior: o município, o estado, a região e o país. Além disso, à medida que os alunos forem desenvolvendo os trabalhos, você terá a oportunidade de levá-los/as a refletir acerca da importância de ser um/a quilombola, descendente dos muitos homens e mulheres que, com seu trabalho, escreveram a história do Brasil.

E, considerando a realidade e faixa etária de sua turma, como você já sabe, professor/a, poderá desdobrar o material conseguido de diversas maneiras. Vamos pensar em algumas possibilidades...

Os cartazes montados pela turma podem ter desenhos e, se possível, fotos das localidades. Além disso, uma boa oportunidade seria criar com os alunos mapas, croquis e maquetes, que reproduzam a área onde se encontram o(s) quilombo(s).

É importante considerar que, em função de uma compreensão multidisciplinar do fazer pedagógico, à medida que o trabalho vai se desenrolando, os conteúdos de português, matemática, ciências e estudos da sociedade vão acontecendo, não é verdade? Ou seja, abordar os quilombos não ocorrerá de maneira isolada. Como exemplo, podemos citar, dentre outros, a atividade de confecção dos mapas. Aqui, considerando a série de seus alunos, podemos imaginar que a geografia se fará presente através dos pontos cardeais, dos rios e montanhas. Já a matemática estará representada na escala do desenho e na distância entre os pontos representados.

Para a apresentação dos trabalhos, você e seus/as colegas podem organizar uma exposição na escola, aberta aos pais e responsáveis.

O importante é ter a compreensão de que as atividades não se encerram com as apresentações. Na verdade, elas são parte de um trabalho maior, articulado com o objetivo de propiciar aos alunos a reconstrução dessa história – ainda não-oficial – do Brasil.

Agora é com você...

1. Avaliação da atividade proposta
2. Adaptações necessárias para utilização na turma
3. Outras possibilidades de trabalho com o tema



Maquete

Para realizá-la, prepare-se um grude (farinha de trigo cozida com água) e misture-o com pedaços de jornal picado ou serragem. O jornal precisa ficar de um dia para o outro de molho na água e, antes de ser picado, deve ser torcido, para que se retire o excesso de água. Depois, em cima de uma base, que pode ser, por exemplo, uma madeira, molda-se a figura desejada. Então é só esperar secar. Se preferir, use argila como massa.



Croqui

Representação de uma área, através do desenho de seus diferentes elementos. Pode ser feito no quadro, caderno do/a aluno/a, folhas soltas, etc.

Mapas

Um dos meios para se representar a realidade de forma reduzida. Sua leitura e interpretação implica o reconhecimento de símbolos e legendas, identificando-as com realidades apresentadas.

2. Palavra de Quilombola...

Agora nosso objetivo será conhecer a história de cada comunidade, relacionando-as ao trabalho anteriormente realizado. Para isso, nosso ponto de partida pode ser ouvir dos/as alunos/as o que conhecem. O que acha?

Para facilitar, você pode lançar ao grupo algumas questões e com as respostas organizar, por exemplo, textos, cartazes e desenhos.

Isso feito seria o momento de despertar na turma o interesse em conhecer melhor toda essa história. O que os/as alunos pensariam da proposta de conversar com alguns moradores e organizar um livro – o Livro da Turma – escrito por eles/as mesmos/as?

Diante do interesse da classe e a partir do contato realizado pela escola com algumas lideranças quilombolas, duas opções podem ser apresentadas. A primeira, de convidar moradores/as, principalmente os mais antigos, para que venham até a sala ser entrevistados pelos/as alunos/as. A segunda, de acordo com as possibilidades, levar a turma até eles. A conversa aconteceria em um dos espaços da comunidade.

Bem, diante disso e sempre considerando o interesse e a faixa etária de seus alunos, queremos pensar com você algumas formas de organizar essa entrevista. Reflita sobre o que propomos:

- a) identificar com os/as alunos/as os objetivos da atividade;
- b) criar com a turma o roteiro da entrevista, decidindo quem fará cada pergunta;
- c) identificar os recursos disponíveis (gravador, máquina de retrato, papel, lápis/caneta, etc.);
- d) desenvolver com os/as alunos/as o convite que será encaminhado pela escola aos quilombolas.

E então, o que lhe parece? De que mais você se lembrou? Faça aqui suas anotações...

3. Quem tem boca vai ao Quilombo! Criando com a turma um roteiro da entrevista...

Para início de conversa, é preciso ter certeza de que o objetivo da atividade está bem compreendido pelo grupo. Afinal, o “bate-papo” não se encerrará nele mesmo. Pelo contrário, será dele que vocês irão recolher as informações que, somadas ao que os/as alunos/as já conhecem sobre a própria comunidade, ajudarão a traçar o perfil do quilombo.

Portanto, é importante oportunizar aos entrevistados falar não apenas de um, mas de vários aspectos.

Para facilitar a definição das questões, algumas perguntas podem ser apresentadas aos alunos/as.

Por exemplo:

- O que pretendemos com essa conversa?
- Que histórias da comunidade vocês já conhecem?

Organizar com o grupo alguns blocos temáticos também pode ser uma das maneiras de tornar as entrevistas mais objetivas.

O que lhe parece?

- História do surgimento do quilombo
- Razão do nome da comunidade
- Origem dos Ancestrais. Pontos comuns entre as comunidades, identificando a existência de parentesco com famílias de outro(s) quilombo(s).
- O que significa Bantu, origem de muitos dos quilombolas do estado de Minas Gerais?
- Que palavras e expressões derivadas desse grupo lingüístico são ainda hoje conhecidas?
- De que diferentes regiões na África vieram os/as escravizados/as trazidos para o Brasil?
- Tradições; “festas”, “tipos de música”, roupas, remédios caseiros, etc.
- Lendas
- Alimentação típica
- Danças e músicas
- Religiões
- Papel do homem e da mulher; significado da família
- Transformações vividas pela comunidade ao longo dos tempos
- Outros temas que você julgar interessantes

Bem, com tudo acertado, é hora de “meter a mão na massa”. Lá vamos nós...





"(...) tenho cinco filho(...) três homens e duas mulheres(...) criei todos ajudando na roça e no trabalho(...) criei meus filhos homens aprendendo a cuidar da casa igual as meninas(...). Acho que não estou errada(...)"

Maria Zélia da Costa. Quilombo do Baú

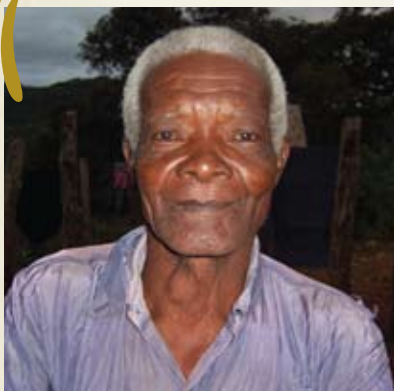
4. Coisa de criança...

Professor/a, tendo como exemplo o trecho ao lado, que questões seria possível explorar com os alunos? Vejamos algumas possibilidades:

- Identificar os brinquedos e brincadeiras dos/as quilombolas mais antigos/as. E atualmente... de que brincam seus/as alunos/as?
- Criar com os/as alunos/as alguns dos brinquedos da época, como carrinhos, bonecas e jogos. Depois vocês podem, inclusive, organizar uma exposição na própria escola ou na comunidade.
- Listar o nome de algumas brincadeiras antigas que perduram até hoje.
- E os familiares dos/as alunos/as? Como foram suas infâncias?
- Quantas são as crianças e jovens do/s quilombo/s? Quantos/as estão fora da escola?
- Crianças e jovens do/s quilombo/s trabalham? O que fazem?
- Qual a situação do trabalho infantil em seu município?
- Que instrumentos legais existem para regularizar a situação de jovens que precisam trabalhar?
- Os/as alunos conhecem o Estatuto da Criança e do Adolescente?
- Pesquisar com a turma alguns índices, como os disponibilizados pelo IBGE, revistas e jornais, caracterizando a situação de crianças e jovens negros/as no país. Esse levantamento, considerando a faixa etária de sua turma, pode ser explorado ano a ano, ou pelo conjunto de décadas...

O que achou das sugestões apresentadas?

No que mais pensou?



"(...) era de vira o V que os meninos brincavam(...) você botava uma vara aqui debaixo do queixo e dessa vara ia andando e dando uns pulinhos e saltando, sem deixar ela cair(...)"

Pedro Vieira. Quartel do Indaiá

5. O Amor podia ser lindo. Mas era, também, muito difícil...

E aqui? A partir dos exemplos, o que trabalhar em sala?
Algumas idéias...

- Explorar os depoimentos que os/as alunos tenham conseguido, de seus familiares, no que se relaciona a namoro e casamento.
- Criar com a turma uma dramatização, que mostre as diferentes formas de namoro ao longo dos tempos.
- Sempre considerando a faixa etária de seu grupo, professor, abordar com os alunos aspectos relacionados à sexualidade.
- Dona Eva destaca que, aos 20 anos, uma moça já era considerada velha para se casar. O que seus/as alunos pensam sobre isso?
- Meninos e meninas são tratados igualmente pelos pais e responsáveis, quando o assunto é namoro?
- Qual a média de idade, em que as meninas do quilombo se casam?
- Pais e responsáveis encaram, sem problemas, o namoro de filhos e/ou filhas com pessoas de outra etnia? Há algum tipo de preconceito? O que a turma pensa sobre isso?
- Existem casos de violência doméstica contra mulheres no quilombo? Que instituições, em seu município, oferecem algum tipo de apoio à mulher?
- Flor, do quilombo do Açude, destaca que apesar das conquistas conseguidas pelas mulheres “(...) as negras enfrentam duplo preconceito, o sexo e a cor da pele (...) em muitos lugares ainda querem te pagar menos que aos homens (...) sendo mulher você tem que fazer as coisas muito bem pros outros verem que você é competente e conquistou por mérito o seu espaço(...)”. O que sua turma pensa sobre a questão, professor/a?

O que achou das sugestões apresentadas?

No que mais pensou?



*“(...) meu namorado foi meu irmão
que escolheu (...) meu irmão
trabalhava junto com ele e escolheu
(...) meu namoro começou assim e aí
fui para cartas (...)”*

Clemilde da Conceição Reis.
Quilombo do Baú.



*“(...) Só casava se o pai deixasse
(...) eu nunca fiquei nervoso (...)
namorei 17 moças e não casei, e ela,
a minha esposa, inteirou 18 (...)”*

Geraldo Teles, 89 anos – Queimador de foguetes
da Guarda do Catopé. Quilombo de Pinhões.



"(...) o ouro que tem aqui é protegido pela mãe do ouro (...) ela é do outro mundo e aparece em forma de estrela (...) eu mesmo já vi (...)"

José Emílio dos Santos. Quilombo de Mangueiras.

6. A assombração que, assombrada, deu no pé...

Agora nosso desafio é "assombrador". O que propor ao grupo, a partir dos exemplos? Algumas idéias...

- Alguém aí na sala já viu assombração? E você, professor/a?
- O que seus/as alunos podem pesquisar, a respeito do tema, em casa, com a família?
- A que fatores os/as alunos/as atribuem a "diminuição" do aparecimento das assombrações, partindo das falas apresentadas nos exemplos?
- As histórias encontradas no quilombo podem, considerando-se a faixa etária do grupo de alunos/as, dar origem a um livro, com desenhos e/ou textos, criado pela turma.
- Além das assombrações, que outros fatores existentes na comunidade trazem temor aos alunos? E aos moradores?
- As mesmas assombrações estão presentes em todos os quilombos? Uma questão que, apresentada aos/as alunos/as, daria certamente uma rica pesquisa.
- De onde vieram essas assombrações? Algumas chegaram aqui através dos escravos, existiam em suas regiões na África. Outras, entretanto, surgiram através da mistura com as lendas que trouxeram os portugueses. E há ainda aquelas que faziam parte da cultura indígena. O que você e seus alunos podem descobrir a respeito dessa questão?
- Alguém na comunidade conhece reza ou simpatia para espantar assombração?
- Alguns/mas moradores/as dos quilombos dizem que as histórias – e aparições – de assombrações diminuíram por consequência do progresso.

O que seus/as alunos/as acham disso?

No que mais pensou?



"(...)uma vez nós chegamos na beira do rio(...) esse meu amigo não era daqui e não acreditava em nada(...) debochava e era ganancioso (...) então as folhas que estavam no chão eram tudo de ouro, douradas(...) nós enchemos o bolso e os bonés(...) carregamos peso e quando chegamos aqui aquilo não era nada, era só folha (...) foi a mãe do ouro que nos deu a lição(...) Bem que meu tio Dante falou que ali não era lugar pra pescar (...)"

Evandro Hilário dos Santos.
Quilombo de Mato do Tição.

7. o canto que conta história...

Professor/a, com os exemplos do trecho ao lado, o que explorar com os/as alunos/as? O que acha de...

- Identificar o que a turma conhece das danças e músicas de sua comunidade? Quais suas origens?
- Verificar o que os responsáveis dos/as alunos/as sabem sobre o tema.
- Debater com o grupo a origem dos vissungos e das demais danças e músicas existentes no quilombo.
- Trabalhar com a turma o ritmo e refletir sobre as letras de algumas canções.
- Criar com o grupo algumas letras.
- Debater com os/as alunos/as a importância da preservação dessa e demais tradições dos quilombos.
- Listar, com o auxílio dos/as alunos/as, os homens, as mulheres, jovens e crianças da comunidade, que conhecem e participam das apresentações musicais.
- Relacionar os tipos de instrumentos utilizados no congado e no candome. Será que todos têm a mesma importância na execução da música?
- Criar com os alunos/as alguns dos instrumentos tradicionais.
- Mapear os espaços existentes no Quilombo, onde crianças e jovens podem aprender as canções e as danças.
- Ilustrar o trabalho, por exemplo, com textos e desenhos que serão incorporados ao livro que vem sendo montado pela turma.

O que achou das sugestões apresentadas?

No que mais pensou?



"(...) eu lembro de quando era criança (...) o pessoal que veio da África, né? (...) Eles cantavam nos enterros, nos velórios e aquelas cantigas na rua (...) nas folias também(...)"

Maria José Silva. Quartel do Indaiá.



"(...) o caboclinho é uma dança de homens(...) tem um coro, onde as mulheres cantam(...) era dançada quando tinha o terço de Santa Cruz(...)"

Maria da Conceição Lopes Silva.
Comunidade do Espinho.

8. Algumas letras para você trabalhar com o grupo... 🎵



Açude



"(...) viemos , viemos, oi viemos da beira do mar, oi viemos da beira do mar com um laço de fita de fita amarela na ponta da vara e eu não posso tirar, na ponta da vara(...)".



Pinhões

" (...) virgem do Rosário, vai me dar licença, ô virgem do Rosário, vai me dar licença, os pretinhos devotos vão fazer sua festa, vão fazer sua festa(...)". .



Tambores de Mato do Tição

Quartel do Indaiá

"(...) Antônio, Antônio, eu quero casar com Antônio, eu quero casar com Antônio, se o São João fosse meu, eu mandava ladrilhar, ô lua de prata pro meu benzinho passar, pro meu benzinho passar(...)".

Ausente

"(...) ó senhora dona de casa, ó senhora dona de casa, sai da beira do fogão(...)venha ver o folião que na sua porta chegou, na sua porta chegou(...)".

Mato do Tição



"(...) A Vovó Cambina não quer dançar, a vovó Cambina não quer dançar, oh,ah, ô, ah, iê(...)não dá pra entender(...)".



Apresentação da Chula.Quartel do Indaiá

O que achou das sugestões apresentadas?

No que mais pensou?

9. Rezas, mandingas, simpatias e tradições...

Algumas idéias...

- Você, professor/a, acredita em simpatia? E seus/as alunos?
- E os familiares dos alunos? O que disseram a respeito do que estamos trabalhando?
- Alguém aí na sala já foi “rezado”? Conhece quem tenha sido? Qual o motivo?
- Quais as pessoas – homens e mulheres – , da comunidade, que são rezadeiras/ rezadores?
- Apenas as rezas são suficientes para curar doenças? A turma acha importante que também se consulte um/a médico/a?
- Que papel tinham as rezas antigamente? Será que se configuravam como opção única aos quilombolas?
- E hoje? Como é o acesso aos serviços de saúde? Quais estão disponíveis à comunidade?
- Quais as simpatias mais comuns no Quilombo?
- Todas as religiões acreditam na força e no poder das simpatias? O que os alunos sabem e pensam sobre isso?

O que achou das sugestões apresentadas?

No que mais pensou?



“(...) quando tem eu tiro mau-olhado dos olhos gordos, me livrai do olho gordo também(...) e espinhela caída é assim: Santa Maria no barquinho navega no mar, casa espinhela está fora do lugar! Eu sei desse jeito(...)”

Maria Helena dos Santos.
Quartel do Indaiá.



“(...) elas benzem com um raminho e com brasas de fogão (...) como faziam as mais velhas (...)”

Vera Lúcia Damião. Quilombo do Sapé.



Vinhar, bebida tradicional que fortalece e protege os dançadores do catopé.



Luiz Gonzaga. Carongigia, o “curandeiro”, responsável pelo preparo do vinhar, consumido pelos gajeros, os dançadores do Catopé do Quilombo do Baú.



“(...) conforme a “ferrenguiça” da pessoa dá um chá de camomila, de carqueja(...) cada erva depende da enfermidade(...)”

Crispim. Quilombo do Ausente.

10. Ervas, raízes e chás para todos os males do corpo e da alma

E agora, professor/a? O que os exemplos apresentados lhe sugerem? Algumas possibilidades...

- O que seus/as alunos conseguiram levantar, sobre o tema, com a família?
- Quais são os chás mais conhecidos aí na sala, pela turma?
- E você, professor/a? O que conhece?
- Organizar um quadro com as doenças e os diferentes chás utilizados.
- Identificar as ervas mais comuns no quilombo.
- Como os chás mais utilizados pela comunidade foram passando de geração em geração, ao longo dos tempos? Que outras tradições têm sido passadas oralmente?
- Quais as ervas consideradas perigosas para uso humano, existentes na comunidade?
- Há alguma planta que, antes abundante no quilombo, tenha se tornado extinta ou difícil de localizar?
- Algumas pessoas preferem recorrer aos chás de caixinha, vendidos nas farmácias, em lugar de prepará-los com as ervas existentes na comunidade. O que os/as alunos pensam sobre isso?
- Há alguma pessoa, no quilombo, considerada uma especialista no conhecimento de ervas para diferentes necessidades? Quem é ela? O que a turma acha de convidá-la para vir à sala para um “bate papo”?
- Organizar um capítulo, no livro da turma, dedicado às ervas. Destacar a utilidade de cada uma, a forma de prepará-la e a maneira de utilizá-la (chá, banho, compressa, etc.)

O que achou das sugestões apresentadas?

No que mais pensou?

11. Capricha no frango com ora-pro-nobis que chegou mais um...

Desafio “apetitoso”, professor/a, trabalhar com a turma a partir dos exemplos apresentados. Vamos lá?

- Quais as comidas tradicionais da comunidade? Lembre-se de que a pesquisa feita em casa, pelos/as alunos/as, pode enriquecer bastante a discussão.
- No cotidiano, como se alimentam seus/as alunos? Será que estão se alimentando corretamente?
- Quem cozinha na casa dos/as alunos: pai, mãe, avó...?
- Cozinha é coisa só de mulher? O que pensam os alunos a respeito disso?
- Como se alimentavam os quilombolas antigamente? E hoje? Que mudanças podem ser identificadas?
- Há alguma família, no quilombo, que venha enfrentando dificuldades para se alimentar? Em caso positivo, o que os/as alunos/as pensam que pode ser feito?
- Existem programas do governo federal, estadual ou municipal de distribuição de alimentos na comunidade?
- A escola onde estudam recebe alguma verba diferenciada de alimentação por estar em comunidade quilombola?
- Quais os vegetais e legumes mais produzidos pela comunidade?
- As técnicas de plantio são herança dos/as ancestrais?
- Existem simpatias que, usadas pela comunidade, trariam “boa sorte” ao plantio?
- Homens e mulheres trabalham igualmente na plantação?
- Listar os pratos típicos da comunidade, descrevendo os ingredientes e forma de preparo. Mais uma contribuição da turma, para o livro que vem sendo escrito em conjunto
- Quanto cada família gasta mensalmente, com alimentação? O que isso representa no orçamento doméstico?
- Que tal preparar com os/as alunos/as algumas das receitas típicas da comunidade? Aliás, mais um capítulo para o livro da turma, não é mesmo? Receitas tradicionais...



Feijão Tropeiro. Quilombo do Ausente.



Caldo de Mandioca. Quilombo do Sape.



A tradicional couve mineira. Geralda Antonia. Quilombo do Açude.



Quiabo, alimento da culinária mineira.

- A respeito da importância da terra para os quilombolas, Lindomar Santos, o Dó, de Mato do Tição, fala da preocupação com o crescimento das famílias e a pouca terra disponível em muitas comunidades: “(...) os fazendeiros acabaram pegando muita terra dos quilombolas(...)”. Para Dó, a falta de espaço para plantar e criar pequenos animais e alimentar as famílias acaba obrigando que saiam para a periferia das grandes cidades “(...) onde viram favelados(...) e com eles vai a cultura e também a tradição embora(...)”. Professor/a, o que pensam seus/as alunos sobre isso?

O que achou das sugestões apresentadas?



No que mais pensou?



Mulheres na roça. Quartel do Indιά

12. Quilombo de todos os santos e santas... Será?

- Quais as manifestações religiosas existentes na comunidade?
- Como convivem as diferentes crenças?
- Quais as religiões de origem africana, praticadas, antigamente, no quilombo? Quantas dessas sobrevivem até hoje na comunidade?
- Organizar um quadro com as religiões dos familiares e dos/as alunos.
- Os/as quilombolas de Mangueiras contam que há anos um terreiro de Candonblé funcionou no local e que "(...) algumas pessoas ficavam incomodadas com isso (...)". O que seus alunos/as podem refletir sobre isso?
- O que você e sua turma conhecem sobre o sincretismo religioso brasileiro?

O que achou das sugestões apresentadas?

No que mais pensou?



13. Cegonhas e berços Quilombolas

E agora, professor/a? Quais as idéias para trabalhar esse tema?

- Montar com os/as alunos a árvore genealógica da família, identificar a origem de seus ancestrais.
- Caracterizar as relações de parentesco existente entre os/as alunos/as.
- Resgatar informações sobre a história do quilombo, a partir de documentos (certidão de nascimento/casamento/batizado/identidade...) dos/as moradores/as mais antigos/as.
- Identificar os familiares dos/a alunos/as e moradores da comunidade que tenham nascido com auxílio de parteira/o.
- Entrevistar, se possível, uma dessas parteiras, registrando histórias da época em que atuavam.
- Ainda existem parteiras atuando no quilombo? Quando nasceu a última criança pela mão de uma delas?
- Registrar as ervas, simpatias, rezas e alimentação especial que as parteiras utilizavam com as mulheres após o parto.
- Mapear a média de idade, com que as mulheres do quilombo têm o primeiro/a filho/a. Há algum programa de orientação ao jovens sobre as Doenças Sexualmente Transmissíveis?
- Verificar que tipo de acompanhamento médico recebem as mulheres grávidas.
- “Lua luar. Toma essa criança e me ajuda a criar(...)”. Em alguns quilombos, era comum que o pai, após o nascimento da criança, o/a apresentasse à lua, repetindo um costume vindo das terras africanas. Há algum costume parecido no Quilombo?
- Identificar as expectativas que os/as alunos/as, crianças e jovens, têm em relação a seus próprios futuros e daqueles que hoje nascem no Quilombo.
- Registrar, a partir da fala dos/as alunos/as, se meninos e meninas são criados de maneira diferente, em relação a direitos e deveres.
- Registrar, a partir da conversa com a turma, se meninos e meninas são criados de maneira diferente, em relação a direitos e deveres.

O que achou das sugestões apresentadas?

No que mais pensou?



14. Como se lê o quilombo hoje...

A partir de todas as informações anteriormente trabalhadas, vocês podem estabelecer um quadro comparativo da situação dos/as quilombolas ontem e hoje. Observem...

- Resgatar as lutas que vêm sendo travadas, pelas mulheres quilombolas, ao longo dos tempos.
- Caso seja a realidade de sua comunidade, verificar como se encontra o processo aberto, junto à Fundação Palmares, no que se relaciona à titulação da terra.
- Quais as lideranças atuantes no quilombo? Que ações desenvolvem?
- Relacionar os serviços públicos municipais, estaduais e federais que atendem à comunidade.
- Identificar as ações desenvolvidas pelos quilombos do estado, no sentido de preservação de sua história e cultura.
- Há alguma cooperativa ou Associação que reúna moradores/as para a produção de alimentos, doces, agricultura, artesanato etc., propiciando a geração de renda?
- Pesquisar o total de quilombos já identificados no estado e no país.
- Registrar a existência – e atuação – de Associação de Moradores na Comunidade.
- Analisar as iniciativas da escola, visando o fortalecimento e resgate da importância dos quilombos para a história passada e presente do Brasil. Quais as contribuições da Lei 10639/03?
- Identificar as condições ambientais da comunidade. Há rios poluídos? Erosão no solo? Há algum projeto de preservação do meio ambiente, desenvolvido no quilombo em conjunto com governos, faculdades ou organizações da sociedade civil?
- A comunidade desenvolve algum programa de aproveitamento ou reciclagem?
- O que sua turma pensa sobre a afirmativa do Ticão?

O que achou das sugestões apresentadas?

No que mais pensou?



"(...) nós vivíamos da agricultura(...) mas hoje, pelas dificuldades os homens tão indo para a construção civil(...)"

Lindomar Santos.
Quilombo do Mato do Tição.



"(...) a gente, os quilombolas(...) temos que considerar os direitos que a gente tem(...) direito de ficar na terra que foi dos nossos avós(...) de lutar por condições dentro dos quilombos(...)"

Maria Inês Costa - Quilombo do Baú



"(...) ser negro não é só ter a pele negra (...) eu tenho uma sobrinha que é loura (...) ser negro é ter a consciência de que é descendente dos negros/as que fizeram a História do Brasil (...)"

Ticão, presidente da Federação Quilombola do Estado de Minas Gerais

Uma palavra final, mas só para afirmar que não terminou...

É, professor/a, a publicação chegou ao fim, mas... seu trabalho não! Esse continua com toda força.

Muito há ainda, como sabemos, no que se relaciona aos quilombos, para refletir, (re) construir e, sobretudo, aprender. Reescrever esse importante capítulo de nossa história é um dos desafios que se apresenta à escola.

Abrir as portas e janelas das salas de aula, permitindo que os “causos” e tradições quilombolas entrem e “se ajeitem” ,confortavelmente no conteúdo escolar é nossa contribuição por uma educação que permita às crianças, jovens, homens e mulheres populares tornarem-se atores de sua própria história e, por consequência, também daquela do país.

Resgatar, em parceria com os/as alunos/as, a cultura de suas comunidades é romper com a educação que domestica, que propicia uma visão mecanicista e determinista de mundo. É nisso que, também como você, acreditamos: a prática pedagógica que se constitui elemento de cidadania, de valorização e de melhoria da auto-estima do indivíduo e do grupo.

Dar voz àqueles e àquelas que durante tanto tempo foram silenciados, por serem negros, por serem quilombolas, por serem invariavelmente pobres é o desafio para o qual convidamos você, professor/a, a partir desta leitura. Lembre-se que o mesmo convite foi feito também a seus/as alunos, através do gibi que forma o conjunto Minas de Quilombos Quilombos.

Saber que a escola não está sozinha nessa tarefa é fundamental. Reconhecer a importância da articulação com toda a sociedade é, de antemão, vital para a concretização desse objetivo.

Juntos/as, temos muito a fazer!

Um abraço e até a próxima!

Bibliografia

Negros do Trombetas, Guardiões de matas e Rios. Rosa e Edna Castro. UFPA/NAEA. Belém: 1993.

Terras de preto, de santo e terras de índio - uso comum e conflito. ALMEIDA, Alfredo W. B. Cadernos NAEA 10, UFPA. Belém: 1989.

Os quilombos e as Novas Etnias: É necessário que nos libertemos de definições arqueológicas. ALMEIDA, Alfredo W. B. Vitória, Reunião da Aba (mimeo). Vitória: 1998.

A Guerra dos Mapas ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Terras de Preto. São Luís: 1995.

Quilombos: sematologia em face de novas identidades. Em Frechal - terra de preto, quilombo reconhecido como reserva extrativista ALMEIDA, Alfredo Wagner B.. SMDDH/CCN - PVN. São Luís: 1996.

Quilombos: repertório bibliográfico de uma questão redefinida. ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. 1998. Em BIB, n.45, Rio de Janeiro: 1º semestre de 1998.

Os quilombos e as novas etnias Direitos Territoriais das Comunidades Negras Rurais. ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Em Sérgio Leitão (org.). (Documentos do ISA, n.5) Instituto Sócio-ambiental. São Paulo: 1999.

Terras de Quilombo. ANDRADE, Lucia & Girolamo Treccani.. São Paulo: 1999, (mimeo).

Quilombos em São Paulo: tradições, direitos e lutas. ANDRADE, Tânia (org).. Imesp, São Paulo: 1997.

Os 300 anos de Zumbi e os quilombos contemporâneos. ANDRADE, Lúcia. Teoria & Debates n.31. SNCR/PT. São Paulo: 1994.

O quilombo de Rio de Contas. ALMEIDA JR. M. Terra de Preto: - BA, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, mimeo, 1995.

O quilombo conceitual: Para uma sociologia do artigo 68. ARRUTI, Maurício.. Rio de Janeiro: 2003.

A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. ARRUTI, Maurício. Rio de Janeiro: 2004.

O quilombo entre dois governos. Tempo e Presença. ARRUTI, Maurício., Rio de Janeiro, v. 25, n 330, p. 10-15, jul./ago. 2003.

Associação das Comunidades de Remanescentes de Quilombos e Comissão Pró-Índio.Minha Terra: Meus direitos, meu passado, meu futuro. ARQMO & CPI-SP. São Paulo: 1999.

Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX. AZEVEDO, Célia. Paz e Terra. Rio de Janeiro: 1987.

Território Negro em Espaço Branco.BANDEIRA,

Maria. Brasiliense. São Paulo: 1988.

Negros e Quilombos em Minas Gerais. BARBOSA, Waldemar de Almeida. Belo Horizonte: 1972.

As Américas negras: as Civilizações Africanas no Novo Mundo. BASTIDE, Roger. Difel, São Paulo: 1974.

Território Negro em área rural e urbana - algumas questões. BOAVENTURA, Ilka. Textos e Debates. NUER/UFSC, ano 1, n.2. Florianópolis: 1991.

Escravidão em Minas Gerais.CAMPOLINA, Alda Maria Palhares et alii. Secretaria de Estado da Cultura - Arquivo Publico Mineiro/COPASA MG, Belo Horizonte: 1988.

Remanescentes de quilombos no Brasil. CANTARINO, Eliane. Boletim da ABA - Terras de Quilombos. ABA/CFCH/UFRJ, Rio de Janeiro: jul. 1995.

Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas. CARDOSO, Ciro F. Editora Brasiliense, São Paulo: 1987.

Escravidão e Abolição no Brasil. CARDOSO, Ciro Flamarion. (Org.). Novas perspectivas. Jorge Zahar, Rio de Janeiro: 1988.

A escravidão no Novo Mundo. CARDOSO, Ciro Flamarion. A Afro-América: Brasiliense, São Paulo: 1 O quilombo dos Palmares.1982.

Ladinos e Crioulos: Estudo sobre os negros no Brasil. CARNEIRO, Edson. Ed.Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 1964.

O negro em Minas Gerais. CARNEIRO, Edson.. Separata do Boletim do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, MEC/INEB/CBPE, p.3-18, Rio de Janeiro [s.d.].

O quilombo dos Palmares. CARNEIRO, Édson. Companhia Nacional (Brasiliana, 302). Rio de Janeiro: 1988 [1958].

Do Tempo da Fartura dos Crioulos ao Tempo de Penúria dos Morenos - A identidade através de um rito em Brejo dos Crioulos (MG). COSTA, João Batista.. Dissertação de mestrado da UFMG. Belo Horizonte: 1999.

Mineiros e Baianos: Englobamento, Exclusão e Resistência. COSTA, João Batista. Tese de Doutorado da UNB. Brasília: 2003.

Mundo Encaixado: significação da cultura popular. EDIMILSON, Almeida Pereira e MAGALHÃES, Núbia Pereira. Mazza Edições, Juiz de Fora: 1989.

Negras raízes mineiras: os Arturos. EDIMILSON, Almeida Pereira e MAGALHÃES, Núbia Pereira. Eduf, Juiz de Fora: 1988.

Os sons do Rosário: O congado mineiro dos Arturos e Jatobá. EDIMILSON, Almeida Pereira e MAGALHÃES, Núbia Pereira. Ed. UFMG. Belo

Horizonte: 2002.

Mito, História, Etnicidade. CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Antropologia do Brasil: Brasiliense. São Paulo: 1986 [1979].

A presença cultural negro-africana no Brasil: mito e realidade. CASTRO, Yeda P. de. Ensaios/Pesquisas. Salvador: n.10, jul. 1981.

Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil. CONRAD, Robert.. Brasiliense, São Paulo: 1985.

Da senzala à colônia. COSTA, Emília Viotti.. (2ª ed.) Ciências Humanas, São Paulo: 1982.

Gurutubanos. FILHO, Aderval Costa. Relatório Antropológico. Inbra - MG, Belo Horizonte: 2005.

A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico c.1790 - c.1850. FLORENTINO, Manoel & GÔES, José Roberto.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 1997.

Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). FLORENTINO, Manoel. Companhia das Letras, São Paulo: 1997.

Casa Grande & Senzala. FREYRE, Gilberto. Nova Aguilar, Rio de Janeiro: 1977.

Histórias de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro século XIX. GOMES, Flávio. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: 1995.

Negras Raízes Mineiras: Os Arturos. GOMES, Núbia Pereira de Magalhães & PEREIRA, Edmilson de Almeida.. MEC/EDUFJF, Juiz de Fora: 1988.

Uma Negação da ordem Escravista: Quilombo em Minas Gerais no Século XVIII. GUIMARÃES, Carlos Magno. Edité par Ícone, São Paulo: 1988.

A presença do elemento sudanês nas Minas Gerais. LUAN, Francisco Vidal, COSTA, Iraci del Nero da.. O Estado de S.Paulo, São Paulo, 2 mar. 1980.

Suplemento cultural, v.4, n.174, p.6-7. Moçambique, moçambiques: itinerário de um povo afro-brasileiro. LUPI, João. Edições UFSM, Santa Maria, RS: 1988.

O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista. NASCIMENTO. Abdias do. Vozes, Petrópolis: 1980.

A África no Serro Frio - Vissungos: Uma prática social em extinção. NASCIMENTO, Lúcia Valéria. Dissertação de mestrado da UFMG: 2003.

Projeto Quilombos: laudos antropológicos, consolidação de fontes de consulta e canais permanentes de comunicação. O'DWYER, Eliane Cantarino. Boletim da ABA, n. 30. Rio de Janeiro: 1998.

Pé preto no barro branco: a língua dos negros

- da Tabatinga. QUEIROZ, Sônia. Editora UFMG, Belo Horizonte: 1998.
- Escravos e Libertos nas Minas Gerais do Século XVIII. PAIVA, França Eduardo. Editora UFMG. Belo Horizonte: 2001.
- Os quilombos brasileiros. PEDREIRA, Pedro T. Departamento de Cultura. Salvador: 1976.
- A posse útil da terra entre os quilombolas. RAMOS, Duvitilano. Estudos Sociais, n.12, p. 3-4. Rio de Janeiro: 1958.
- Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações da família escrava – Brasil sudoeste, século XIX. SLENES, Robert. Nova Fronteira, Rio de Janeiro: 1999.
- Quilombos no Maranhão: a luta pela liberdade (uma interpretação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias sob a ótica de um Direito Alternativo). SILVA, Dimas S. da São Luís, (mimeo): 1991.
- O passeio dos quilombolas e a formação do quilombo urbano. SILVA, Djalma Antônio. Tese de Doutorado da USP. São Paulo: 2005.
- Influência africana e a cultura popular nas Minas Gerais: um comentário sobre a interpretação da escravidão. RAMOS, Donald. In: SILVA, Maria B. Nizza da. Brasil: colonização e escravidão. Nova Fronteira, Rio de Janeiro: 1999.
- A Liberdade por um Fio. História dos Quilombos no Brasil. REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). Cia. das Letras, São Paulo: 1996.
- O negro e o garimpo em Minas Gerais. MACHADO-FILHO, Aires da Mata. 2.ed. Civilização Brasileira. (Retratos do Brasil, 26). Rio de Janeiro: 1964.
- Terras e afirmação política de grupos rurais negros na Amazônia. MARIN, Rosa E. A. Em O'Dwyer (org.) Terra de Quilombos. ABA. Rio de Janeiro: 1995.
- Rebeliões na senzala, quilombos, insurreições, guerrilhas. MOURA, Clóvis.. Ed. Ciências Humanas. São Paulo: 1981.
- Quilombos, resistência ao escravismo. MOURA, Clóvis. Editora Ática. São Paulo: 1987.
- Origem e histórico do quilombo Espinho: A desconstrução da racialização negra da escravidão na África. MUNANGA, Kabengele. Revista da USP, n. 28. USP. São Paulo: 1995/1996.
- O levante dos malês: uma interpretação política. In: Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista. REIS, João José; SILVA, Eduardo, Cia. das Letras, São Paulo: 1989.
- Quilombos e Revoltas de Escravos no Brasil. REIS, João José. Revista USP, 28:14-39. São Paulo: 1996.
- Quilombos: raízes, conceitos, perspectivas. RIOS, Aurélio Virgílio Veiga.. In: SILVA, Dimas Salustiano (org). Regulamentação de Terras de Negros no Brasil. Boletim Informativo Nuer. Nuer/UFSC. Florianópolis: 1996.
- Os africanos no Brasil. RODRIGUES Nina. Companhia Editora Nacional, São Paulo: 1932.
- Espinho: A desconstrução da racialização negra da escravidão ROSA, Miriam Virgínia Ramos. Thesaurus, Brasília: 2004.
- Ilhas de história. SAHLINS, Marshall. Jorge Zahar editor, Rio de Janeiro: 1990.
- Raça e História. STRAUS, Claude Lévi. Presença, Lisboa: 2000.
- A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico(1400-1800). THORNTON, John. Campus, Rio de Janeiro: 2004.
- Escravidão de africanos. Perigos ameaçadores. VERNHAGEN, Francisco de Adolfo de. História geral do Brasil. 6.ed. (7.ed. do v.1). Melhoramentos, v.1. Cap.14: p.222-230. São Paulo: 1959.
- História Social da Economia Capitalista no Brasil. VIANA, Oliveira. Editora Itatiaia, Belo Horizonte: 1970.
- Cafundó: a África no Brasil - língua e sociedade. VOGT, Carlos, FRY, Peter., São Paulo: Companhia das Letras; Editora Unicamp, Campinas: 1996.
- Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais visando especialmente a história natural dos distritos aurí-diamantíferos acompanhado de um mapa. BURMEISTER, Herman. São Paulo: Livraria Martins, 1952.
- A vida no Brasil ou Diário de uma visita à terra do cacauero e das palmeiras EWBANK, Thomas. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / Edusp, 1976.
- Honradas e devotas. Mulheres da colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822. ALGRANTI, Leila Mezan. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- Damas negras: Lutas discriminação: Chica Xavier, Lea Garcia, Tuth de Souza, Zezé Motta. ALMADA, Sandra. Rio de Janeiro: Muad, 1995.
- Tambor de mina e tambor de crioulo: registros sonoros de folclore nacional brasileiro II. ALVARENGA, Oneyda. São Paulo: Biblioteca Pública Municipal, 1948.
- Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade doséculo XVIII. ANASTASIA, Carla Maria Junho. Belo Horizonte: c/Arte, 1998.
- Políticas de ajuste x políticas de inclusão - gênero e raça nas políticas públicas. Articulação de Mulheres Negras Brasileiras. Rio de Janeiro: Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, Action Aid, s.d.
- O segredo das folhas: sistema de classificação de vegetais no candomblé jeje-nagô do Brasil. BARROS, José Flávio Pessoa de. Rio de Janeiro: Pallas, Uerj, 1993.
- O Brasil dos viajantes. BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. vol. 1. São Paulo / Rio de Janeiro: Metalivros / Objetiva, 1994.
- Plantas medicinais e de rituais afro-brasileiros I. CAMARGO, Maria Thereza Lemos de Arruda. São Paulo: Almed, 1988.
- Escravidão em Minas Gerais. CAMPOLINA, Alda Maria Palhares et al. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, Arquivo Público Mineiro, Copasa, 1988.
- Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. CAVALLEIRO, Eliane (org.). São Paulo: Summus, 2001.
- Carnavais e outras festas. Ensaio de história social da cultura. CUNHA, Maria Clementina P. (org.). Campinas: Unicamp, 2002.
- Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil. D'ADESKY, JACQUES. Tese de doutorado. São Paulo: Departamento de Antropologia Social, USP, 1996.
- O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. FIGUEIREDO, Luciano. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.
- Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. GIACOMINI, Sonia Maria. Petrópolis: Vozes, 1988.
- Raça e gênero no sistema de ensino: os limites das políticas universalistas na educação. HENRIQUES, Ricardo. Brasília: Unesco, 2002.
- Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. SLENES, Robert W. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- Opulência e miséria das Minas Gerais. VERGUEIRO, Laura. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- Dimensões cativas e construção da emancipação: relações morais nas lógicas de sociabilidade de escravos e livres. Sudeste, 1860-1888. COUCEIRO, Luiz Alberto e ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira Estudos Afro-Asiáticos, n.2, ano 25, p.281-306, 2003.
- Chica - A verdadeira. FURTADO, Júnia Ferreira. Nossa História, Biblioteca Nacional, n.2, dez 2003.
- Beleza mulata e beleza negra. GIACOMINI, Sonia Maria. Revista de Estudos Feministas, v.2 (número especial), 1994.
- Vozes da senzala. GRAHAM, Sandra Lauderdale. Nossa História, Biblioteca Nacional, n.9, julho, 2004.
- Casamento e relações de afetividade entre escravos: Vila Rica: séculos XVIII e XIX. LOTT, Mirian Moura. Trabalho apresentado no Seminário Anais da V Jornada Setecentista, Curitiba, 26-28 nov 2003.
- Disponível em: www.humanas.ufpr.br/departamentos/dehis/cedope/atas/mirian-lott.pdf, 20 mai 2004.
- À mesa com a família mineira. MENESES, José Newton Coelho.. Nossa História, Biblioteca Nacional, n.5, mar 2004.
- O colono preto como fator da civilização brasileira. QUERINO, Manuel Raimundo. Afro-Ásia, n.13, p.143-58, 1980.
- Quilombos: espaço de resistência de homens e mulheres negros/as. SCHUMAHER, Schuma e CORRÊA, Paulo (org.). Rio de Janeiro / Brasília: Redeh / Ministério da Educação, 2005.